



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE, TECNOLOGIA E
SOCIEDADE

**O CENTRO DE CONTROLE DE ZOONOSES DE MOSSORÓ,
RIO GRANDE DO NORTE E SUA RELAÇÃO COM O BEM
ESTAR ANIMAL E A COMUNIDADE**

VILCELÂNIA ALVES COSTA

Mossoró, RN
Fevereiro de 2015

VILCELÂNIA ALVES COSTA

**O CENTRO DE CONTROLE DE ZOONOSES DE MOSSORÓ, RIO GRANDE DO
NORTE E SUA RELAÇÃO COM O BEM ESTAR ANIMAL E A COMUNIDADE**

Dissertação apresentada à Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA, campus de Mossoró, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Ambiente, Tecnologia e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Nilza Dutra Alves

Mossoró, RN
Fevereiro de 2015

Catálogo na Fonte

Catálogo de Publicação na Fonte. UFERSA - BIBLIOTECA CENTRAL ORLANDO TEIXEIRA - CAMPUS MOSSORÓ

Costa, Vilcelânia Alves.

O Centro de Controle de Zoonoses de Mossoró, Rio Grande do Norte e sua relação com o bem estar animal e a comunidade / Vilcelânia Alves Costa. - Mossoró, 2015.

101f: il.

1. Zoonoses. 2. Serviço público de saúde. 3. Bioética. I. Título

RN/UFERSA/BCOT/394
C837c

CDD 616.959

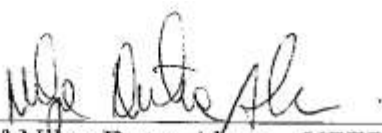
VILCELÂNIA ALVES COSTA

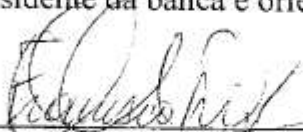
O CENTRO DE CONTROLE DE ZONÓSES DE MOSSORÓ, RIO GRANDE DO NORTE E SUA RELAÇÃO COM O BEM ESTAR ANIMAL E A COMUNIDADE

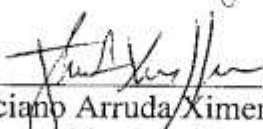
Dissertação apresentada à Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFRSA, campus de Mossoró, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Ambiente, Tecnologia e Sociedade.

Aprovado em: 26/02/2015

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a Dr.^a Nilza Dutra Alves – UFRSA
Presidente da banca e orientadora


Prof. Dr. Francisco Marlon Carneiro Feijó – UFRSA
Membro interno


Prof. Dr. José Ticiano Arruda Ximenes de Lima – UFRSA
Membro interno


Prof. Dr. Marcos Fábio Gadelha Rocha – UFRSA
Membro externo à instituição

DEDICO

A minha família, em especial aos meus pais, Luís Anísio Costa e Ildete Maria Alves, ao meu esposo Emanuel Fernandes e aos meus filhos, Vinícius Costa e Isabel Costa, pelo simples fato de existirem e serem tão presentes em todos os meus projetos de vida, e por me agraciarem com tanto amor, carinho, e cuidado.

AGRADECIMENTOS

À Deus que, em sua infinita misericórdia, me concedeu a dádiva de sonhar e realizar sonhos, de caminhar e não desistir frente aos desafios encontrados, de viver e sentir sua presença em meu ser; e, sobretudo, por ser meu refúgio, minha fortaleza, meu amigo fiel, presente em toda e qualquer circunstância.

Aos meus pais, Luís Anísio Costa e Ildete Maria Alves, por serem exemplos de humildade e simplicidade; por terem me ensinado princípios valiosos que nortearam a conquista dos meus ideais e sonhos; e, por continuarem me ajudando, ao ficar com os meus filhos enquanto assisto aula, pesquiso, escrevo, trabalho e caminho na reta final deste objetivo.

Ao meu esposo, Emanuel Fernandes, que sempre me incentivou e me apoiou nesse projeto; que me fez acreditar que era possível começar e terminar; que me consolou nos momentos de fraqueza e desânimo; que não reclamou em nenhum momento das minhas ausências e das madrugadas de leitura; e por demonstrar tanto amor e dedicação para comigo.

Aos meus filhos, Vinícius Costa e Isabel Costa, pela compreensão nos momentos em que não pude estar presente; pelas brincadeiras, abraços e beijos que revigoraram as minhas forças; e pelos sorrisos e olhares que compensaram os instantes em que ficávamos distantes.

À minha orientadora, Nilza Dutra Alves, que norteou o trabalho com coerência e responsabilidade, dedicando-se e doando-se ao compartilhar conhecimentos e experiências, além de somar sempre com suas opiniões e esclarecimentos.

Ao prof. Genevile Carife, pela disponibilidade e atenção concedidas no intuito de contribuir com o projeto.

Aos 421 participantes da minha pesquisa, os quais contribuíram para o cumprimento dos objetivos propostos.

O CENTRO DE CONTROLE DE ZONOSSES DE MOSSORÓ RIO GRANDE DO NORTE E SUA RELAÇÃO COM O BEM ESTAR ANIMAL E A COMUNIDADE

RESUMO: As questões relacionadas ao bem estar animal (BEA) e a bioética tem sido alvo de grandes discussões, principalmente quando se referem aos Centros de Controle de Zoonoses (CCZ). O referido órgão é responsável pelo controle da população de animais e, conseqüentemente, de zoonoses vigentes nas cidades. Nesse contexto, podem-se observar problemas decorrentes de uma série de fatores que, muitas vezes, afetam não apenas a saúde pública, mas também o bem estar animal e a possibilidade de haver conflitos entre os profissionais dessa instituição e a população por eles atendida. Considerando, pois, tal realidade, objetivou-se analisar o serviço do CCZ do município de Mossoró/RN, sua relação com a comunidade e com o bem estar animal. Para isso, foi realizada pesquisa de campo no CCZ local, com observação e acompanhamento das atividades desenvolvidas pela instituição, bem como aplicação de questionário com perguntas abertas e fechadas aos 36 funcionários do CCZ. A pesquisa se estendeu ainda para cinco bairros da cidade, onde foram aplicados questionários, também com perguntas abertas e fechadas, a 385 moradores dos respectivos bairros. Os dados obtidos após a aplicação dos questionários foram submetidos à análise estatística com auxílio do Programa R, utilizando-se os testes qui-quadrado, exato de Fisher, com um nível de significância de 5%. A partir da observação das atividades desenvolvidas pelo CCZ local constatou-se que este não atende a todos os objetivos específicos estabelecidos pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), e que sua estrutura física não condiz com as diretrizes preconizadas também por esta, o que compromete o bem estar dos animais alojados. Além disso, embora a maioria dos profissionais (78%) saiba o que é bem estar animal, apenas uma pequena parcela (28%) conhece assuntos relacionados à bioética, sendo que 30% dos que sabem o que é bioética tem ensino superior completo, 10% tem ensino superior incompleto, 50% tem nível médio completo e 10% tem nível médio incompleto. No tocante a percepção da comunidade, a maioria dos pesquisados não sabe o que são os centros de controle de zoonoses, sua finalidade e quais os programas existentes. Quanto à percepção dos profissionais do CCZ sobre a sua relação com a comunidade foram evidenciados dados conflitantes, uma vez que os mesmos consideram que a sua relação é harmoniosa, porém relatam que existe resistência por parte da população para com seu trabalho. Conclui-se que há uma necessidade perceptível quanto à ampliação dos serviços ofertados pelo CCZ à população a fim de que esta possa participar e colaborar no controle de zoonoses e no controle de animais errantes. Além disso, faz-se necessária a melhoria no que diz respeito às condições de trabalho na instituição, a fim de garantir o bem estar animal e dos funcionários. Todavia, isso só se tornará viável com esforços e interesse do poder público.

Palavras-chave: zoonoses, serviço público de saúde, bioética.

THE CENTER MOSSORÓ RIO GRANDE ZOONOSES CONTROL THE NORTH AND ITS RELATIONSHIP WITH ANIMAL WELFARE AND THE COMMUNITY

ABSTRACT: The issues related to animal welfare (BEA) and bioethics has been the subject of much debate, especially when referring to the Zoonosis Control Centers (CCZ). That body is responsible for controlling the population of animals and, consequently, existing zoonoses in cities. In this context, can be seen problems due to a variety of factors that often affect not only public health but also animal welfare and the possibility of conflict between professionals of the institution and the population they served. Whereas, therefore, such a reality, aimed to analyze the CCZ serving Mossoró / RN, its relationship with the community and animal welfare. For this, we conducted field research on site CCZ, with observation and monitoring of the activities developed by the institution, as well as a questionnaire with open and closed questions to 36 employees of the CCZ. The research is still extended to five districts of the city, where questionnaires were applied, also with open and closed questions, the 385 residents of their neighborhoods. The data obtained after the questionnaires were subjected to statistical analysis using the R program, using the chi-square test, Fisher exact test, with a 5% significance level. From the observation of the activities developed by the local CCZ was found that this does not meet all the specific objectives set by the National Health Foundation (FUNASA), and its physical structure is not consistent with the proposed guidelines also for this, which compromises the welfare of the animals housed. Furthermore, although most professionals (78%) know what is animal welfare, only a small portion (28%) know issues related to bioethics, and 30% of those who know what bioethics has completed higher education, 10% have incomplete higher education, 50% have completed secondary level and 10% have completed secondary level. Regarding the perception of the community, the majority of respondents do not know what are the animal disease control centers, their purpose and which existing programs. Regarding the perception of the CCZ professionals about their relationship with the community conflicting data were highlighted, since they consider that their relationship is harmonious, but report that there is resistance from the population for their work. It follows that there is a perceived need on the expansion of services offered by the CCZ to the population in order to enable it to participate and collaborate in the control of zoonoses and control of stray animals. In addition, it is necessary to improve with regard to working conditions in the institution in order to ensure animal welfare and staff. However, this will only become feasible with efforts and interest of the government.

Keywords: zoonoses, public health service, bioethics.

LISTA DE ABREVIATURAS

BEA	Bem Estar Animal
BEPA	Boletim Epidemiológico Paulista
CEUA	Comissão de Ética para o Uso de Animais
CCZ	Centro de Controle de Zoonoses
CCZ1	Centro de Controle de Zoonoses e Fatores de Risco Biológico - Tipo 1
CCZ2	Centro de Controle de Zoonoses e Fatores de Risco Biológico - Tipo 2
CCZ3	Centro de Controle de Zoonoses e Fatores de Risco Biológico - Tipo 3
CCZ4	Centro de Controle de Zoonoses e Fatores de Risco Biológico - Tipo 4
CEP	Comitê de Ética e Pesquisa
CM	Canil Municipal
EUA	Estados Unidos da América
FAWC	Farm Animal Welfare Council
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OIE	Organização Mundial de Saúde Animal
OMS	Organização Mundial de Saúde
RN	Rio Grande do Norte
RT	Responsável Técnico
SIC	Segundo informação colhida
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UCZ	Unidade de Controle de Zoonoses
UERN	Universidade Estadual do Rio Grande do Norte
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi – Árido
WHO	World Health Organization
WSPA	World Society for the Protection of animals
WVA	World Veterinary Association

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Foto do CCZ de Mossoró/RN	32
Figura 02 – Figura representando o mapa com os cinco bairros pesquisados	33
Figura 03 – Figura demonstrativa acerca do conhecimento dos profissionais do CCZ de Mossoró/RN sobre a imunização dos animais capturados na referida instituição e destinados para a doação	37
Figura 04 – Figura demonstrativa sobre o conhecimento dos profissionais do CCZ de Mossoró/RN quanto ao cronograma de visita aos bairros da cidade para o programa da leishmaniose visceral	38
Figura 05 – Figura demonstrativa sobre o conhecimento dos profissionais do CCZ de Mossoró/RN quanto à captura de animais nas “rondas”	39
Figura 06 – Figura demonstrativa sobre o conhecimento dos profissionais do CCZ de Mossoró/RN quanto ao destino dado aos cães capturados	40
Figura 07 – Figura demonstrativa sobre a realização de atividades educativas feitas pelo CCZ de Mossoró/RN voltadas para a população, segundo os profissionais da referida instituição	41
Figura 08 – Figura demonstrativa sobre o tempo de permanência dos animais capturados no CCZ de Mossoró/RN, segundo os profissionais da referida instituição	43
Figura 09 – Figura demonstrativa do espaço físico do CCZ de Mossoró/RN	44
Figura 10 – Foto do canil coletivo interditado no CCZ de Mossoró/RN	46
Figura 11 – Foto dos gatis interditados no CCZ de Mossoró/RN	46
Figura 12 – Figura demonstrativa da avaliação das condições de trabalho do CCZ de Mossoró/RN, segundo os profissionais da referida instituição	47
Figura 13 – Figura demonstrativa da área dos canis coletivos do CCZ de Mossoró/RN, segundo os profissionais da referida instituição	47
Figura 14 – Figura demonstrativa da área dos canis individuais do CCZ de Mossoró/RN, segundo os profissionais da referida instituição	48
Figura 15 – Figura demonstrativa de como é realizada a captura dos animais no perímetro urbano pelo CCZ de Mossoró/RN, segundo os profissionais da referida instituição	49
Figura 16 – Figura demonstrativa de como é feito o transporte dos animais capturados pelo CCZ de Mossoró/RN, segundo os profissionais da referida	51

instituição

Figura 17 – Figura demonstrativa da quantidade de vezes por dia que é fornecido alimento aos cães no CCZ de Mossoró/RN, segundo os profissionais da referida instituição	52
Figura 18 – Figura demonstrativa da quantidade de vezes por dia que é fornecida água aos cães no CCZ de Mossoró/RN, segundo os profissionais da referida instituição	53
Figura 19 – Figura demonstrativa sobre as práticas de higiene individual dos animais realizadas no CCZ de Mossoró/RN, segundo os profissionais da referida instituição	54
Figura 20 – Figura demonstrativa sobre a prática de controle de ectoparasitas realizada no CCZ de Mossoró/RN, segundo os profissionais da referida instituição	55
Figura 21 – Figura demonstrativa sobre os métodos de eutanásia utilizados no CCZ de Mossoró/RN, segundo os profissionais da referida instituição	57
Figura 22 – Figura demonstrativa acerca do conhecimento dos profissionais do CCZ de Mossoró/RN sobre bem estar animal	57
Figura 23 – Figura demonstrativa da quantidade de cursos sobre BEA que os profissionais do CCZ de Mossoró/RN afirmam terem participado	59
Figura 24 – Figura demonstrativa do conhecimento dos profissionais do CCZ de Mossoró/RN, sobre a adoção de uma legislação internacional acerca do BEA	60
Figura 25 – Figura demonstrativa do conhecimento da população de Mossoró/RN, sobre a finalidade dos CCZs	61
Figura 26 – Figura demonstrativa acerca da visita ao bairro por algum profissional do CCZ de Mossoró/RN, segundo a população	62
Figura 27 – Figura demonstrativa acerca da avaliação da população sobre o trabalho desenvolvido pelos profissionais do CCZ de Mossoró/RN	64
Figura 28 – Figura demonstrativa sobre a resistência e/ou preconceito da população às atividades realizadas pelo CCZ de Mossoró/RN, segundo os profissionais da referida instituição	66
Figura 29 – Figura demonstrativa sobre a percepção dos profissionais do CCZ de Mossoró/RN, quanto à sua relação com a comunidade	66
Figura 30 – Figura demonstrativa acerca do conhecimento dos profissionais do CCZ de Mossoró/RN sobre bioética	68

Figura 31 – Figura demonstrativa acerca do conhecimento dos profissionais do CCZ de Mossoró/RN sobre bioética	69
Figura 32 – Figura demonstrativa da quantidade de cursos de bioética que os profissionais do CCZ de Mossoró/RN responderam terem participado	69

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tabela demonstrativa sobre a realização de atividade educativa pelo CCZ de Mossoró/RN, voltada para a população, segundo os profissionais da referida instituição e segundo a população pesquisada	42
Tabela 2 – Tabela demonstrativa do conhecimento da população de Mossoró/RN sobre CCZ, seus programas e sua finalidade	61
Tabela 3 – Tabela demonstrativa da população de Mossoró/RN que já teve ou não animal sacrificado pelo CCZ, que foi esclarecida quanto ao motivo do sacrifício, e que sentiu ou não segurança na decisão do sacrifício do animal	63
Tabela 4 – Tabela demonstrativa sobre a percepção dos moradores dos bairros pesquisados quanto à adoção de animais procedente do CCZ e das ruas	65
Tabela 5 – Tabela demonstrativa sobre a percepção dos profissionais do CCZ de Mossoró/RN quanto à participação em grupos de discussão acerca de bioética, e quanto ao posicionamento desses profissionais na participação de cursos, caso ofertados por instituições de ensino no ambiente de trabalho deles.	70

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 OBJETIVOS GERAL E ESPECÍFICOS	17
2.1 OBJETIVO GERAL	17
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	17
3 REVISÃO DE LITERATURA	18
3.1 CENTRO DE CONTROLE DE ZOONOSES: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA, DEFINIÇÃO, OBJETIVOS E ASPECTOS TÉCNICOS	18
3.2 CONTROLE DE POPULAÇÃO DE CÃES E GATOS: IMPORTÂNCIA DAS MEDIDAS PREVENTIVAS E DA PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO	22
3.3 BEM ESTAR ANIMAL: DEFINIÇÕES E INDICADORES QUE INFLUENCIAM EM SUA AVALIAÇÃO	24
3.4 CONTROLE DE ZOONOSES VERSUS BEM ESTAR ANIMAL: A IMPORTÂNCIA DA SENSIBILIZAÇÃO DA POPULAÇÃO	26
3.5 BIOÉTICA: ORIGEM, DEFINIÇÕES E SUA IMPORTÂNCIA NO CONTROLE POPULACIONAL DE CÃES E GATOS	28
4 MATERIAL E MÉTODOS	32
4.1 LOCAL DE EXECUÇÃO	32
4.2 IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO	33
4.3 EXECUÇÃO DOS PROCEDIMENTOS	34
4.4 ANÁLISE DOS DADOS	35
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	36
5.1 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO CCZ DE MOSSORÓ/RN	36
5.2 AS CONDIÇÕES FÍSICAS DO CCZ DE MOSSORÓ/RN	43
5.3 AS CONDIÇÕES DE BEM-ESTAR ANIMAL NO CCZ DE MOSSORÓ/RN E O CONHECIMENTO DOS PROFISSIONAIS SOBRE BEM ESTAR ANIMAL	49
5.4 CONHECIMENTO E PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO DE MOSSORÓ/RN ACERCA DAS ATIVIDADES DO CCZ	60
5.5 PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO CCZ DE MOSSORÓ/RN QUANTO À SUA RELAÇÃO COM A COMUNIDADE	65
5.6 CONHECIMENTO DOS PROFISSIONAIS DO CCZ DE MOSSORÓ/RN	67

ACERCA DA BIOÉTICA

6 CONCLUSÕES 71

7 REFERÊNCIAS 72

8 APÊNDICES 79

9 Artigos submetidos, aceitos ou publicados em periódicos 97

1 INTRODUÇÃO

O processo de urbanização trouxe consigo uma série de mudanças na sociedade e em seu modo de organização. É possível observar com o crescimento das cidades o aumento considerável de problemas relacionados à saúde pública e seus agravos. A inexistência de uma rede abrangente de saneamento básico, o sucateamento de órgãos públicos voltados para a promoção de saúde e para a prevenção de doenças, a ocupação irregular de terrenos urbano, assim como o aumento da população que vive em condições insalubres, associado ao aumento crescente de animais abandonados no perímetro urbano são apenas alguns dos resultados desse desenfreado processo em diversas cidades brasileiras.

De acordo com Pfuetzenreiter et al. (2012) em todas as partes das cidades, muitas famílias têm contato com animais domésticos e a convivência intensa com estes, aliada a hábitos higiênicos deficientes das pessoas, pode facilitar a transmissão de várias zoonoses. É válido ressaltar que o problema não se restringe apenas ao aumento populacional desses animais, mas a forma como essa realidade vem sendo enfrentada, sobretudo no que diz respeito ao controle de tais populações que é realizado no âmbito municipal. Desta forma, regulamentos que possam contribuir com a melhoria desse problema deverão ser adotados.

As primeiras normas voltadas para o controle de populações animais no Brasil foram elaboradas e publicadas sob a influência da divulgação dos trabalhos de Pasteur (SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DE SÃO PAULO, 2009). Existem diversas normas concernentes ao controle de populações animais e, nelas é possível observar não apenas a preocupação relativa ao controle de zoonoses, mas também ao bem estar animal. A maioria dessas normas surgiu a partir de pressão social, culminando na padronização de legislações específicas pela Organização Mundial de Saúde Animal – OIE. Em 2001, esta Organização constituiu um grupo de trabalho com a missão de elaborar as normas internacionais de bem-estar animal, as quais foram aprovadas em maio de 2005, e passaram a fazer parte do Código zoossanitário internacional, devendo, portanto, ser utilizadas.

Segundo Broom (2011) bem estar animal é o estado do indivíduo no que tange as suas tentativas de se adaptar ao seu ambiente. Logo, a avaliação do bem estar consiste na observação de vários mecanismos que permeiam a realidade na qual se encontra inserido o animal, o que envolve não apenas a fisiologia, mas também o comportamento, os sentimentos e as reações patológicas apresentadas pelo animal em diversos momentos.

Ao considerar o conceito de bem estar animal é importante enfatizar a questão ética, haja vista que esta é imprescindível para a realização de uma abordagem coerente acerca do assunto. Conforme Lemos (2008), a posição ética na preservação do bem estar animal considera que cada ser animal tem seu valor intrínseco e deveria ser respeitado e protegido, como prevê a Constituição Federal de 1988. Nessa perspectiva, a bioética surge como instrumento norteador na busca de reflexões acerca do bem estar animal, já que muitos conflitos surgem na mediação entre o que promove e o que fere o bem estar em determinadas ações desenvolvidas nos serviços públicos de controle de populações animais. A bioética é apresentada pelo oncologista Potter como uma ponte entre a ciência biológica e a ética (PESSINI, 2013). Portanto, é inviável tecer análises restritas somente aos aspectos biológicos de uma dada realidade sem considerar os preceitos éticos que a permeiam.

Considerando, pois, a indissociabilidade entre o controle populacional de cães e gatos, o bem estar animal e a bioética, é notória a importância que tais questões assumem no contexto prático da vida de vários profissionais que atuam com seres vivos em geral. Nesse sentido, é salutar expor que nesta prática devem estar inseridos todos os sujeitos envolvidos nesse processo, inclusive a população humana. A sensibilização desta e dos órgãos públicos sobre a importância do serviço de controle de população animal a fim de garantir a saúde e a segurança pública será obtida com uma atuação que prime pela ética e associe a salvaguarda da saúde pública com princípios de bem estar animal (VIEIRA et al, 2009).

Dessa forma, o desenvolvimento do trabalho ora proposto possibilitou a construção de novos conhecimentos acerca do assunto, e permitiu que as atividades realizadas pelos profissionais do Centro de Controle de Zoonoses fossem analisadas de uma forma holística. Isso porque, a pesquisa propôs não apenas a análise do contexto onde se encontra o profissional e as suas atividades diárias, mas também a do contexto social, tornando viável a abertura de novas percepções e suas contribuições práticas. Além disso, comportou a dimensão ambiental e a dimensão tecnológica. A primeira ao trazer à tona a avaliação do bem estar animal, as condições do ambiente no qual estavam inseridos os animais no CCZ e a relação que tais condições têm com o seu bem estar; e, a segunda, ao fazer uso de questionários, confecção de material educativo durante a execução da pesquisa.

2 OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar o serviço do centro de controle de zoonoses de Mossoró/RN e sua relação com o bem estar animal e com a comunidade.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

2.2.1 Relatar as atividades desenvolvidas pelo CCZ;

2.2.2 Descrever as condições físicas de trabalho do CCZ, comparando-as as exigências estabelecidas pela FUNASA;

2.2.3 Analisar as condições de bem estar animal no CCZ de Mossoró/RN e o conhecimento sobre bem estar animal dos profissionais da instituição;

2.2.4 Avaliar o nível de conhecimento e a percepção da população de Mossoró/RN acerca das atividades desenvolvidas pelos profissionais do CCZ.

2.2.5 Investigar a percepção dos profissionais do CCZ quanto a sua relação com a comunidade, a fim de identificar possíveis conflitos vigentes;

2.2.6 Mensurar o conhecimento dos profissionais do CCZ sobre bioética;

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 CENTRO DE CONTROLE DE ZONÓSES: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA, DEFINIÇÃO, OBJETIVOS E ASPECTOS TÉCNICOS.

Historicamente, o controle das zoonoses nasce no cerne da “revolução pasteuriana”, quando a vacina contra a raiva é desenvolvida, abrindo novas perspectivas para a saúde pública (SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SÃO PAULO, 2009). Segundo Pfuetszenreiter et al (2004), durante a década de 1880, a partir das observações e experimentos sobre o anthrax e os conhecidos trabalhos de Pasteur, Chauveau, Koch e Salmon, iniciaram as campanhas ou ações coletivas, as quais buscavam controlar enfermidades transmissíveis, inclusive as epizootias e as zoonoses comuns nos centros urbanos.

Em 1894, foi publicado o Primeiro Código Sanitário do Estado de São Paulo, e do país, por meio do Decreto nº 233 de 02 de março de 1894. No que concerne aos animais domésticos, o referido Código tipifica como habitações insalubres, entre outras, aquelas que contiverem promiscuamente na habitação homens e animais. Em 21 de dezembro de 1948 foi sancionada a Lei nº 569, que estabelece medidas de defesa sanitária animal, dentre as quais a questão do sacrifício de animais doentes com prévia avaliação.

No 2º Comunicado Técnico de Especialistas em Zoonoses da Organização Mundial da Saúde (OMS), de 1959, foi reconhecida a existência de cem zoonoses, evidenciando-se a relevância dos programas de prevenção, controle e erradicação das enfermidades dessa categoria nosológica (PFUETZENREITER et al, 2004). A partir da década de 1970, vários países implantaram programas para o manejo populacional de cães, sendo que em 1984, a Organização Mundial da Saúde (OMS) passou a se posicionar sobre o manejo populacional canino, publicando em 1990, o primeiro guia de orientação para esse manejo, acrescentando estratégias para registro e identificação dos cães e gatos e para educação e envolvimento da comunidade (WHO, 2005; WSPA, 1990 apud GARCIA et al., 2012).

No Brasil, a partir dos anos 1980, o arcabouço jurídico normativo da saúde foi redesenhado com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), secundada pela promulgação das constituições estaduais (1989) e das leis orgânicas dos municípios (1990), ao lado da publicação da Lei Orgânica da Saúde – Lei nº. 8.080, de 19/09/1990 – e da Lei nº. 8.142, de 28/12/1990. A prevenção de diversas zoonoses tem suas

diretrizes definidas pelos órgãos de saúde, e devem ser executadas pelos serviços públicos, como é o dever do Estado brasileiro definido na sua Constituição e na Lei 8.080/90.

Através da Portaria nº 52, de 27 de fevereiro de 2002, da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), foram estabelecidas as diretrizes para projetos físicos de Unidades de Controle de Zoonoses e Fatores Biológicos de Risco. E, por meio da Portaria MS/GM nº. 3.252, de 22/12/2009, revogada pela Portaria nº 1.378, de 09/07/2013, o Ministério da Saúde enfatizou a competência legal dos municípios brasileiros, mediante a execução de atividades programáticas, de efetivar ações direcionadas ao controle animal. A responsabilidade de salvaguarda da saúde pública, quanto ao controle de população animal, recai, nos municípios, sobre os órgãos executores de controle de zoonoses cuja criação e atribuições encontram-se reguladas por lei (SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SÃO PAULO, 2009).

Visando prevenir a transmissão de zoonoses, além de outros riscos à saúde pública e animal, bem como preservar o meio ambiente e a biodiversidade, foi recomendado que os municípios implantassem programas efetivos para o controle populacional dos cães e gatos (SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SÃO PAULO, 2009).

No Rio Grande do Norte, o primeiro documento oficial a tratar sobre o assunto foi a Lei Complementar nº 31, de 24 de novembro de 1982, a qual instituiu o Código Estadual de Saúde e estabeleceu normas básicas sobre promoção, proteção e recuperação de saúde. Através da Lei Municipal nº 5.601/2004, de 29/12/2004, foi instituído o Código de Defesa e Bem-Estar Animal da cidade de Natal/RN. Em 27/12/2007 foi sancionada a Lei nº 5.832, que dispunha sobre a reorganização da Rede Pública Municipal de Atenção à Saúde, incluindo dentre os estabelecimentos de saúde o Centro de Controle de Zoonoses, enquanto Unidade de Vigilância em Saúde. Esta Lei foi modificada pela Lei nº. 5.905 de 06/03/2009, a qual manteve o Centro de Controle de Zoonoses enquanto Unidade de Vigilância em Saúde. Em setembro de 2009, foi divulgada a 1ª edição do Manual do Responsável Técnico do estado do Rio Grande do Norte, relatando os procedimentos relativos ao responsável técnico do CCZ. Conforme descrito abaixo.

O Responsável Técnico (RT) quando no exercício de suas funções deve:

- a) Garantir a profilaxia dos animais e a higiene das instalações;
- b) Orientar sobre a qualidade e adequação da alimentação dos animais internos;
- c) Fazer cumprir todos os atos que impliquem na adequação quando da captura de animais;
- d) Notificar as autoridades sanitárias sobre ocorrência de enfermidades zoonóticas, diagnosticadas por profissionais qualificados e acompanhado pelo seu laudo técnico ou por outro profissional designado para o assunto específico;

- e) Promover o treinamento do pessoal envolvido no manejo dos animais em todos os aspectos, inclusive na aplicação de inseticidas ou outros produtos, inclusive naturais;
- f) Fazer cumprir todas as normas de segurança dos trabalhadores e dos seus equipamentos;
- g) Dar o destino correto dos resíduos sólidos, líquidos, biológicos e químicos, além de cadáveres oriundos do CCZ;
- h) Realizar colheita de material biológico e/ou necropsia em animais, dando o devido encaminhamento para diagnóstico;
- i) Promover campanhas educativas junta à coletividade sobre medidas que visem adoção responsável de animais, bem como métodos de controle populacional e outros;
- j) Fazer cumprir todas as normas de segurança dos trabalhadores e dos seus equipamentos;
- k) Manter-se atualizado e fazer cumprir toda legislação e normas regulamentadoras no âmbito federal, estadual e municipal (CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2009, p. 40-41).

No município de Mossoró/RN, o Centro de Controle de Zoonoses foi criado no ano de 1996, com a Lei nº 1.043/96. Inaugurado no mesmo ano, teve seu projeto arquitetônico inspirado no Centro de Controle de Zoonoses do município de Natal. Após a sua construção, iniciou as atividades, tendo como profissionais médico veterinário e alguns agentes de endemias, reaproveitados de outros órgãos vinculados à vigilância sanitária. Em 2014 o CCZ contava com 36 servidores, sendo 03 médicos veterinários, 18 agentes de endemias, 07 agentes de saúde, 01 recepcionista, 01 técnico de laboratório, 01 motorista, 01 técnico de manutenção, 01 digitadora, 02 auxiliares de serviços gerais, e 01 auxiliar.

De acordo com Reichmann et al. (2000b), os centros de controle de zoonoses são instituições municipais, que possuem estrutura física específica e personalidade jurídica legalmente constituída. Essas instituições são vinculadas ao órgão de saúde local, voltados para o desenvolvimento de serviços constantes nos programas de controle de zoonoses, de doenças transmitidas por vetores e de agravos por animais peçonhentos. Apesar de tratar-se de um conceito genérico, é importante ressaltar que as Unidades de Controle de Zoonoses (UCZs) foram classificadas em quatro tipos de Centros de Controle de Zoonoses e um tipo de Canil Municipal (CM), com programas funcionais diferenciados conforme o número de habitantes do município. Assim, segundo Brasil (2003) os Centros de Controle de Zoonoses são classificados de acordo com a descrição a seguir.

a) Centro de Controle de Zoonoses e fatores biológicos de risco – Tipo 1 (CCZ1)

Para população acima de 500.000 habitantes. Desenvolve atividades de controle de populações animais, entomologia e controle de vetores e diagnóstico laboratorial de zoonoses. É referência para municípios de menor porte. Em municípios com população acima de 1.000.000 de habitantes poderão ser implantados CCZs Tipo 2 para cada 1.000.000 de habitantes excedentes ou fração;

b) Centro de controle de zoonoses e fatores biológicos de risco – Tipo 2 (CCZ2)

Para população de 100.000 a 500.000 habitantes. Desenvolve atividades de controle de populações animais, entomologia e controle de vetores. É referência para municípios de menor porte;

c) Centro de Controle de Zoonoses e fatores biológicos de risco – Tipo 3 (CCZ3)

Para população de 50.000 a 100.000 habitantes. Desenvolve atividades de controle de populações animais, entomologia e controle de vetores. É referência para municípios de menor porte;

d) Centro de Controle de Zoonoses e fatores biológicos de risco – Tipo 4 (CCZ4)

Para população de 15.000 a 50.000 habitantes. Desenvolve atividades de controle de populações animais, entomologia e controle de vetores. É referência para municípios de menor porte;

e) Canil Municipal (CM)

Para população de até 15.000 habitantes. Desenvolve atividades de apreensão de cães e gatos com o objetivo de manejo e controle destas populações animais enquanto fatores de risco de transmissão de doenças (BRASIL, 2003, p. 9).

Dessa forma, o município de Mossoró/RN conta com o centro de controle de zoonoses e fatores biológicos de risco – Tipo 2 (CCZ2), considerando que, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (censo 2010) a sua população é de 259.815 (duzentos e cinquenta e nove mil e oitocentos e quinze) habitantes.

A Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) instituiu enquanto objetivo geral das Unidades de Controle de Zoonoses, a Vigilância e o controle ambiental, pelo manejo e controle das populações animais, visando à profilaxia das zoonoses e doenças transmitidas por vetores, como também dos conseqüentes agravos e incômodos (BRASIL, 2003).

Além do objetivo geral, são estabelecidos os seguintes objetivos específicos no tocante aos Centros de Controle de Zoonoses do tipo 1, 2, 3 e 4, também preconizados pela FUNASA: o controle dos animais domésticos, visando à profilaxia das zoonoses onde esses animais possam atuar como reservatórios, hospedeiros e/ou vetores, assim como, quando eles causarem incômodos e agravos à população; o controle das espécies animais sinantrópicas para prevenção das zoonoses, incômodos e agravos que causam à população; o monitoramento das populações animais enquanto fatores de risco de transmissão de doenças ao homem; a detecção e atuação nos focos de zoonoses visando romper o elo de transmissão

de enfermidades do animal ao homem ou vice-versa; a execução das ações de vigilância epidemiológica das zoonoses e doenças transmitidas por vetores na área; o controle dos animais peçonhentos, com exceção dos ofídios, quando estes causarem danos à população; a execução das ações de vigilância entomológica e controle dos vetores; a atuação na área de educação em saúde e mobilização social para as zoonoses, doenças transmitidas por vetores e acidentes por animais peçonhentos; a integração com as diferentes instituições, visando à atuação conjunta no sentido de proceder à identificação dos fatores de risco, o controle de populações animais, sejam vetores ou reservatórios, no intuito de reduzir o risco de transmissão de enfermidades ao homem; e, o apoio às universidades em atividades relacionadas à pesquisa e capacitação de recursos humanos (BRASIL, 2003).

Nas Diretrizes estabelecidas por Brasil (2003) para os projetos físicos de Unidades de Controle de Zoonoses e fatores biológicos de risco foram determinadas: as características do terreno; as condições, o memorial justificado e o projeto de arquitetura do projeto físico; o programa arquitetônico; as áreas úteis dos ambientes; e os critérios para o Projeto: localização das UCZs, circulações e ambientes. De acordo com Reichmann et al. (2000b), os programas a serem implantados em um CCZ correspondem: a) ao controle da raiva, atuando nas áreas de vacinação de animais, no controle de populações (cães, gatos, morcegos, etc), na vigilância epidemiológica e na educação em saúde; e, b) ao controle de animais daninhos (vetores, roedores, animais incômodos e animais peçonhentos), atuando nas áreas de investigação epidemiológica, no controle de focos, e na educação em saúde.

Um Centro de Controle de Zoonoses deve dispor de legislação específica, recursos financeiros, físicos, humanos e materiais. Conforme a estrutura e a dinâmica dos programas desenvolvidos podem ser inclusos em um CCZ os seguintes cargos ou funções: médico veterinário, biólogo, educador em saúde ou profissional da área de pedagogia, psicologia ou outra, técnico agropecuário, agente de controle de zoonoses, auxiliar administrativo, auxiliar de serviços gerais, motorista, zelador/vigia (REICHMANN et al., 2000b).

3.2 CONTROLE DE POPULAÇÃO DE CÃES E GATOS: IMPORTÂNCIA DAS MEDIDAS PREVENTIVAS E DA PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO

De acordo com Souza (2011), ao longo dos anos, propostas e técnicas foram desenvolvidas objetivando o controle de populações animais. A maioria das ações estava ligada à questão da saúde pública com vistas ao controle da raiva, já que o cão é o mais importante transmissor da doença. Para a referida autora, a prática da captura e morte

sistemática e indiscriminada de cães, que se realiza há mais de um século em nosso país, em nome do controle de zoonoses e da redução do seu excesso numérico, revelaram-se ineficazes.

Compartilhando da mesma ideia, Brandespin (2006) afirmou que, até os dias atuais, uma das técnicas mais utilizadas para o controle populacional de cães e gatos abandonados é o extermínio em massa, realizado pelos centros de controle de zoonoses. Não obstante, Reichmann et al. (2000a) esclareceu que a apreensão e a remoção de cães errantes e dos sem controle, desenvolvidas sem conotação epidemiológica, sem o conhecimento prévio da população e segundo técnicas agressivas e cruéis, têm mostrado pouca eficiência no controle da raiva ou de outras zoonoses e de diferentes agravos.

A Organização Mundial de Saúde - OMS e a *World Society for the Protection of Animals* – WSPA (1990), após sete anos de pesquisa de campo sobre ecologia canina, concluiu sobre a necessidade de se mudar a estratégia de controle desses animais, criticando a prática de captura e sacrifício de cães. A pesquisa aponta que tal prática: a) não atua na origem do problema – o excesso de nascimentos; b) origina melhores oportunidades de sobrevivência para os que escapam à captura, com isso aumentando taxa de reprodução e reduzindo mortalidade; c) provoca a imigração de animais de outras regiões, causando desequilíbrio na estrutura social da população canina local e promovendo a ocorrência de novos focos de doenças; d) é estratégia onerosa, quando comparada a outras de caráter preventivo; e) tem sido alvo frequente de manifestações de desacordo por parte da sociedade.

A Organização Mundial para Saúde Animal – OIE (2005) indicou as seguintes medidas para o manejo populacional canino: educação e legislação para a guarda responsável, registro e identificação dos animais, controle reprodutivo, recolhimento e manejo de cães de rua capturados, controle das fontes de alimento e abrigo, restrição do movimento, educação para a redução dos ataques e mordeduras e eutanásia. Segundo Orlandi (2011), o interesse em implantar programas de esterilização, de vacinação em massa e de educação para a guarda responsável, é de natureza pública, pois é na defesa da saúde pública que tais campanhas operam, ao controlarem a população animal, o abandono e as zoonoses.

A Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (2009) defende o desenvolvimento de um programa educativo de longo prazo, uma vez que, tal estratégia contribui para a mudança de hábitos e posturas que podem impactar o processo de envelhecimento da população animal e, ao mesmo tempo, diminuir o abandono, reduzir o número de susceptíveis jovens a doenças infectocontagiosas e a incidência de zoonoses na população humana.

Conforme Orlandi (2011), o órgão gerenciador do CCZs tem um papel fundamental na execução de efetivos programas de educação para a posse responsável de animais, devendo

esclarecer a sociedade sobre a relevância da vacinação, esterilização e adoção de animais, desestimulando, dessa forma, o abandono. Ocorre, porém, que ainda não há uma percepção da população sobre a importância da atividade de recolhimento em relação à saúde pública e ao bem-estar animal (SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SÃO PAULO, 2009).

Garcia et al. (2012) enfatizaram a importância em considerar as demandas locais, bem como os recursos disponíveis e características da dinâmica populacional para a promoção de uma política nacional com medidas preventivas, curativas e legislativas para o manejo populacional canino. No trabalho supracitado é possível observar a preocupação em proteger não apenas a saúde coletiva, mas concomitantemente a isso prevenir os problemas relacionados ao bem estar animal, com estratégias peculiares a cada realidade. O manejo populacional dos cães de rua exige estratégias políticas, sanitárias, etológicas, ecológicas e humanitárias que sejam socialmente aceitas e ambientalmente sustentáveis para promover a participação social e integrar o controle das zoonoses (GARCIA, 2014).

Reconhece-se mundialmente que a melhor atuação no trato da coisa pública vincula-se às ações preventivas. Logo, é preciso apontar a necessidade de atuação preventiva em controle animal nos documentos legais nos municípios (SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SÃO PAULO, 2009). A referida Secretaria enfatizou ainda a importância de cuidados básicos e preventivos dirigidos aos animais de estimação, a fim de garantir o bem estar animal, em consonância com a promoção da saúde pública e a preservação do meio ambiente.

3.3 BEM ESTAR ANIMAL: DEFINIÇÃO E INDICADORES QUE INFLUENCIAM EM SUA AVALIAÇÃO

Hurnik (1992) definiu bem estar animal com sendo “o estado de harmonia entre o animal e seu ambiente, caracterizado por condições física e fisiológica ótimas e alta qualidade de vida dos animais”. Ampliando a definição Fitzpatrick et al (2006), definiram bem estar animal como sendo a combinação de aspectos subjetivos e objetivos (qualitativos e quantitativos) das condições de vida dos animais, incluindo saúde e doença, comportamento, criação e gestão, sendo, portanto, uma ideia complexa e abstrata.

O conceito de bem estar é complexo e pode ser entendido como um estado de saúde mental e física, onde o indivíduo se encontra em harmonia com o ambiente em que vive (BRAMBELL, 1965 *apud* SILVANO et al, 2010). Schwartzkopf-Genswein et al. (2012) afirmaram que o bem estar envolve o modo como os animais experimentam diversos fatores,

tais como o stress, a fadiga, a mortalidade, as lesões, o manejo, o acesso ao alimento e água, as condições do ar e da temperatura, a exposição a ruídos, a densidade e o transporte.

A Organização Internacional de Saúde Animal sintetiza a definição de bem estar animal como sendo a forma do animal lidar com as condições em que vive. Portanto, para a referida Organização, “Um animal apresenta bem-estar se é saudável, confortável, bem nutrido, seguro, capaz de expressar comportamento inato, e se ele não está sofrendo de estados desagradáveis, tais como dor, medo e aflição” (OIE, 2014).

O bem estar animal pode ser avaliado a partir da observação de indicadores e de medidas diversas destes. Assim, Broom (2011) afirmou que a maioria dos indicadores auxilia a localização do estado do animal dentro da escala de muito bom a muito ruim. Conforme Broom e Molento (2004), vários são os efeitos que podem interferir no bem-estar, como por exemplo, aqueles provenientes de doença, traumatismos, fome, estimulação benéfica, interações sociais, condições de alojamento, tratamento inadequado, manejo, transporte, procedimentos laboratoriais, mutilações variadas, entre outros.

Dessa maneira, Broom (2011) constatou que as mensurações fisiológicas ou a resposta imunológica reduzida podem evidenciar sinais de bem-estar precário, citando como exemplo a elevação da frequência cardíaca, a atividade adrenal após desafio com hormônio adrenocorticotrófico (ACTH), os quais podem indicar que o bem-estar está mais reduzido que em indivíduos que não apresentam essas mesmas alterações.

O BEA pode ser avaliado ainda através da observação do comportamento dos animais, o estado de ativação dos seus sistemas fisiológicos e o seu estado geral, sendo fatores importantes o alojamento e as condições das instalações (VEISSIER et al., 2007). Além das mensurações fisiológicas e da resposta imunológica, medidas comportamentais também são de valor especial na avaliação de bem-estar. O fato de que um animal evita um objeto ou evento dá fortemente informações sobre os seus sentimentos e, conseqüentemente, sobre o seu bem-estar (BROOM, 2011). A observação das alterações comportamentais é considerada um dos métodos mais rápidos e práticos quando se avalia o BEA (POLETTTO, 2010).

As cinco liberdades desenvolvidas pelo Farm Animal Welfare Council (FAWC, 2009) evidencia que o bem estar animal estaria adequado quando são cumpridas as seguintes condições: nutrição adequada; conforto térmico e físico; ausência de enfermidades e lesões; possibilidade de expressar as condutas próprias da espécie, sobretudo àquelas em que o animal demonstra forte motivação; e ausência de dor ou estresse intenso ou duradouro.

Broom e Fraser (2010) descreveram alguns indicadores de bem-estar e explicaram que existem diferenças entre os indicadores de bem-estar para os problemas de curto prazo e de

longo prazo. Segundo os referidos autores, medidas de curto prazo, como frequência cardíaca e concentração de cortisol plasmático são apropriadas para avaliar o bem estar durante o manuseio ou transporte, mas não durante a habitação de longo prazo. Já algumas medidas de comportamento e de estado da doença são mais adequadas para os problemas de longo prazo. Porém, deve-se ressaltar que em qualquer avaliação de bem-estar, é necessário levar em conta as variações individuais ao se enfrentar adversidades e nos efeitos que as adversidades exercem sobre os animais (BROOM, 2011), já que estas podem interferir na avaliação.

3.4 CONTROLE DE ZOONOSSES *VERSUS* BEM ESTAR ANIMAL: A IMPORTÂNCIA DA SENSIBILIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

As zoonoses representam uma constante preocupação do poder público e da sociedade, uma vez que é frequente o contato entre animais e os seres humanos (OLIVEIRA et al, 2012). Segundo Pfuetzenreiter (2010) há carência de trabalhos educativos com a comunidade sobre a promoção do bem-estar animal. Dessa forma, torna-se imprescindível o desenvolvimento de ações que cooperem na sensibilização da população no tocante a questões relacionadas ao bem estar animal e a saúde pública. É claramente desejável que as pessoas sejam informadas a respeito da importância do bem estar animal (BROOM; MOLENTO, 2004).

A Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (2009) afirmou que os funcionários de controle animal devem ser agentes de saúde, multiplicadores dos preceitos de bem estar animal, a fim de manter um elo harmônico entre o poder publico e a comunidade. Além disso, devem atentar para a prestação de orientações necessárias aos munícipes sobre os preceitos de propriedade, posse ou guarda responsável de animais, bem estar animal e conceitos de saúde publica e segurança, medidas preventivas e profiláticas.

Conforme Gomes (2013) a necessidade em difundir e praticar a guarda responsável no Brasil é emergencial. Para isso, deve haver uma ação conjunta de vários setores da sociedade com o intuito de realizar campanhas educativas nas escolas e comunidades, entre outras mudanças capazes de trazer benefícios e promover o BEA. A conscientização da população sobre a importância da guarda responsável é uma ferramenta importantíssima nesse processo, uma vez que a educação ambiental possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades capazes de induzir mudanças de atitude individuais e coletivas (FIGUEIREDO, 2009).

O Boletim Epidemiológico Paulista (BEPa), em seu primeiro número do ano de 2006, já recomendava que programas, políticas públicas e leis voltadas às ações de controle da população animal, com vistas a garantir a saúde e a segurança públicas, também assegurassem

o atendimento aos princípios do bem-estar animal, a preservação do meio ambiente e a ordem social. Somente os cuidados com o meio ambiente e com o bem estar animal permitem a prevenção dos fatores determinantes do risco da incidência de doenças (SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SÃO PAULO, 2006). Portanto, o bem estar animal e a saúde pública, longe de serem valores antagônicos ou inconciliáveis, são interesses que se vinculam e que se voltam a um mesmo fim (ORLANDI, 2011).

Garcia et al. (2008), ao analisar parte da cadeia do controle populacional de cães e gatos mencionaram cinco pontos críticos definidos como “pontos de estrangulamento” para o bem estar humano, animal ou da comunidade, que permitem uma discussão ética. O primeiro ponto se referia à forma de recolhimento dos animais, que envolve o processo desde a tomada de decisão da retirada do animal até o transporte do mesmo. O segundo ponto estava relacionado à internação do animal no serviço de controle animal, que envolve as ações de desembarque do animal do veículo (aproximação, interação, contenção/imobilização). O terceiro ponto correspondia à manutenção dos animais no serviço de controle animal, envolvendo o manejo do animal durante toda a sua estadia até seu destino final. O quarto ponto de estrangulamento compreendia ao destino do animal (resgate pelo proprietário ou responsável, adoção, devolução no local do recolhimento, nos casos dos animais comunitários, doação, eutanásia, outros). O quinto e último ponto dizia respeito ao controle da reprodução (cuidados pré, trans e pós cirúrgicos; capacitação do profissional).

O fato importante que merece destaque é a forma de recolhimento dos animais, onde a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (2009) enfatizou que a profissão de “laçadores” foi instituída desde a década de 1970 em nosso país, mas que embora até hoje seja uma profissão importante no controle da raiva e no equilíbrio ambiental, se constituiu em uma fonte de conflitos, tendo em vista que o modo violento de como os laçadores capturavam os animais e os jogavam na carrocinha gerava insatisfação por parte da população.

Laçar os animais e jogá-los dentro de veículos inapropriados é o panorama encontrado na maioria dos centros de controle de zoonoses, principalmente em países em desenvolvimento (GARCIA et al., 2008). Consequentemente cria-se um estigma negativo das ações desenvolvidas pelos profissionais dos CCZs, o qual precisa ser superado. É importante que a ética profissional seja evidenciada perante a comunidade e esteja em harmonia com a ética do consenso social no tratamento dos animais. O Instituto Técnico de Educação e Controle Animal (2007) alertou quanto ao cuidado que se deve tomar com a forma de recolhimento por meio da capacitação de oficiais de controle animal.

De acordo com a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (2009), a aplicação de princípios de bem estar animal, por parte dos profissionais envolvidos em todas as etapas do manejo, desde o recolhimento criterioso até a eutanásia, é fundamental para minimizar os riscos para ambos, pois contribuem para manter os animais mais calmos, com menos estresse e medo, e prover segurança ao profissional. Também, é de suma importância nessa fase a questão da educação dos “novos” proprietários, o bem-estar animal e dos funcionários no caso da atividade de eutanásia (GARCIA et al. 2008).

3.5 BIOÉTICA: ORIGEM, DEFINIÇÕES E SUA IMPORTÂNCIA NO CONTROLE POPULACIONAL DE CÃES E GATOS

A bioética originou-se das questões concretas, relacionadas à vida, em geral, e suscitadas, recentemente, dentro das áreas médica, ecológica e social, em função dos respectivos desenvolvimentos (DRUMMOND, 2011). A Bioética nascia com a preocupação ética na área das ciências da vida, da saúde e do meio-ambiente, incluindo a interface entre essa área e as duas culturas (HOSSNE, 2013). Dessa forma, a bioética se originou provocando a inclusão das plantas e dos animais na reflexão ética, já realizada para os seres humanos. Em seguida, foi proposta a inclusão do solo e dos diferentes elementos da natureza, ampliando ainda mais a discussão. A visão integradora do ser humano com a natureza como um todo, em uma abordagem ecológica é a perspectiva mais recente (GOLDIM, 2006).

Conforme Pessini (2013) a bioética tem dupla paternidade e duplo enfoque – “de um lado, problemas de macrobioética, com inspiração na perspectiva de Potter, de outro, problemas de microbioética ou bioética clínica, com nítida sustentação no legado de Hellegers”, criador do Instituto Kennedy de Bioética, em Washington. No entanto, o primeiro documento que trata o termo “bioética” é de Fritz Jahr, que em 1927, publicou um artigo na revista alemã *Kosmos*, onde apresentava a Bioética como a emergência de obrigações éticas não apenas com o homem, mas com todos os seres vivos (AZEVEDO, 2010).

Empregado pelo oncologista Potter, na década de 1970, o termo Bioética pode ser entendido como uma amálgama de práticas, métodos e conteúdos relacionados ao impacto da tecnologia na vida, saúde e nas pesquisas, assim como nos acontecimentos ambientais (SILVA, 2006). Em 1988, Potter ampliou a bioética em relação a outras disciplinas dimensionando-a enquanto uma ética global, e não apenas mais como uma ponte entre a biologia e a ética. E, em 1998, Potter expôs a ideia da bioética profunda, retomando o

pensamento de Whitehouse, o qual compartilhava a ideia dos avanços da biologia evolutiva, e do pensamento sistêmico e complexo que comporta os sistemas biológicos (PESSINI, 2013).

A bioética, como forma talvez especial da ética, é, antes, um ramo da Filosofia, podendo ser definida de diversos modos, de acordo com as tradições, os autores, os contextos e, talvez, os próprios objetos em exame (CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2006). Uma das definições de Bioética é que esta é a ciência “que tem como objetivo indicar os limites e as finalidades da intervenção do homem sobre a vida, identificar os valores de referência racionalmente proponíveis, denunciar os riscos das possíveis aplicações” (LEONE et al., 2001). Para Azevedo (2010), a bioética pode ser entendida como ciência, disciplina ou movimento de intervenção social e centra a sua atuação, fundamentalmente, no agir da pessoa humana e nas consequências que daí resultam, pretendendo com isso melhorar as realidades da vida e do viver.

Schramm (2002) trabalhou com a ideia de que a bioética tem uma tríplice função, reconhecida acadêmica e socialmente, sendo a primeira função descritiva, que consiste em descrever e analisar os conflitos em pauta; a segunda função é denominada de normativa com relação a tais conflitos, no duplo sentido de proscrever os comportamentos que podem ser considerados reprováveis e de prescrever aqueles considerados corretos; e a terceira função definida como protetora, no sentido, bastante intuitivo, de amparar, na medida do possível, todos os envolvidos em alguma disputa de interesses e valores, priorizando, quando isso for necessário, os mais “fracos”. Schramm (2008) utilizou o termo bioética da proteção e definiu como sendo “um subconjunto da bioética, constituída por ferramentas teóricas e práticas que visam entender, descrever e resolver conflitos de interesses entre quem tem os meios que o capacitam para realizar sua vida e quem não os tem.” Para o referido autor, a bioética de proteção amplia o escopo da consideração moral e se aplica aos animais sencientes, porque os atos humanos podem acarretar-lhes danos. Desse modo, mediante a exploração dos animais por interesses humanos, estes seres são pacientes morais suscetíveis, na maior parte das vezes, já vulnerados e que precisam de ações urgentes de proteção (SOUZA; SHIMIZU, 2013).

A bioética tem sido nesses últimos anos, objeto de discussão presente em diversas áreas da saúde. Mais que um estudo sistemático das dimensões morais das ciências da vida e da saúde, a bioética se configura enquanto um instrumento útil de decisão acerca de variados e polêmicos conflitos vigentes na prática cotidiana de muitos profissionais que trabalham com a vida. A Bioética não é a ética das áreas biológicas pensada pela sua própria comunidade científica específica. É a ética multi, inter e transdisciplinar, convocando, para reflexão ética, os diversos segmentos da comunidade (HOSSNE, 2013).

A Bioética impõe-se não só no âmbito científico, no qual assumiu as características de “ciência do diálogo”, mas está ganhando força e espaços em todos os segmentos sociais, profissionais, políticos e religiosos (SILVA, 2006). Para Hossne (2006), o advento da bioética e sua implantação têm contribuído para a tomada de consciência quanto às questões éticas no campo das ciências da vida em geral e não apenas no campo da saúde ou da medicina exclusivamente. Portanto, não se deve limitar as discussões da bioética aos grandes dilemas éticos, a exemplo do projeto genoma humano e outros, mas incluir os direitos e deveres dos profissionais de saúde e dos clientes, as intervenções humanas sobre o ambiente e demais situações que podem interferir no equilíbrio das espécies vivas (KOERICH et al.; 2005).

É certo que muitos estudos e debates no tocante a questões bioéticas têm envolvido os seres vivos como um todo. Não obstante, é comum observar a negligência quando o assunto é o ser animal. De acordo com Hossne (2006), a ideia do outro não ser "ser humano" nem sempre é levada em consideração, ao menos de modo diferenciado. Dessa forma, as relações entre os seres humanos, bem como destes com os demais animais encontram-se permeadas de conflitos, sejam de ordem moral ou ética. Esses conflitos são muito evidentes não apenas na questão de experimentação animal, mas também em situações cotidianas dos serviços de vigilância em saúde, comprometendo o bem-estar animal e ferindo preceitos éticos.

Broom (2011) afirmou que o bem estar animal é um conceito científico, o qual descreve uma qualidade potencialmente mensurável de um animal vivo em um momento particular. O que os seres humanos fazem a respeito, ou deveria fazer sobre isso, é uma questão ética e muitas vezes são chamadas de proteção animal. Segundo a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (2009), a adoção de novas posturas e a otimização dos serviços de vigilância em saúde, de controle de zoonoses e de controle de população animal são clamores sociais, morais e jurídicos. Por isso, as diretrizes dos programas de prevenção de doenças devem ser atualizadas, adequando-se ao contexto epidemiológico e a uma visão mais ampla de aspectos ecológicos e bioéticos de cada localidade.

Os interessados em conviver com cães e gatos assumem o compromisso ético de desenvolver e manter hábitos e posturas de promoção e preservação da saúde e do bem estar animal e preservação do meio ambiente (VIEIRA, 2008). Para Garcia et al. (2008), a discussão ética no controle das populações de cães e gatos deve focar esses animais não apenas como potenciais zoonóticos, mas sim, como integrantes das famílias e comunidades, e com valor intrínseco agregado. Daí a importância da implantação da guarda responsável e das políticas públicas de controle de zoonoses e da população animal, pautadas na questão da bioética e, conseqüentemente, do bem-estar animal.

A Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (2009) enfatizou a relevância da prestação de um serviço de excelência, com uma atuação pautada na ética e em princípios de bem estar animal, a fim de se obter a conscientização da população e do próprio órgão público no serviço de controle populacional de animais. Logo, é impossível falar acerca do bem estar animal sem associar a questões ligadas à bioética, haja vista que, esta respalda e coopera para o estabelecimento de ações que primam pelo respeito à vida e pela tomada de consciência quanto às questões éticas, em diversos âmbitos da sociedade.

4 MATERIAL E METODOS

4.1 LOCAL DE EXECUÇÃO

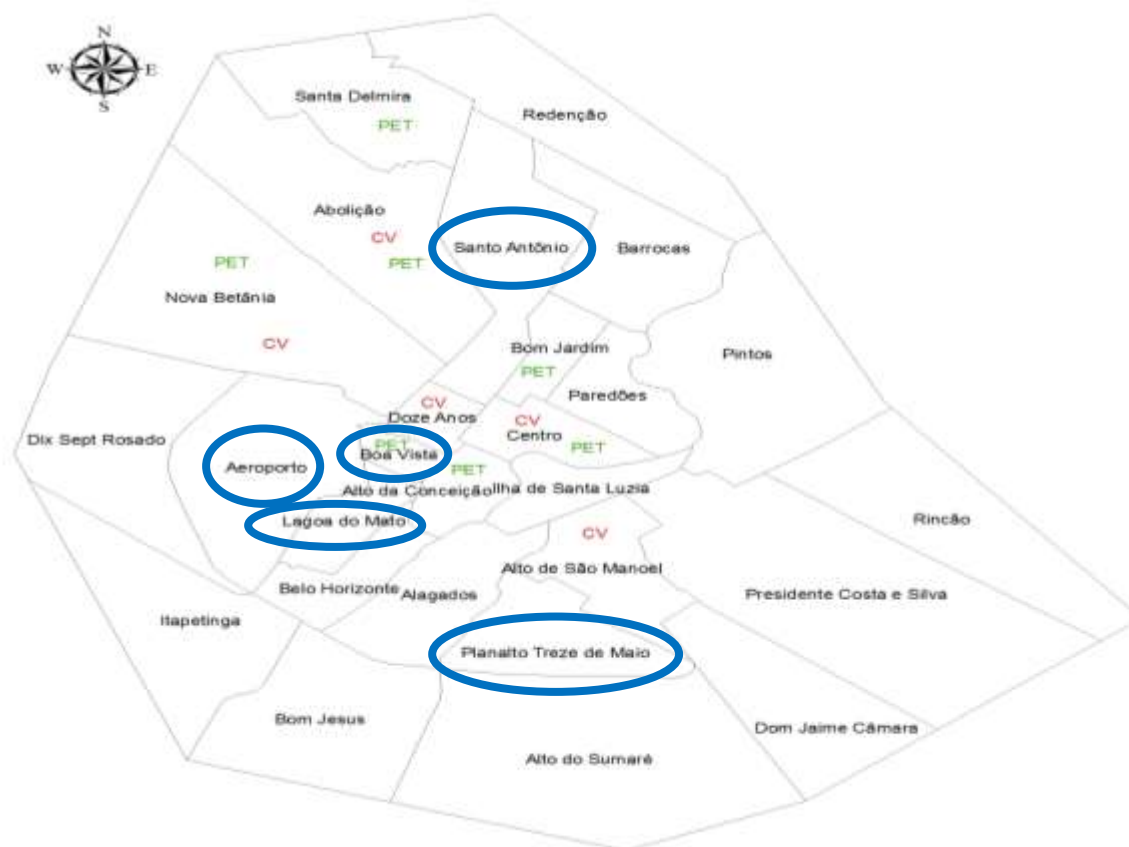
A pesquisa foi realizada no Centro de Controle de Zoonose do município de Mossoró/RN (Figura 1), o qual foi escolhido, levando-se em consideração os serviços lá prestados e a existência de uma equipe multiprofissional que trabalha diretamente com o controle de animais e de zoonoses, na zona urbana. O trabalho se estendeu ainda para cinco bairros do município de Mossoró/RN, a saber, Aeroporto, Boa Vista, Lagoa do Mato, Planalto 13 de Maio e Santo Antônio (Figura 2) Estes bairros foram selecionados considerando a atuação mais intensa dos profissionais do Centro de Controle de Zoonoses nos últimos cinco anos. Isso se fez necessário porque o estudo envolveu também a investigação quanto à relação existente entre os profissionais do Centro de Controle de Zoonoses e a comunidade, bem como a percepção desta acerca das atividades desenvolvidas pela referida instituição.

Figura 1 – Foto do CCZ de Mossoró/RN.



Fonte: Acervo pessoal, 2014

Figura 2 – Figura representando o mapa com os cinco bairros pesquisados



Fonte: Microdados do Censo Demográfico do IBGE (2010) / NESAT – Núcleo de Estudos Socioambientais e Territoriais da UERN, 2013.

4.2 IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

A população pesquisada correspondeu os profissionais da referida instituição, ou seja, 36 servidores, sendo 03 médicos veterinários, 18 agentes de endemias, 07 agentes de saúde, 01 recepcionista, 01 técnico de laboratório, 01 motorista, 01 técnico de manutenção, 01 digitadora, 02 auxiliares de serviços gerais, e 01 auxiliar. Destes, 19% constituem os profissionais da área administrativa e 81% os profissionais que lidam com o manejo canino.

Também participaram da pesquisa 385 pessoas residentes e domiciliadas nos bairros acima citados, incluindo homens e mulheres com faixa etária acima de dezoito anos. O total do número de participantes resultou de cálculo realizado, considerando a população total de Mossoró/RN, que de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

(censo 2010) é de 259.815 habitantes. O cálculo da amostra identificada corresponde ao de estimativas de proporção para uma população infinita, conforme Theóphilo e Martins (2009). Segue a fórmula utilizada, a saber: N = tamanho da população; Z = abscissa da normal padrão; p = estimativa da proporção; q = 1 – p; d = erro amostral e n = tamanho da amostra a ser selecionada na população.

$$n = \frac{Z^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{d^2 (N - 1) + Z^2 \cdot p \cdot q}$$

Foi lido e explicado aos participantes da pesquisa, no momento do recrutamento, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE (Apêndice A), o qual foi assinado por todos os pesquisados. Foram excluídos os sujeitos que optaram por não participar da pesquisa ou que se recusaram em assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, os que não residiam nos bairros pesquisados, e os que tinham idade inferior a 18 anos.

4.3 EXECUÇÃO DOS PROCEDIMENTOS

Para execução dos procedimentos o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – CEP-UERN, em atendimento à Resolução 196-96 do Conselho Nacional de Saúde e aprovado com número de parecer 520.948; com data de relatoria de 04.02.2014.

Após a aprovação foram realizadas visitas ao Centro de Controle de Zoonoses a fim de conhecer os profissionais que lá trabalham e suas atividades diárias, bem como as instalações físicas do local. Dessa forma, foram acompanhadas as atividades internas e externas, incluindo as visitas de campo juntamente com os profissionais da referida instituição.

Após este período de visitas e de observação, foi elaborado um material educativo para ser entregue a população dos bairros pesquisados, informando acerca do trabalho desenvolvido pelo Centro de Controle de Zoonoses, a fim de divulgar as ações realizadas por esta instituição e esclarecer dúvidas quanto à atuação dos profissionais do referido centro.

Em seguida, iniciou-se um trabalho voltado para a coleta de informações, utilizando como instrumentos questionários com perguntas objetivas/subjetivas. Nesse sentido, foram aplicados questionários específicos para os diferentes sujeitos da pesquisa, isto é, foi utilizado um questionário para os profissionais do CCZ (Apêndice B), e outro questionário voltado para as pessoas residentes nos bairros selecionados (Apêndice C).

A aplicação do questionário no Centro de Controle de Zoonoses foi feita em dias alternados e nos horários de expediente do profissional, considerando a disponibilidade dos mesmos. No caso da aplicação do questionário com a comunidade, foi feito um cronograma com dias programados para cada bairro selecionado. A entrevista com a população foi feita considerando o método de pesquisa aleatória simples, tendo sido realizada a amostragem por conglomerado (clusters). Ao término da entrevista com as pessoas dos bairros, foi entregue o material educativo acima citado.

4.4 ANÁLISE DOS DADOS

A análise estatística foi feita com o programa R (2013) utilizando-se os testes qui-quadrado, exato de Fisher, com um nível de significância de 5%.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO CCZ DE MOSSORÓ/RN

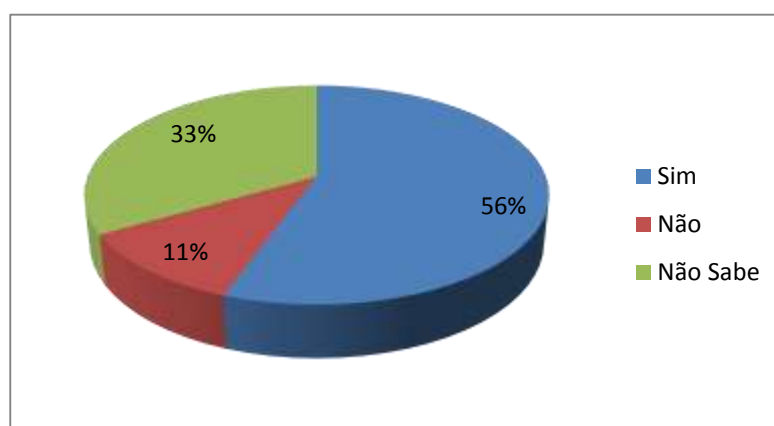
Através das observações e do questionário aplicado verificou-se que o CCZ de Mossoró/RN desenvolve atividades específicas em sua área de atuação. Tais atividades são realizadas a fim de atender os programas existentes na referida instituição, como o programa de controle da raiva, o programa de controle da leishmaniose visceral, o programa de doação de pequenos animais, e o programa de controle da doença de chagas, sendo esta última restrita a zona rural do município. O programa de controle de animais daninhos, no qual estariam inclusos o controle de vetores, o controle de roedores, o controle de animais incômodos e o controle de animais peçonhentos, preconizados no Manual do Instituto Pasteur (2000) não é desenvolvido, tendo em vista a falta de estrutura, como transportes insuficientes e sem manutenção, bem como número restrito de funcionários.

De acordo com a Portaria nº 52, de 27 de fevereiro de 2002, que estabelece diretrizes para projetos físicos de Unidades de Zoonoses e Fatores Biológicos de Risco, o CCZ do município de Mossoró/RN se classifica no tipo 2, considerando que a população é de 259.815 e que segundo a referida Portaria esse tipo de CCZ tem que ser construído em cidades que tenham entre 100.000 a 500.000 habitantes. A referida Portaria preconiza o desenvolvimento de atividades de controle de populações animais, entomologia e controle de vetores, sendo referência para municípios de menor porte. Em todo o Brasil, não há um padrão das atividades desenvolvidas pelos centros de controle de zoonoses. Enquanto em algumas regiões inicia-se a identificação e registro de animais por meio de microchips, em outras não há canis para abrigar animais recolhidos (REVISTA CLÍNICA VETERINÁRIA, 2008).

No tocante ao controle das zoonoses observa-se o programa de controle da raiva, o qual é realizado através de campanhas de imunização, especialmente em cães e gatos, e ainda quando os proprietários procuram o órgão em busca desse serviço. Também há a imunização dos cães que são capturados e que têm como destino à doação ou a devolução ao dono. Porém, quando foi perguntado sobre a vacinação desses animais, verificou-se que 56% dos profissionais responderam que os animais capturados são vacinados; 11% responderam que

não; e, 33% responderam que não sabiam (Figura 3). Esse resultado gera certa preocupação, pois um índice significativo de entrevistados responderam “não saber” e, conforme mensurado por parte dos que responderam que “sim”, essa atividade de imunização também é realizada no próprio Centro de Controle de Zoonoses, devendo, portanto, todos os profissionais deveriam ter conhecimento acerca da mesma

Figura 3 – Figura demonstrativa acerca do conhecimento dos profissionais do CCZ de Mossoró/RN sobre a imunização dos animais capturados na referida instituição e destinados para a doação



Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

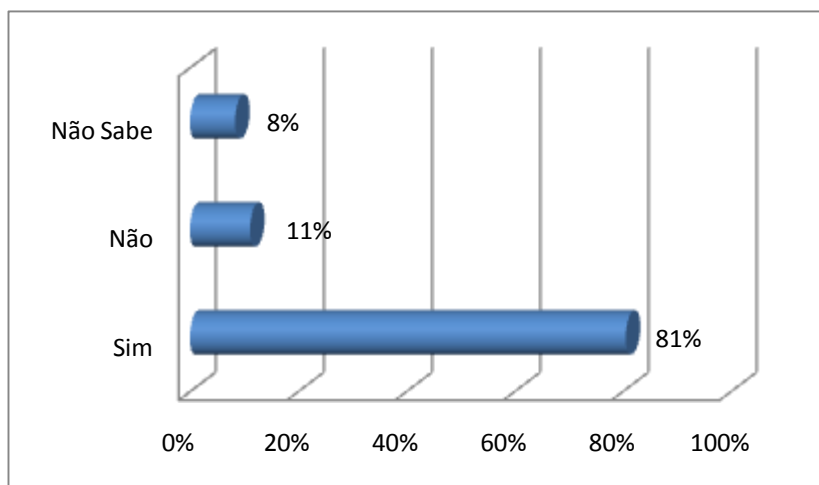
A Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo (2009) enfatizou em seu programa de controle populacional de cães e gatos a importância da imunização dos animais apreendidos, especialmente àqueles que são destinados à doação. A importância da vacinação dos animais apreendidos também é citada pela OMS (2005), a qual estabelece essa atividade como uma das principais no controle de algumas zoonoses, contribuindo na promoção da saúde.

A Lei nº 11.977, de 25 de agosto de 2005 instituiu no Estado de São Paulo o Código de Proteção aos Animais, no qual se encontram no Capítulo III as disposições acerca do CCZ e Controle Reprodutivo de Cães e Gatos. Nesse capítulo fica estabelecido que os municípios do Estado devem manter programas permanentes de controle de zoonoses, através de vacinação entre outras ações para a guarda responsável (SÃO PAULO, 2005).

No que diz respeito ao programa de controle da leishmaniose são desenvolvidas as atividades de inquérito sanguíneo canino, captura de animais soropositivos nas residências e as “rondas”, que é realizado mediante um cronograma de visitas aos bairros, e quando perguntado aos pesquisados sobre a existência de um cronograma obteve-se que 81% dos profissionais responderam que existe cronograma de visitas aos bairros; 11% responderam

que não; e, 8% responderam que não sabiam (Figura 4). Ressalta-se que sendo a leishmaniose visceral uma doença endêmica em Mossoró/RN os profissionais, em sua totalidade deveriam ter conhecimento sobre os cronogramas a serem executados para uma adequada orientação da população e consequente aplicação deste cronograma.

Figura 4 – Figura demonstrativa sobre o conhecimento dos profissionais do CCZ de Mossoró/RN quanto ao cronograma de visita aos bairros da cidade para o programa da leishmaniose visceral.



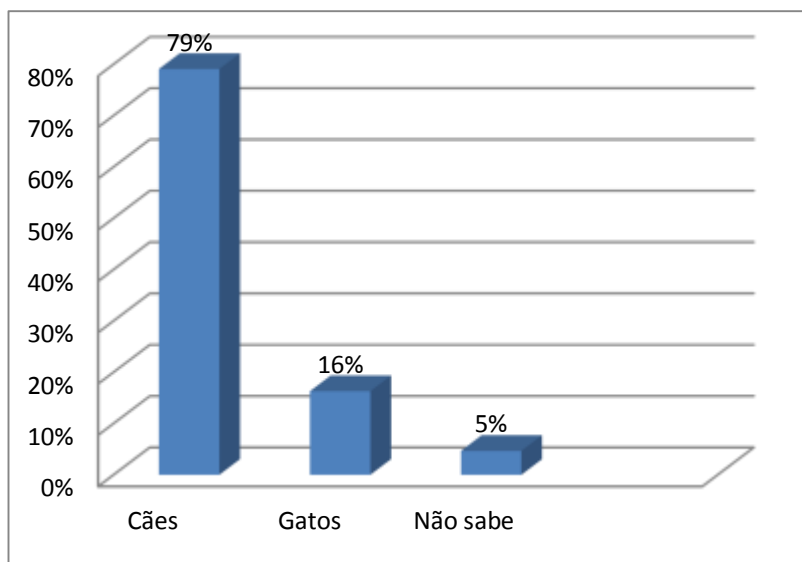
Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

Durante o acompanhamento dos agentes responsáveis pela captura dos animais soropositivos para leishmaniose visceral foi possível observar que, antes de fazer a captura, é explicado aos donos dos animais sobre o direito que estes têm em repetir o exame “particular”, sendo dado um prazo de trinta dias para tal. No decorrer do período de acompanhamento dessa atividade pôde-se constatar que a maioria dos animais com resultado positivo era entregue sem que o dono se prontificasse em repetir o exame, tendo sido verificadas poucas situações contrárias. No trabalho de Fraga (2012) identificou-se que uma das principais dificuldades apontadas nas ações de manejo do cão é a recusa do proprietário em aceitar a norma sanitária, se diagnosticado como positivo para leishmaniose visceral pelo exame realizado durante inquérito sorológico canino, deve ser encaminhado para a eutanásia, gerando, por vezes, conflitos entre os envolvidos na atividade de captura.

Outra atividade desenvolvida ainda no âmbito do controle da leishmaniose visceral é a chamada “ronda” que é feita, geralmente, no período da madrugada. Trata-se da captura de animais soltos nas ruas, tendo como foco principal os cães, conforme resultado representado na figura 5, onde 79% dos profissionais responderam que os animais comumente capturados

são cães; 16% responderam gatos; e, 5% responderam que não sabem. Em virtude da falta de transporte, a realização dessa atividade é bastante inconstante, segundo informação colhida.

Figura 5 – Figura demonstrativa sobre o conhecimento dos profissionais do CCZ de Mossoró/RN quanto à captura de animais.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

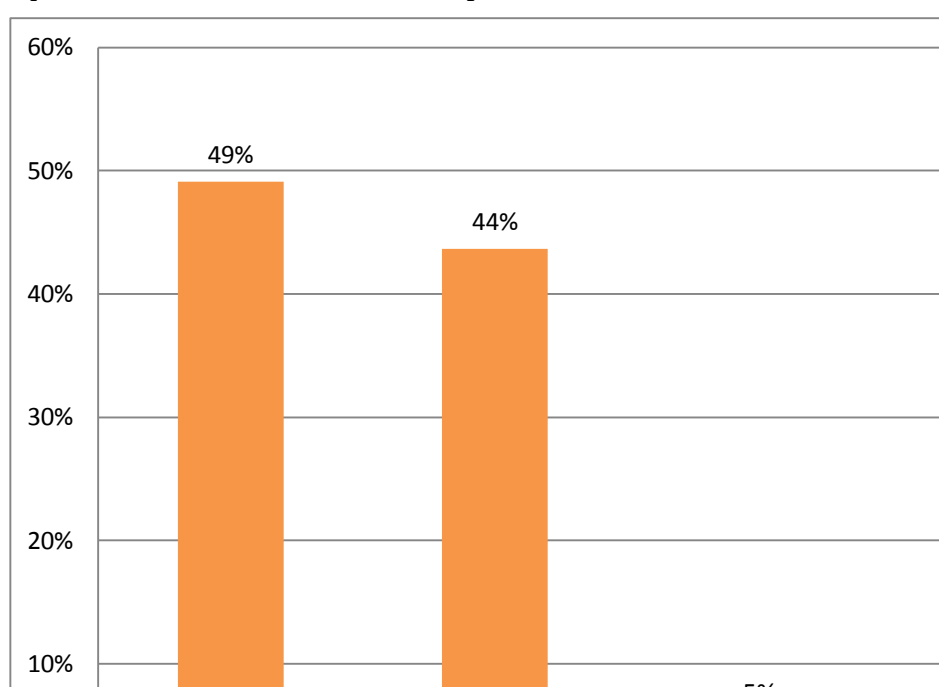
Em relação a essa atividade de captura, embora seja considerada típica em todos os Centros de Controle de Zoonoses (CCZs), há um número significativo de trabalhos que discutem quanto a sua eficácia no controle de população animal e de zoonoses. A Organização Mundial de Saúde - OMS e a *World Society for the Protection of Animals* – WSPA, em 1990, publicam o “*Guidelines for dog population management*”, com o resultado de sete anos de pesquisa de campo sobre ecologia canina. O ponto fundamental do trabalho é a conclusão de que a prática de captura e sacrifício de cães demonstra não ser eficaz, necessitando de uma mudança de estratégia quanto ao controle populacional de cães e gatos, não resolvendo o problema do alto índice de animais errantes.

Corroborando com essa ideia, a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (2009), afirmou que o recolhimento de cães de uma determinada área não soluciona o problema de animais. Portanto, um programa efetivo de controle de populações de cães e gatos deve incluir ações educativas permanentes, legislação, controle da reprodução e do comércio, registro, identificação animal e concessão de licenças (WHO, 2005). Souza (2011) relatou que o método tradicional de captura sistemática e, por vezes, indiscriminada, além de não atender aos requisitos de eficácia de programa de saúde pública, gera estresse no trabalhador e conflitos com a sociedade, pode causar impactos ao meio ambiente e não se justifica do ponto de vista ético. Conforme Andrade (2011) para obter resultados concretos o controle

populacional de animais deve ser alicerçado a partir de alguns pilares como controle reprodutivo, registro e identificação, adoção, cumprimento da legislação, entre outros.

É válido ressaltar que o Centro de Controle de Zoonoses de Mossoró/RN trabalha o programa de doação de pequenos animais (Figura 6), e algumas atividades educativas voltadas para a população (Figura 7), porém, não é visualizado ainda na instituição o trabalho voltado para o controle reprodutivo, o registro e identificação dos animais no momento da adoção, nem o trabalho voltado para a conscientização da guarda responsável.

Figura 6 – Figura demonstrativa sobre o conhecimento dos profissionais do CCZ de Mossoró/RN quanto ao destino dado aos cães capturados



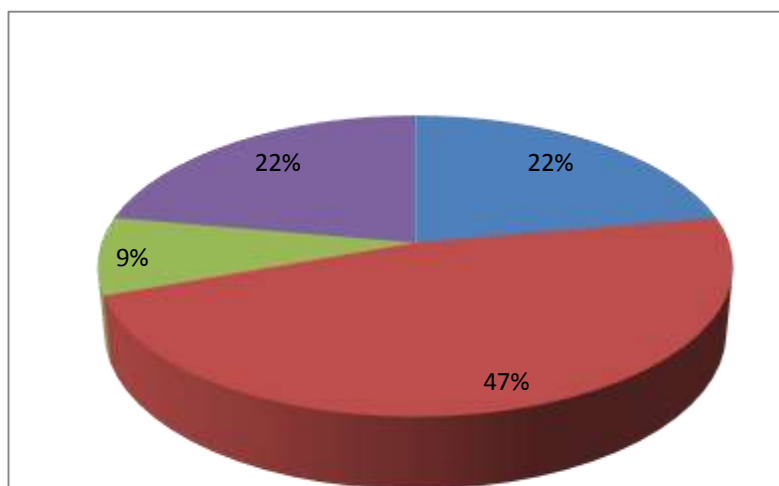
Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

Como apresentado na figura 6, 49% dos pesquisados responderam que o destino dado aos cães capturados é a doação; 44% responderam que é a eutanásia; 5% responderam que os animais capturados são colocados em abrigo e 2% não sabe. É possível observar que o índice de animais destinados à eutanásia ainda é bastante elevado na instituição, configurando a necessidade na ampliação de programas preventivos, a fim de modificar essa situação.

No que se refere à realização de atividades educativas é importante verificar que há uma contradição perceptível nos resultados obtidos entre a população e os profissionais do CCZ, pois quando perguntado a estes se costumavam realizar atividade educativa junto à população identificou-se que 22% responderam que não sabe; 22% responderam que sempre é oferecida atividade educativa; 47% responderam que às vezes é oferecida atividade educativa

à população; e, 9% responderam que nunca foi oferecida atividade educativa à população (Figura 7). Todos os entrevistados que responderam que “às vezes” e/ou “sempre” é oferecida essas atividades educativas mencionaram que tais atividades são realizadas através de panfletagem, de entrega de folhetos e alguns apenas citou a realização de palestras.

Figura 7 – Figura demonstrativa sobre à realização de atividades educativas feitas pelo CCZ de Mossoró/RN voltadas para a população, segundo os profissionais da referida instituição.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

Contrapondo os resultados obtidos com os profissionais do Centro de Controle de Zoonoses, quando perguntado à população se este já havia desenvolvido atividade educativa no bairro constatou-se que 39% responderam que não. Na tabela 1 pode-se visualizar, pelo teste exato de Fisher que há uma desproporção quanto ao resultado comparativo entre os dois grupos de pesquisados (população x profissionais do CCZ), já que dos 36 profissionais do Centro de Controle de Zoonoses, apenas 3 deles responderam que não era ofertada atividade educativa à população, ao passo que, dos 385 moradores dos bairros entrevistados 150 pessoas responderam que não era ofertada essa atividade, portanto, um número considerável dos moradores que contradizem a informação coletada no Centro de Controle de Zoonoses.

As ações de educação em saúde precisam ser entendidas como incumbência de todos os profissionais das áreas da saúde e da educação, na prática de suas rotinas diárias (REICHMANN et al, 2000a). Corroborando com o mesmo entendimento, Devens (2011), em seu trabalho sobre capacitação dos agentes de combate as endemias do município de Aracruz/ES, enfatiza a importância destes na integração com as atividades de mobilização da educação em saúde, já que esses profissionais visitam periodicamente os domicílios.

Tabela 1 – Tabela demonstrativa sobre a realização de atividade educativa pelo CCZ de Mossoró/RN, voltada para a população, segundo os profissionais da referida instituição e segundo a população pesquisada

Pesquisados	É ofertada atividade educativa à população pelo CCZ?		p - valor
	Não	Sim	
A	3	25	< 0,0001
B	150	54	< 0,0001

A – Profissionais do CCZ de Mossoró/RN

B – População dos bairros pesquisados

p - valor: teste exato de Fisher

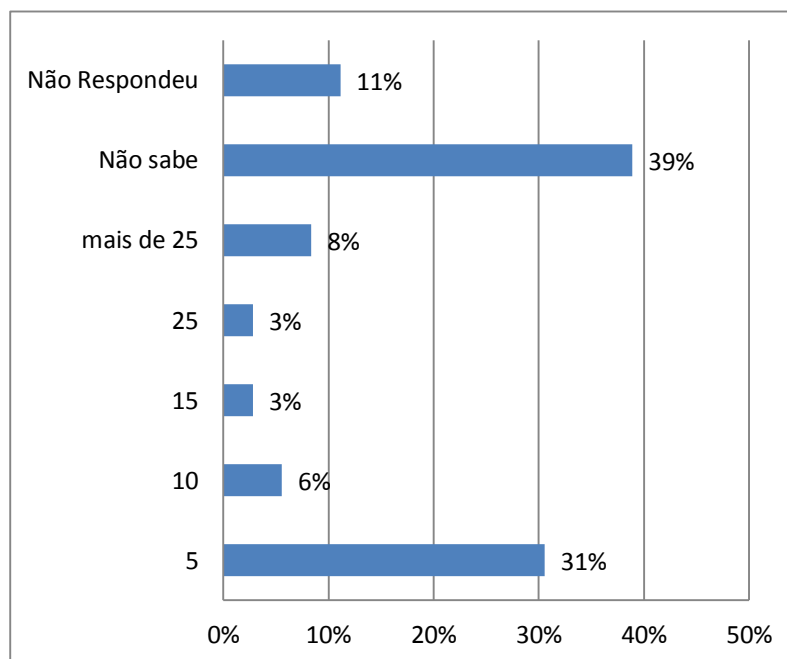
Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

O controle da população canina e ações de educação em saúde devem ser atividades transversais nos Centros de Controle de Zoonoses, pelo fato de os cães participarem da cadeia epidemiológica de doenças como a raiva e a leishmaniose visceral (FRAGA, 2012). Para a referida autora a atuação dos CCZs na área de educação em saúde e na mobilização social para as zoonoses, doenças transmitidas por vetores e acidentes por animais peçonhentos está contemplada na lista dos objetivos deste serviço de saúde. Porém, como assinalado, Brasil (2003) admite que as ações educativas ainda são pouco usuais nestas instituições.

Ainda em se tratando da atividade de captura, foi perguntado qual o tempo, em média, que os animais permanecem alojados no CCZ. Nesse quesito o que chamou a atenção foi a grande quantidade de pesquisados que respondeu “não saber”, correspondendo a 39% do total (Figura 8). Esse resultado pode configurar a pouca participação no acompanhamento dos animais capturados por parte dos profissionais da instituição ou a inexistência de um protocolo fixo estabelecido a fim de manter esses animais no local por período determinado.

É salutar expor que alguns dos participantes da pesquisa esclareceram que esse tempo de permanência no Centro de Controle de Zoonoses vai variar de acordo com o estado do animal capturado. Nos casos em que o animal capturado apresenta-se em bom estado de saúde, espera-se por cinco dias que o dono venha pegá-lo. Em caso do dono não aparecer o cão fica destinado à doação por tempo indeterminado; já se o cão apresentar-se com leishmaniose visceral este é destinado à eutanásia.

Figura 8 – Figura demonstrativa sobre o tempo de permanência dos animais capturados no CCZ de Mossoró/RN, segundo os profissionais da referida instituição.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

Resultado semelhante a este, encontrou-se no trabalho de Andrade (2011), no qual se pôde constatar o tempo indeterminado de permanência dos animais, e o critério de eutanásia apenas para os animais doentes. Entretanto, Reichmann et al (2000a) recomendaram que o período de tempo para resgate seja de três dias úteis consecutivos, pois a experiência de diferentes serviços de controle de zoonoses demonstra que o maior contingente de animais resgatado é o do primeiro dia, sendo menor no segundo e muito pequeno no terceiro dia. Segundo Figueiredo e Araújo (2001) dentre os cães e gatos direcionados a abrigos de proteção nos Estados Unidos (EUA) somente uma pequena quantidade destes animais é resgatada por seus proprietários ou recolocada em novas residências.

5.2 DAS CONDIÇÕES FÍSICAS DO CCZ DE MOSSORÓ/RN

O Centro de Controle de Zoonoses de Mossoró/RN é dividido nos seguintes ambientes: uma recepção, uma copa, um laboratório, uma sala de técnicos, uma sala da direção, um banheiro para usuários, um almoxarifado, um banheiro para funcionários, uma sala de vacina, três canis coletivos - um dos quais, na data da pesquisa estava interditado por problemas de desabamento do teto, 03 canis individuais e três gatis e uma sala para eutanásia.

Figura 09: Figura demonstrativa do espaço físico do Centro de Controle de Zoonoses de Mossoró/RN.



Fonte: Acervo pessoal, 2014.

O espaço físico do CCZ de Mossoró/RN, dividido nos seguintes ambientes: Recepção (A), copa (B), laboratório (C), sala de técnicos (D), sala da direção (E), banheiro para usuários (F), almoxarifado (G), banheiro para funcionários (H), sala de vacina (I), três canis coletivos (J), 03 canis individuais e três gatis (K), sala para eutanásia (L).

Brasil (2003) preconizou no manual da FUNASA o programa arquitetônico das Unidades de Controle de Zoonoses de Fatores Biológicos de Risco para a construção das áreas úteis dos ambientes de cada tipo de unidade. No caso do CCZ, tipo 2, foi estabelecida a construção de blocos, a saber, o bloco técnico administrativo, o bloco de controle animal, o bloco de operação de campo e o bloco de serviços gerais. No primeiro bloco deve conter os seguintes ambientes: recepção e hall; secretaria; documentação e telefonia; diretoria, com sala para diretor, sala de reunião e sanitários; sala para 4 técnicos; laboratório de entomologia com insetário; sala de vacinação; sala de apoio para operadores de campo; almoxarifado para

material administrativo; sanitários para funcionários (feminino e masculino); sanitários para público (feminino e masculino); copa; área de serviço; refeitório com capacidade para 20 pessoas; depósito de material de limpeza. No segundo bloco deve haver: canil coletivo – módulo com capacidade para 30 animais; canis individuais para adoção; canis individuais para observação; sala de eutanásia; sala de necropsia com uma mesa; depósito de ração; sanitários e vestiários (feminino e masculino); depósito de material de limpeza; depósito de equipamentos e materiais de campo; área de serviço; gatil com capacidade para 10 gaiolas; curral com capacidade para 20 animais (eqüídeos); curral com capacidade para 20 animais (bovinos); baias fechadas e individuais para eqüídeos; baias abertas e individuais para bovinos; depósito de ração; área coberta para triturador de capim; pocilga com baias abertas, com capacidade para 4 animais. No terceiro bloco deve existir: depósito de inseticida – larvicida; depósito de inseticida – adulticida; depósito de raticida; depósito de maquinas e equipamentos; sala para descarte e material já utilizado; área de preparo e limpeza de equipamentos; depósito de materiais de limpeza e lavanderia; sanitários e vestiários (feminino e masculino). E no último bloco deve haver: garagem aberta para 10 carros; depósito para manutenção de viaturas; área e rampa de lavagem.

Foi possível constatar que o CCZ de Mossoró/RN possui uma estrutura aquém do que é preconizado por Brasil (2003). Os seus ambientes não condizem com os projetos de Unidades de Controle de Zoonoses e mais que isso, se encontram bastante deteriorados com parte da estrutura física ameaçada, como é o caso da área de um dos canis coletivo, que teve o teto desabado e está interditado por falta de reparos (Figura 10), e o caso dos gatis que sequer são utilizados pelo fato de terem sido construídos de maneira inadequada para o seu uso, oferecendo risco para o manuseio dos animais por parte dos profissionais (Figura 11).

De acordo com o Manual do Responsável Técnico do Estado do Rio Grande do Norte, dentre as responsabilidades do responsável técnico está a de fazer cumprir todas as normas e segurança dos trabalhadores e dos seus equipamentos, bem como de manter-se atualizado e fazer cumprir toda legislação e normas regulamentadoras no âmbito federal, estadual e municipal (CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2009). Por não está de acordo com as diretrizes estabelecidas no Manual da Funasa e, além disso, se encontrar com problemas estruturais, as condições físicas de trabalho do CCZ de Mossoró compromete a qualidade do serviço, podendo trazer riscos aos animais que lá são alojados, bem como aos profissionais que lá atuam.

Figura 10 – Foto do canil coletivo interditado no CCZ de Mossoró/RN.



Fonte: Acervo pessoal, 2014.

Figura 11 – Foto dos gatis interditado no CCZ de Mossoró/RN.

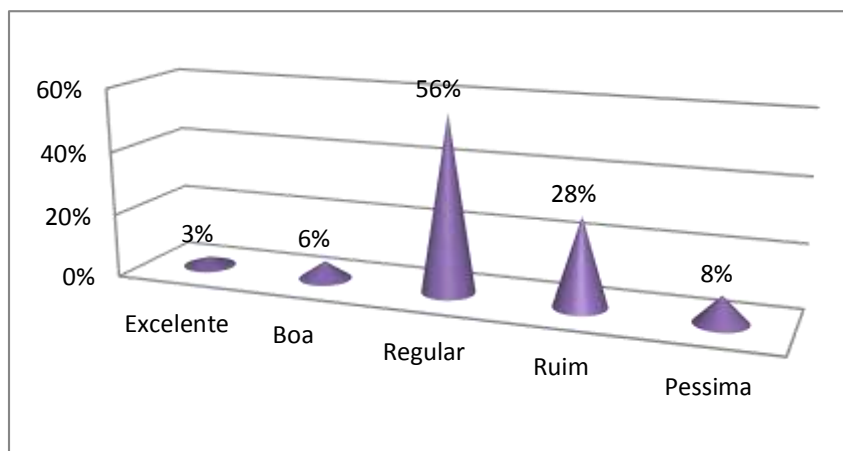


Fonte: Acervo pessoal, 2014.

Quando questionados sobre as condições de trabalho do CCZ de Mossoró/RN, apenas 3% avaliaram como excelente, 6% como boa, 56% responderam regular, 28% se referi como ruim, e, 8% como péssima (Figura 12). Esses dados corroboram com o trabalho de Santana e Oliveira (2006), os quais citaram que a falta de infraestrutura e recursos humanos qualificados é uma realidade vigente nos Centro de Controle de Zoonoses. Isso porque muitos municípios brasileiros que contam com um centro de controle de zoonoses não atendem o que é preconizado na Portaria nº 52, de 27 de fevereiro de 2002, a qual estabelece as diretrizes para projetos físicos de Unidades de Zoonoses e Fatores Biológicos de Risco, não dispondo dessa maneira de condições adequadas para o seu funcionamento.

De acordo com a Revista de Clínica Veterinária (2008) os Centros de Controle de Zoonoses não recebem investimentos e trabalham com falta de recursos, tanto de material, quanto de profissionais capacitados. Além disso, Soto et al (2007) enfatizaram que os Centros de Controle de Zoonoses foram projetados como órgão público com o objetivo de minimizar o problema das doenças transmitidas por animais à população humana. Porém, com o passar do tempo, as pessoas passaram a utilizar o órgão como destino de animais de estimação que se tornaram indesejados. Como esses centros não têm esta finalidade, a sua estrutura física e de pessoal é insuficiente para comportar todos os animais entregues.

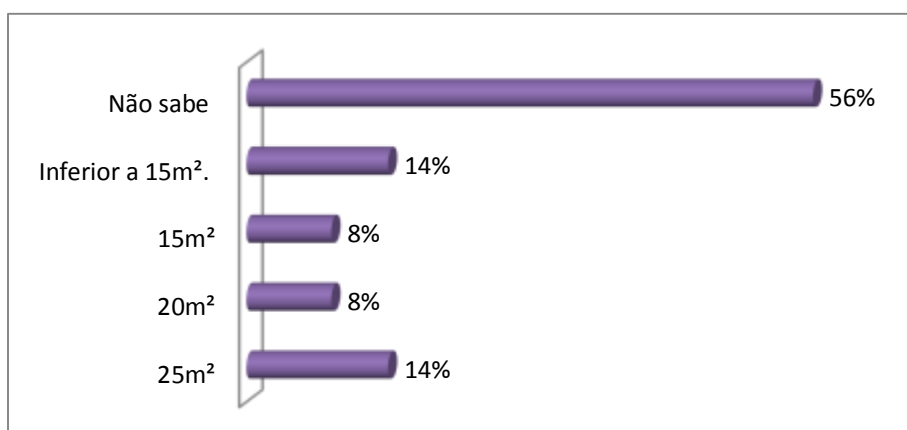
Figura 12 – Figura demonstrativa da avaliação das condições de trabalho do CCZ de Mossoró/RN, segundo os profissionais da referida instituição.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

Quando analisamos sobre a área dos canis coletivos e área dos canis individuais, observou-se que com relação à área dos canis coletivos, 56% responderam que não sabiam, 14% responderam que possui uma área inferior a 15m², 8% responderam que possui uma área de 15m², 8% responderam que possui uma área de 20m² e 14% responderam que possui uma área de 25m² (Figura 13). Podemos observar que além de uma grande parcela dos pesquisados não saberem acerca da área dos canis coletivos, ainda há uma significativa diferença de opções marcadas. Independentemente disso, é imprescindível ressaltar que a área de cada módulo do canil coletivo não deve ser inferior a 4,00m² (BRASIL, 2003). Nesse quesito, o Centro de Controle de Zoonoses de Mossoró não fere as diretrizes estabelecidas no Manual da Funasa, tendo em vista que a área dos canis coletivos é de 25m².

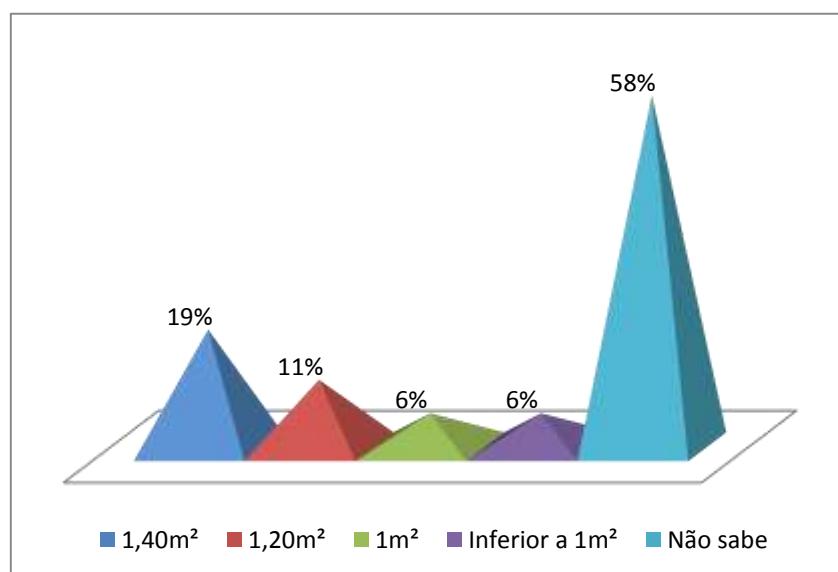
Figura 13 – Figura demonstrativa da área dos canis coletivos do CCZ de Mossoró/RN, segundo os profissionais da referida instituição.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

O mesmo ocorre com a área dos canis individuais, onde a maioria dos pesquisados responderam não saber, 58%; 6% responderam que possui uma área inferior a 1m², 6% responderam que possui uma área de 1m², 11% responderam que possui uma área de 1,20m² e 19% responderam que possui uma área de 1,40m² (Figura 14). Desta forma, verifica-se que com relação aos canis individuais, o CCZ de Mossoró não fere as diretrizes estabelecidas no Manual da Funasa, já que área de cada canil individual é de 1,40m².

Figura 14 – Figura demonstrativa da área dos canis individuais do CCZ de Mossoró/RN, segundo os profissionais da referida instituição.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

As diretrizes da FUNASA estabelecem uma área mínima de 1,20m² para os canis individuais (BRASIL, 2003). Embora o Centro de Controle de Zoonoses local apresente uma área que não fere as medidas estabelecidas é perceptível um índice muito elevado de profissionais que responderam não saber as especificações do espaço referente à área dos canis coletivos e individuais, isso torna os profissionais sem a devida capacidade de analisar as condições físicas adequadas a essa instituição, sendo necessários programas de capacitação para os mesmos. Além disso, é salutar destacar que a quantidade de canis existentes no Centro de Controle de Zoonoses não atende a demanda do município.

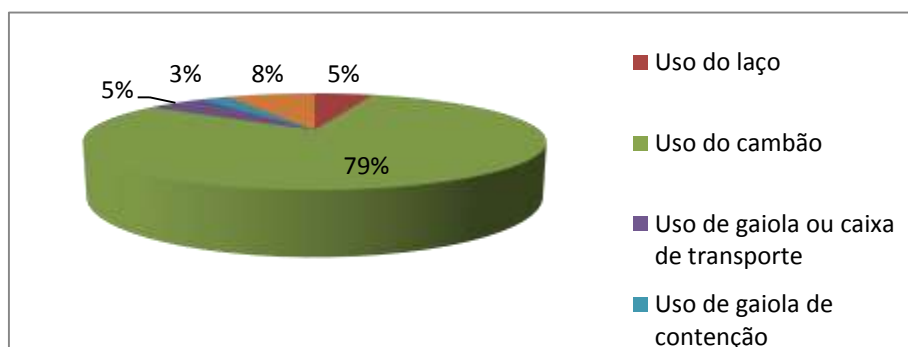
5.3 AS CONDIÇÕES DE BEM ESTAR ANIMAL NO CCZ DE MOSSORÓ/RN E O CONHECIMENTO DOS PROFISSIONAIS DO CCZ SOBRE BEM ESTAR ANIMAL

Considerando que o BEA pode ser influenciado pelas condições em que animal se encontra houve o questionamento quanto à forma que é feita a captura dos animais no perímetro urbano, como é feito o transporte dos animais capturados, a quantidade de vezes que é fornecido alimento aos cães por dia, como são fornecidos esses alimentos, quantas vezes é fornecida água para os cães por dia, como é feita a higiene individual dos animais, se é realizado algum controle de ectoparasitas nos ambientes do Centro de Controle de Zoonoses, e qual o método de eutanásia utilizado na instituição.

Dessa maneira, quando perguntado aos profissionais do Centro de Controle de Zoonoses sobre como é feita a captura dos animais no perímetro urbano, constatou-se que 5% responderam que a captura é feita com o uso de laço; 79% responderam que a captura é feita com o uso de cambão, 5% responderam que é a captura é feita com o uso de gaiola ou caixa de transporte; 3% responderam que a captura é feita com o uso de gaiola de contenção; e, 8% responderam a captura é feita com o uso de zarabatana (Figura 15).

A Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo (2009) mostrou que a melhor forma de contenção de cães o uso de guia/corda de algodão macio. E, ao contrário do que foi constatado acima, o uso do laço deve ser desestimulado, haja vista que causa estresse e agressividade por parte do animal; e, o uso do cambão deve ser o último recurso utilizado, indicado apenas para animais com comportamento muito agressivo. Alças de fio descoberto não devem ser utilizadas para a captura (OIE, 2014). Considerando, pois, o resultado exposto, o CCZ de Mossoró não utiliza o recurso recomendado da literatura mencionada, podendo comprometer assim o bem-estar dos animais capturados.

Figura 15 – Figura demonstrativa de como é realizada a captura dos animais no perímetro urbano pelo CCZ de Mossoró/RN, segundo os profissionais da referida instituição.



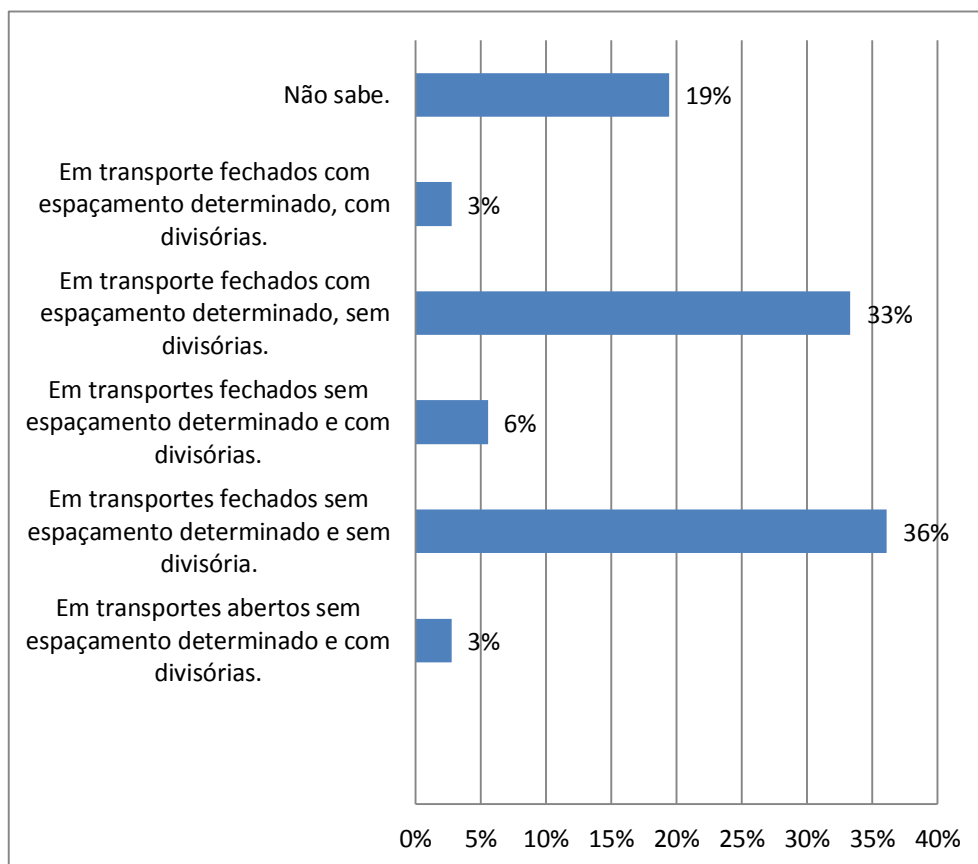
Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

Ao se tomar cuidado com a forma de recolhimento por meio da capacitação de oficiais de controle animal (INSTITUTO TÉCNICO DE EDUCAÇÃO E CONTROLE ANIMAL, 2007), se está cuidando de quatro áreas simultaneamente, a saber, o bem estar animal, o bem estar do funcionário e o bem estar da comunidade, e fazendo com que a os profissionais envolvidos na cadeia do controle populacional de cães e gatos, no caso particular o médico veterinário, demonstre perante a sociedade a sua capacidade como profissional de operar de acordo com a ética profissional que reflete e está em harmonia com a ética do consenso social no tratamento dos animais, mantendo sua autonomia (GARCIA et al., 2008).

No que diz respeito de como é feito o transporte dos animais, resultou que 19% responderam não saber; 3% responderam que é feito em transporte fechado com espaçamento determinado, com divisórias; 33% respondeu que é feito em transporte fechado com espaçamento determinado, sem divisórias; 6% responderam que é feito em transporte fechado sem espaçamento determinado, sem divisórias; 36% responderam que é feito em transporte fechado sem espaçamento determinado, com divisórias; e, 3% responderam que é feito em transporte aberto sem espaçamento determinado, com divisórias. Dessa forma, o CCZ de Mossoró, embora, utilize transporte fechado, compromete a segurança dos animais capturados por não haver divisórias nos veículos utilizados para este fim.

Como é possível observar na Figura 16, a maioria dos pesquisados se reporta a transportes fechados e não aberto. Neste contexto o código sanitário que prevê o transporte para os animais terrestres da Organização Internacional de Saúde Animal. E se aplica aos somente aos animais domésticos vivos: bovinos, búfalos, camelos, ovelhas, cabras, porcos, aves e cavalos, mas também pode aplicar-se a outros animais (veados, outros camelídeos e aves corredoras, por exemplo), no entanto não há normas para o transporte de cães e gatos, sendo esse um fator bastante preocupante, considerando ser o transporte inadequado uma forma de maus tratos. Entretanto a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (2009) citou que um compartimento específico destinado ao transporte de animais (carroceria) seja fechado, com sistema de ventilação permanente para circulação de ar, proporcionando conforto e segurança. Além disso, os cães devem ser transportados em caixas/gaiolas ou compartimentos individuais, de tamanho adequado ao porte, permitindo que possam realizar pequenos movimentos de acomodação no seu interior. Captura, transporte e exploração dos cães devem ser feitos de forma humana. A autoridade competente deverá desenvolver e implementar legislação e formação adequada para regular essas atividades (OIE, 2014).

Figura 16 – Figura demonstrativa de como é feito o transporte dos animais capturados pelo CCZ de Mossoró/RN, segundo os profissionais da referida instituição



Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

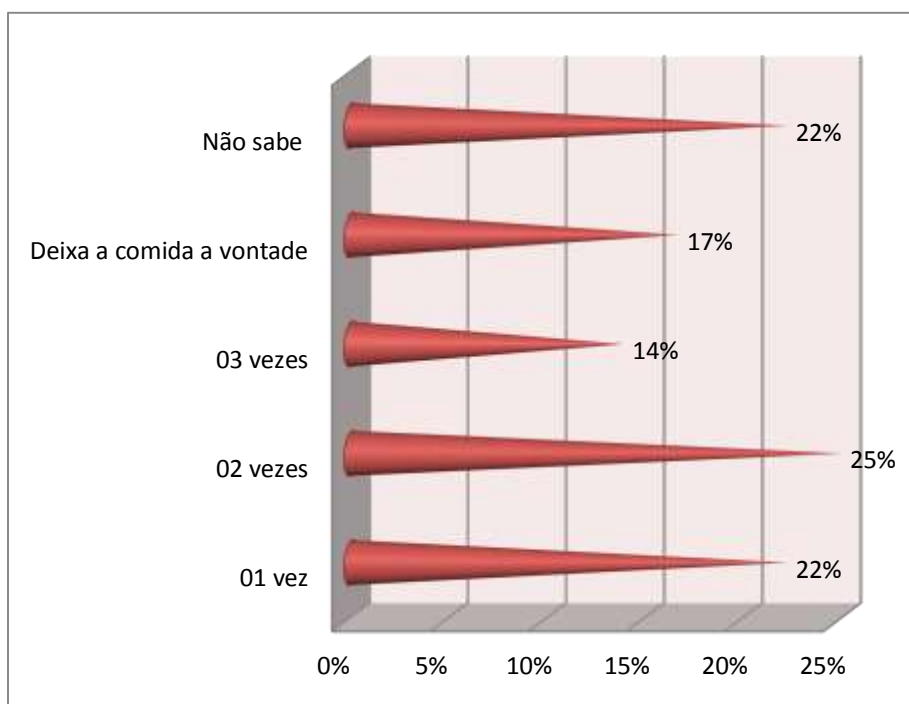
Em relação à quantidade de vezes que são fornecidos os alimentos para os cães por dia no CCZ, 22% responderam que não sabem, 17% responderam que deixa a comida a vontade, 14% responderam que os alimentos são fornecidos 3 vezes por dia, 25% responderam que os alimentos são fornecidos 2 vezes por dia e, 22% responderam que são fornecidos alimentos apenas 1 vez por dia, sendo que a alternativa “mais de 3 vezes por dia” não foi marcada. De uma forma mais detalhada, teve-se que 66% dos médicos veterinários responderam que o alimento é fornecido 1 vez ao dia, e 33% responderam que deixa a comida a vontade. Já em relação aos demais profissionais resultou que 21% responderam que o alimento é fornecido 1 vez ao dia; 32% responderam que é fornecido 2 vezes ao dia, 15% responderam que é fornecido 3 vezes ao dia; 12% que deixa a comida à vontade; e, 20% responderam que não sabiam. Conforme se pode observar na Figura 17, há uma variedade muito grande de respostas, não havendo um consenso sobre esse quesito por parte dos profissionais.

Alimentação inadequada às espécies, ou em quantidade insuficiente, pode causar deficiências nutricionais, perda de peso, doenças e até a morte (BROOM; FRASER, 2010).

Para Reichmann et al (2000a) o número de refeições pode variar, dependendo da raça, da idade, entre outros fatores, mas em geral, para animais adultos o fornecimento de duas refeições ao dia é indicado. Neste caso, no CCZ de Mossoró/RN, verificamos que apenas 25% dos profissionais responderam que fornecem duas refeições por dia, devendo, portanto, ser realizada uma avaliação sobre a alimentação dos animais para que haja uma melhor adequação. A Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (2009) afirmou que os serviços municipais de alojamento de animais devem elaborar protocolos de administração de rações e água em quantidades necessárias, conforme o porte e o número de animais alojados, horários de oferecimento e das trocas do alimento e água, estabelecendo que a alimentação deve ser ofertada, no mínimo, duas vezes por dia. Isso porque o bem estar animal requer além da prevenção de doenças, abrigo, manejo e nutrição adequada (OIE, 2014).

O manejo nutricional mostra-se potente no controle e prevenção de certos comportamentos inapropriados exibidos por cães e gatos. Constitui-se, assim, ferramenta valiosa na promoção do bem estar dos mesmos (RAMOS; RECHE JUNIOR, 2010). Além disso, alimentação inadequada para a espécie e insuficiente, além de agressões físicas, animais mantidos presos em espaços pequenos e sujos, entre tantos outros casos, constituem crimes previstos no Decreto-Lei nº 24.645 /1934 (BRASIL, 1934).

Figura 17 – Figura demonstrativa da quantidade de vezes por dia que é fornecido alimento aos cães no CCZ de Mossoró/RN, segundo os profissionais da referida instituição.

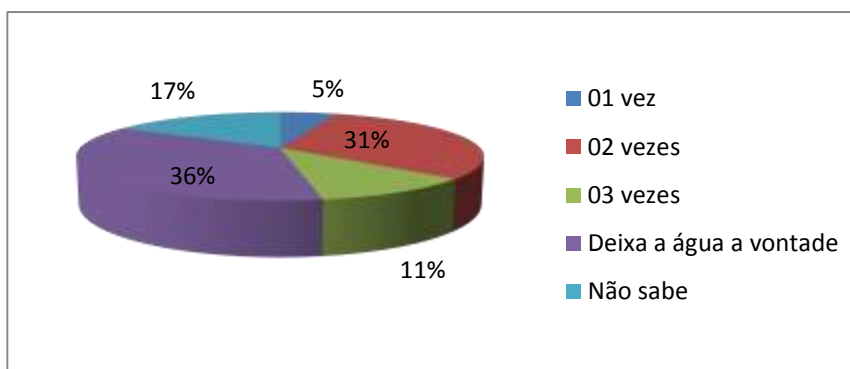


Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

No que se refere à quantidade de vezes que é fornecida água para os cães por dia no CCZ, 17% responderam que não sabem, 36% responderam que deixa a água a vontade, 11% responderam que a água é fornecida 3 vezes por dia, 31% responderam que a água é fornecida 2 vezes por dia, 5% responderam que a água é fornecida apenas 1 vez por dia (Figura 18). Para Reichmann et al. (2000a) a água deve ser oferecida em recipientes apropriados ou por sistema automático sempre limpos e com abastecimento constante. Especificando, 100% dos médicos veterinários responderam que deixa a água à vontade. Em relação aos demais profissionais resultou que 6% responderam que a água é fornecida 1 vez ao dia; 33% responderam que era fornecida 2 vezes ao dia; 12% responderam que é fornecida 3 vezes ao dia; 27% responderam que deixa a água à vontade; e, 22% responderam que não sabiam. A água ofertada deve ser sempre limpa e disponível permanentemente aos animais (SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SÃO PAULO, 2009). Depreende-se desse resultado que os animais alojados no CCZ de Mossoró/RN têm sempre água disponível.

Manter os animais livres de fome e sede, além de mantê-los livres de desconforto e de dor; de injúrias ou doenças; de medo e estresse; e, livres para que manifestem padrões comportamentais característicos da espécie são os preceitos estipulados pela Associação Mundial de Veterinária (WVA, 1993), designados como as “cinco liberdades” como forma de promoção do bem-estar animal. Também é importante considerar a faixa etária de cada animal, tendo em vista que os cães idosos são mais propensos à desidratação devido a possíveis alterações osmorreguladoras, medicamentos e doença renal crônica que compromete a capacidade de concentrar a urina (HAND et al., 2000).

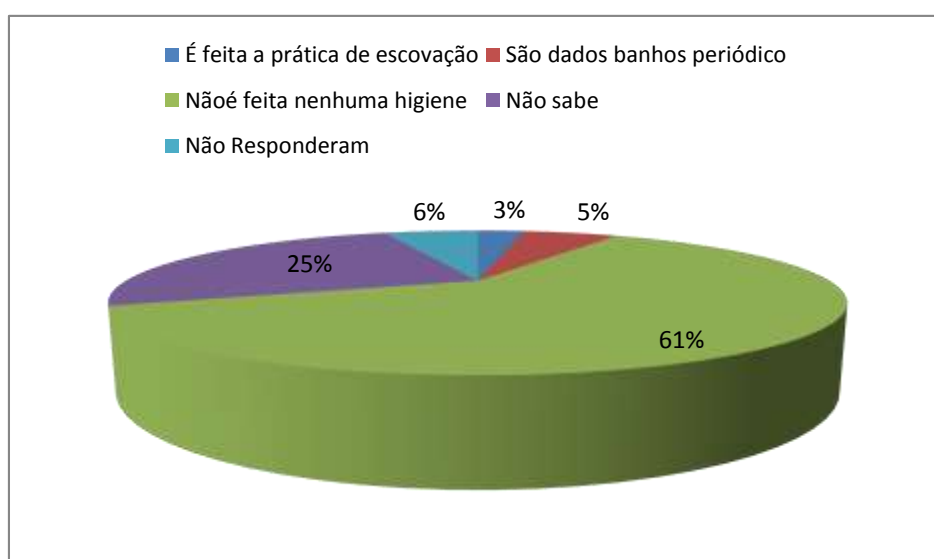
Figura 18 – Figura demonstrativa da quantidade de vezes por dia que é fornecida água aos cães no CCZ de Mossoró/RN, segundo os profissionais da referida instituição.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

No que tange a higiene individual dos animais no Centro de Controle de Zoonoses, 3% responderam que é feita a prática de escovação; 5% responderam que são dados banhos periódicos; 61% responderam que não é feita nenhuma higiene nos animais; 25% responderam que não sabiam; 6% não responderam a questão e, nenhum dos pesquisados marcou as opções que incluíam o corte de unhas e a limpeza de orelhas dos animais (Figura 19). Vieira et al. (2009) enfatizou a importância da higiene individual afim de que a integridade física dos animais seja garantida, evitando dor, lesões, doenças e sofrimento.

Figura 19 – Figura demonstrativa sobre as práticas de higiene individual dos animais realizadas no CCZ de Mossoró/RN, segundo os profissionais da referida instituição



Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

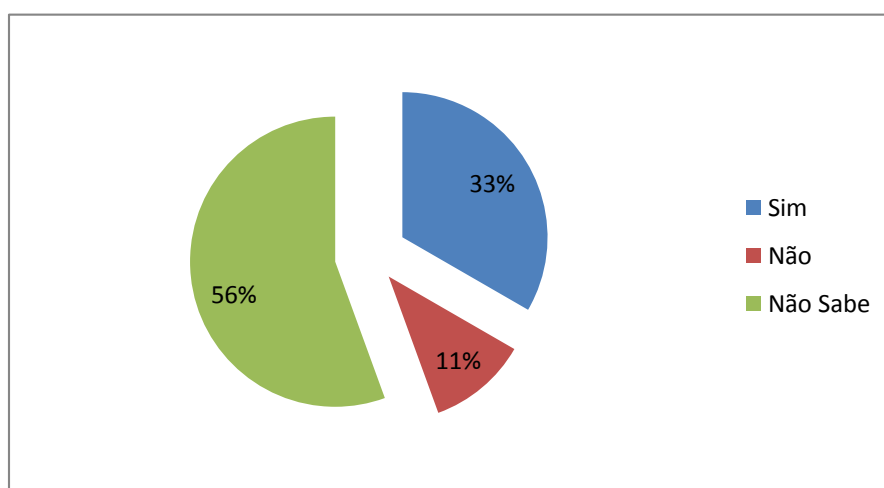
No que diz respeito à realização das práticas de higiene ambiental teve-se que 36% dos profissionais responderam que é feito descarte diário dos dejetos animais; 11% responderam que são utilizados produtos não cáusticos na limpeza dos ambientes; 6% responderam que o descarte dos dejetos é feito semanalmente; 8% responderam que a limpeza dos ambientes é feita com qualquer produto; e, 39% responderam que não sabiam. Logo, fica notório o elevado índice de profissionais que mesmo trabalhando na instituição desconhecem quanto a essa prática considerada tão necessária e importante. Segundo Reichmann et al (2000b) os excrementos dos animais mantidos em baias, gaiolas, canis e gatis devem ser recolhidos diariamente por ocasião da limpeza. O responsável técnico, quando no exercício de suas funções deve garantir a profilaxia dos animais e a higiene das instalações.

Quanto à realização de controle de ectoparasitas no CCZ, obteve-se que 33% responderam que é realizado esse controle; 11% responderam que não é feito esse controle; e,

56% responderam que não sabiam se é feito o controle de ectoparasitas (Figura 20). De acordo com Reichmann et al. (2000a), pelo incômodo que causam, as lesões que determinam e também pelo papel que exercem como vetores de agentes de zoonoses, os ectoparasitas devem ser sistematicamente controlados, segundo diferentes métodos.

Além disso, o Manual do Responsável Técnico do estado do Rio Grande do Norte preconizou que o responsável técnico quando no exercício de suas funções deve garantir a profilaxia dos animais e a higiene das instalações, inclusive promover o treinamento do pessoal envolvido no manejo dos animais em todos os aspectos, envolvendo a aplicação de inseticidas ou outros produtos, até mesmo naturais (CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2009).

Figura 20 – Figura demonstrativa sobre a prática de controle de ectoparasitas realizada no CCZ de Mossoró/RN, segundo os profissionais da referida instituição.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

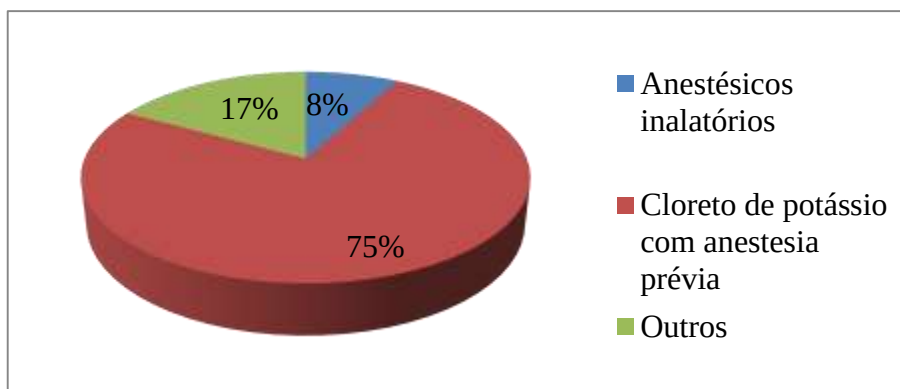
E, quanto ao método de eutanásia utilizado no Centro de Controle de Zoonoses de Mossoró/RN, registrou-se que 75% responderam que é utilizado o cloreto de potássio com anestesia prévia; 8% responderam que utilizado anestésicos inalatórios; e, 17% responderam são utilizados outros métodos (Figura 21). Nesse caso, o CCZ de Mossoró não utiliza métodos considerados agressivos e proibidos na legislação vigente acerca da prática de eutanásia. Nos Estados Unidos cerca de 66% dos animais encontrados nos abrigos de proteção são submetidos à eutanásia (MOULTON, 1991). Uma grande parcela dos animais recolhidos pelos Centros de Controle de Zoonoses brasileiros não é resgatada por seus proprietários ou adotada pela população. Estes animais acabam sendo submetidos à eutanásia, pela inviabilidade do poder público mantê-los indefinidamente nos canis (RODRIGUEZ et al,

2008). Todavia, a eutanásia não deve ser utilizada como método de controle populacional nem realizada em animais saudáveis. Muitas associações protetoras dos animais condenam a prática da eutanásia, nos CCZs, em animais com doenças tratáveis. Elas alegam que o Estado deve investir em campanhas de guarda responsável e esterilização para reduzir o número de sacrifícios nos centros (SANTANA; OLIVEIRA, 2006; SOTO, 2010).

Barbosa (2010) afirmou que os órgãos públicos devem ser exemplos de manejo etológico e preservação do bem-estar animal, mesmo daqueles que precisam ser submetidos à eutanásia. O Manual do Responsável Técnico do Estado do Rio Grande do Norte enfatizou que a promoção do treinamento de pessoal envolvido no manejo dos animais em todos os aspectos é uma das atribuições do responsável técnico. Para eutanásia de cães e gatos é indicado, exclusivamente, o uso de anestésicos gerais, administrados por via intravenosa (SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SÃO PAULO, 2009). A OIE (2014) destacou que é necessário considerar a segurança e o bem estar animal quando da realização do método de eutanásia e ratifica que certos métodos de eutanásia devem ser acompanhados de sedação ou anestesia para ser considerado aceitável.

A Resolução nº 1000, de 11 de maio de 2012 do Conselho Federal de Medicina Veterinária dispõe sobre procedimentos e métodos de eutanásia em animais e institui normas reguladoras de tais procedimentos, indicando-a nas seguintes situações: o bem estar do animal estiver comprometido de forma irreversível, sendo um meio de eliminar a dor ou o sofrimento dos animais, os quais não podem ser controlados por meio de analgésicos, de sedativos ou de outros tratamentos; o animal constituir ameaça à saúde pública; o animal constituir risco à fauna nativa ou ao meio ambiente; o animal for objeto de atividades científicas, devidamente aprovadas por uma Comissão de Ética para o Uso de Animais - CEUA; o tratamento representar custos incompatíveis com a atividade produtiva a que o animal se destina ou com os recursos financeiros do proprietário. Todavia, a referida Resolução estabelece também princípios básicos que devem nortear os métodos de eutanásia, como o elevado grau de respeito aos animais; a ausência ou redução máxima de desconforto e dor nos animais; a ausência ou redução máxima do medo e da ansiedade; entre outros.

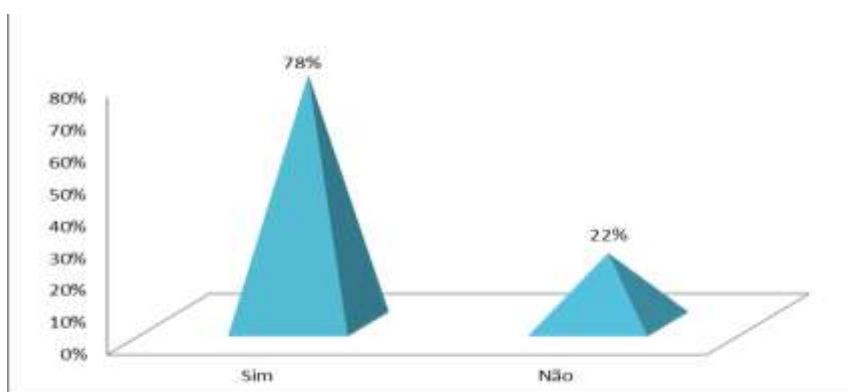
Figura 21 – Figura demonstrativa sobre os métodos de eutanásia utilizados no CCZ de Mossoró/RN, segundo os profissionais da referida instituição.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

Em relação ao conhecimento dos profissionais do Centro de Controle de Zoonoses sobre o bem estar obteve-se que 78% afirmaram que sabiam o que era bem estar animal e 22% responderam que não sabiam (Figura 22). Para Garcia et al. (2008), as ações para capacitação dos funcionários em etologia e bem estar animal conduzem ao manejo etológico, isto é, ao manejo racional e sem violência que considera o comportamento natural da espécie-alvo e promove o seu bem-estar, beneficiando animais e funcionários. Os órgãos públicos devem ser exemplos de manejo etológico e preservação do bem-estar dos animais, mesmo daqueles que precisam ser submetidos à eutanásia (VIEIRA, 2009). De acordo com Broom e Molento (2004) as profissões que lidam com animais passam por uma transformação central para atender a valorização do bem estar dos animais, com uma demanda de conhecimento e atuação nesta área, sendo este imprescindível para o desenvolvimento de um trabalho eficaz.

Figura 22 – Figura demonstrativa acerca do conhecimento dos profissionais do CCZ de Mossoró/RN sobre bem estar animal

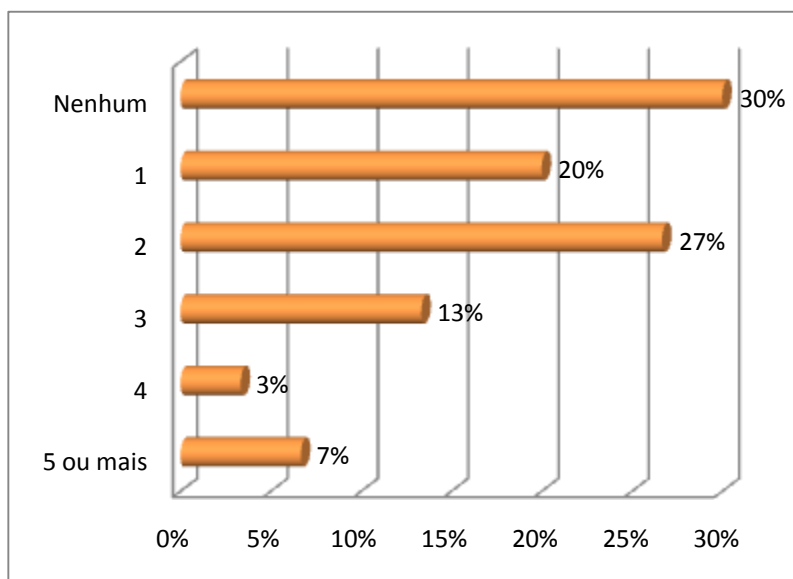


Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

Conforme a Secretaria de Estado da Saúde São Paulo (2009) para a efetividade e a eficiência de um programa ou política pública de controle de população animal é necessário que estes assegurem o atendimento aos preceitos de bem estar animal visando garantir a saúde e a segurança pública, a preservação do meio ambiente e o resguardo da ordem social. No entanto, Hubrecht (2005) afirmou que, embora o desenvolvimento da ciência do bem estar animal venha acontecendo de maneira rápida e intensa no contexto de animais de produção, a pesquisa científica sobre o bem estar de cães apresenta até o momento um desenvolvimento mais tímido. No Brasil, novas abordagens, que prezam o bem estar humano e animal, estão em fase de implantação em alguns Centros de Controle de Zoonoses brasileiros, como os de São Paulo e de Curitiba (MOLENTO, 2007). Esses centros têm se destacado no desenvolvimento de ações que contribuem na promoção do bem-estar animal, bem como na disseminação de conhecimentos relacionados a estes no âmbito nacional.

No tocante aos cursos de treinamento que os profissionais do CCZ de Mossoró/RN participaram foi questionado quantos desses cursos se referiam ao BEA, sendo que 30% responderam que nenhum dos cursos realizados se referia a esse assunto, 20% responderam que dos cursos que participou apenas 1 se referia ao BEA, 27% responderam que dos cursos que participou 2 se referiam ao BEA, 13% responderam que dos cursos que participou 3 se referiam ao BEA, 3% responderam que dos cursos que participou 4 se referiam ao BEA, e 7% responderam que dos cursos que participou 5 ou mais se referiam ao bem estar animal (Figura 23). Observou-se que do total de pesquisados, dos 3 médicos veterinários, apenas 1 afirmou ter participado de curso se referindo ao bem estar animal, correspondendo a 33% dos médicos veterinários entrevistados; e quanto aos demais funcionários, 61% afirmaram que já participaram de cursos afins. A partir desse resultado, fica perceptível que há uma deficiência no que concerne a participação dos profissionais do Centro de Controle de Zoonoses de Mossoró/RN em cursos relativos ao bem estar animal, haja vista que, apenas um percentual pouco significativo relatou ter participado de cursos afins. Esse fato pode refletir e impactar negativamente no desenvolvimento de suas atividades, tendo em vista que essas estão susceptíveis ao comprometimento do bem estar animal.

Figura 23 – Figura demonstrativa da quantidade de cursos sobre BEA que os profissionais do CCZ de Mossoró/RN afirmam terem participado

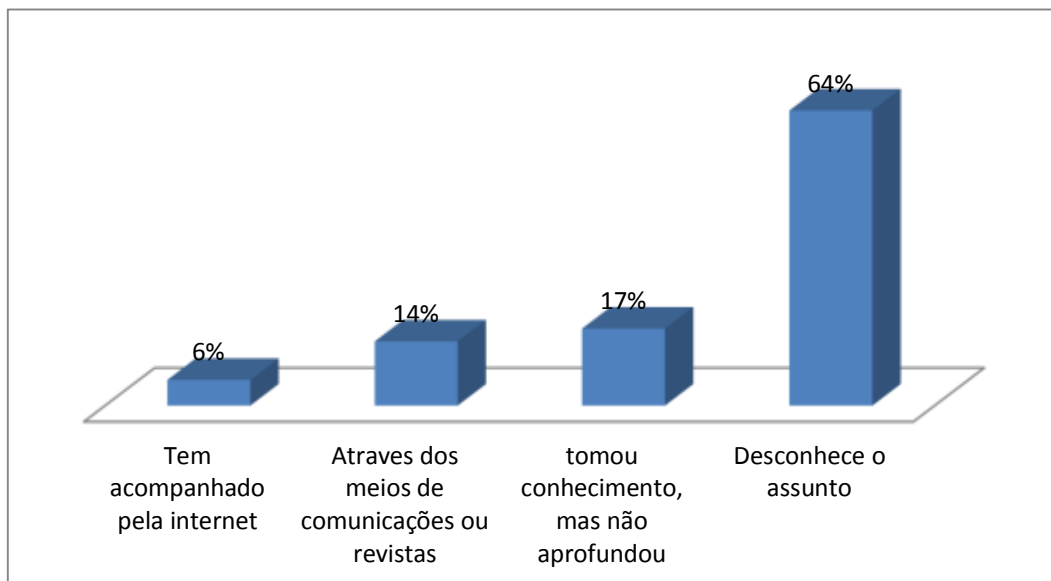


Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

Segundo Barbosa (2010) a escassez de informações sobre bem estar de cães e a falta de conhecimento sobre a compreensão que os profissionais que lidam com eles têm ao seu respeito dificulta a proposição de iniciativas que minimizem a falta de bem estar ou o bem estar reduzido vivenciado por um elevado número de animais. As ações voltadas para a capacitação dos funcionários em etologia e BEA conduzem ao manejo etológico, beneficiando animais e funcionários, já que quando os animais são bem acondicionados apresentarão um comportamento mais tranquilo e pacífico (GARCIA et al, 2008).

Quando perguntados sobre o conhecimento de adoção de uma legislação internacional acerca do bem estar animal, tem-se que 6% tem acompanhado o assunto pela internet, 14% tem acompanhado através dos meios de comunicações ou revistas técnicas, 17% tomou conhecimento, mas não aprofundou, e 64% desconhece o assunto (Figura 24). Tal resultado mostra que, embora a maioria dos profissionais saiba o que é bem estar animal, uma pequena parcela tem conhecimento sobre a legislação internacional que norteia assuntos relacionados ao bem estar animal, em especial os profissionais médicos veterinários da instituição, já que 100% destes responderam que conhecem o assunto. Depreende-se desse fato que há uma necessidade quanto a maior participação dos profissionais em cursos relacionados ao bem-estar animal para um melhor embasamento acerca da temática, sobretudo dos demais profissionais que demonstraram desconhecer o assunto (64%).

Figura 24 – Figura demonstrativa do conhecimento dos profissionais do CCZ de Mossoró/RN, sobre a adoção de uma legislação internacional acerca do BEA.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

5.4 CONHECIMENTO E PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO DE MOSSORÓ/RN ACERCA DAS ATIVIDADES DO CCZ

A população foi questionada se sabia o que era o centro de controle de zoonoses, se sabia qual a finalidade dos CCZs, se sabiam quais são os programas desenvolvidos pelo CCZ de Mossoró/RN, se algum profissional do CCZ visita o bairro; como a população avalia o trabalho desenvolvido pelos profissionais do CCZ, se já teve animal sacrificado pelo CCZ, se houve esclarecimento sobre o motivo do sacrifício, se a pessoa se sentiu segura na decisão do sacrifício do animal; e, se a pessoa adotaria algum animal procedente do CCZ.

A partir da questão “você sabe o que são os centros de controle de zoonoses”, constatou-se que 58% responderam que não sabiam e 42% responderam que sabiam. Esse resultado demonstra que uma significativa parcela da população ainda carece de informações quanto ao trabalho desenvolvido pelos profissionais do CCZ. Sobre o conhecimento da população acerca dos programas desenvolvidos pelo CCZ de Mossoró/RN, 96% responderam que não sabiam, sendo que 4% apenas da população responderam que sabiam. Quando questionados se sabiam qual a finalidade do Centro de Controle de Zoonoses, 60% responderam que não sabiam e 40% responderam que sabiam (Tabela 2).

Tabela 2 – Tabela demonstrativa do conhecimento da população de Mossoró/RN sobre CCZ, seus programas e sua finalidade.

Questões	Sim (%)	Não (%)
Você sabe o que são os centros de controle de zoonoses?	42%	58%
Você sabe quais são os programas desenvolvidos pelo centro de controle de zoonoses?	4%	96%
Você sabe qual a finalidade dos centros de controle de zoonoses?	40%	60%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

O que chama a atenção é que quando expostas as opções de qual seria a finalidade do CCZ, 57% responderam que não sabiam; 14% responderam que seria o manejo e o controle das populações animais, visando à prevenção de doenças transmitidas por vetores; 1% respondeu que seria o controle de animais domésticos e peçonhentos; 1% respondeu que seria o controle apenas de animais domésticos; 20% responderam que seria apenas para recolher animais de rua; e, 7% responderam que seria a prevenção de doenças (Figura 25). Logo, na percepção da população no tocante a finalidade do CCZ fica mais evidenciada a questão do recolhimento de animais de rua, mostrando a necessidade que há em se ampliar a disseminação de ações educativas que esclareça a real finalidade da referida instituição, qual seja, o manejo e o controle de animais a fim de profilaxia de patologias. Esse resultado equipara-se ao encontrado por Fraga (2012), onde se constatou que a maioria da população associa o serviço de controle de zoonoses ao recolhimento de animais errantes.

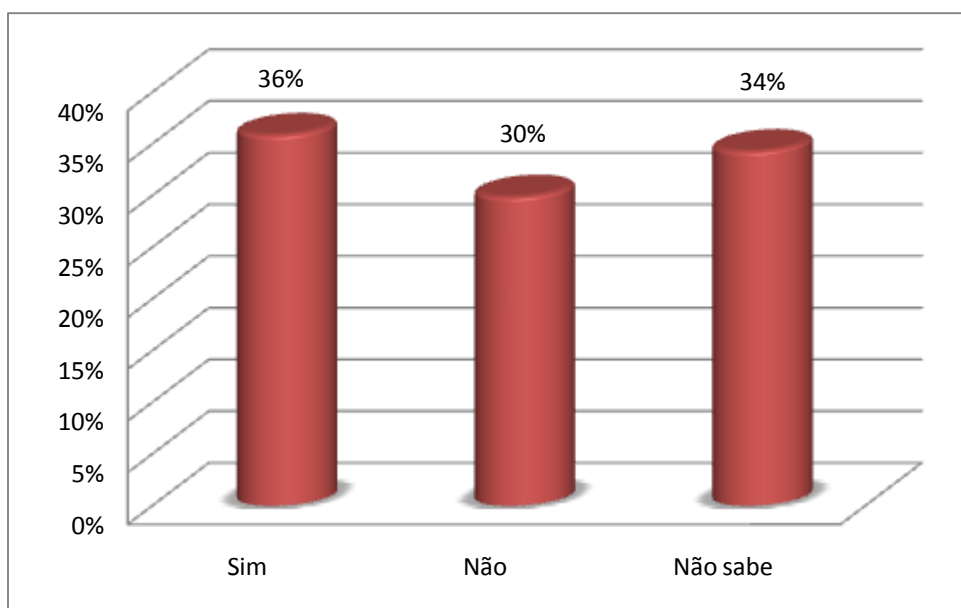
Figura 25 – Figura demonstrativa do conhecimento da população de Mossoró/RN, sobre a finalidade dos CCZs.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

Questionados se algum profissional do CCZ visita o bairro, apenas 36% da população responderam que sim, sendo que 30% responderam que não, e 34% responderam que não sabiam (Figura 26). Esse resultado pode ser explicado pelo fato de que o CCZ de Mossoró/RN, como já discutido no item 5.1, dispõe de recursos humanos e estruturais limitados, dificultando a realização de um trabalho mais inciso dos profissionais, pois muitos bairros e ruas acabam ficando sem a cobertura das atividades prestadas pela instituição. Esses dados também podem comprometer o controle de doenças, considerando que se a população não sabe sobre a visita dos profissionais do Centro de Controle de Zoonoses na sua comunidade dificilmente terá conhecimento sobre as formas de prevenção das zoonoses, já que esses são os responsáveis pela transmissão dessas informações.

Figura 26 – Figura demonstrativa acerca da visita ao bairro por algum profissional do CCZ de Mossoró/RN, segundo a população pesquisada.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

Quando analisado se o entrevistado já teve animal sacrificado pelo CCZ, encontrou-se que 87% responderam que não e 13% responderam que sim. Dos que responderam que sim, quando perguntado se houve esclarecimento por parte do profissional do Centro de Controle de Zoonoses quanto aos motivos do sacrifício, apenas 10% responderam que não, e 90% responderam que sim, sendo que destes últimos todos informaram que entregaram o animal por motivo de doença. No que diz respeito se o pesquisado se sentiu seguro na decisão do sacrifício do animal, 30% responderam que não e 70% responderam que sim (Tabela 3). A partir do resultado exposto fica perceptível que apenas uma minoria dos pesquisados tiveram

animais sacrificados pelo CCZ, todavia, dos que tiveram animais sacrificados pela referida instituição a maioria foi esclarecida quanto aos motivos do sacrifício, sendo este um ponto positivo para os profissionais que desempenham essa atividade.

O Brasil é o segundo país com a maior população de animais domésticos do mundo: são 101,1 milhões, perdendo somente para os Estados Unidos da América (EUA), com 146 milhões (FIOCCO, 2012). Muitos proprietários entregam seus animais no Centro de Controle de Zoonoses quando estes ficam doentes ou quando, por outros motivos, se torna inconveniente continuar cuidando deles, transferindo ao Estado a responsabilidade da guarda do animal. No trabalho de GOMES (2013) constatou-se que os cinco principais motivos de entrega/recolhimento do animal a Diretoria de Vigilância Ambiental, Distrito Federal foram: doente; animal de rua; leishmaniose; não tem como cuidar e animal agressivo, sendo a questão da doença o motivo prevalente para a entrega do animal.

Tabela 3 – Tabela demonstrativa da população de Mossoró/RN que já teve ou não animal sacrificado pelo CCZ, que foi esclarecida quanto ao motivo do sacrifício, e que sentiu ou não segurança na decisão do sacrifício do animal.

Questões	Sim (%)	Não (%)
Já teve animal sacrificado pelo CCZ?	13%	87%
Você foi esclarecido quanto ao motivo do sacrifício?*	90%	10%
Você se sentiu seguro na decisão do sacrifício do animal?*	70%	30%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

* Dos que responderam sim

O Programa de Controle Populacional de Cães e Gatos da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (2009) enfatizou a importância da ação de identificação e explicação por parte dos profissionais responsáveis pela captura dos animais aos munícipes antes da realização de qualquer procedimento e manejo do animal.

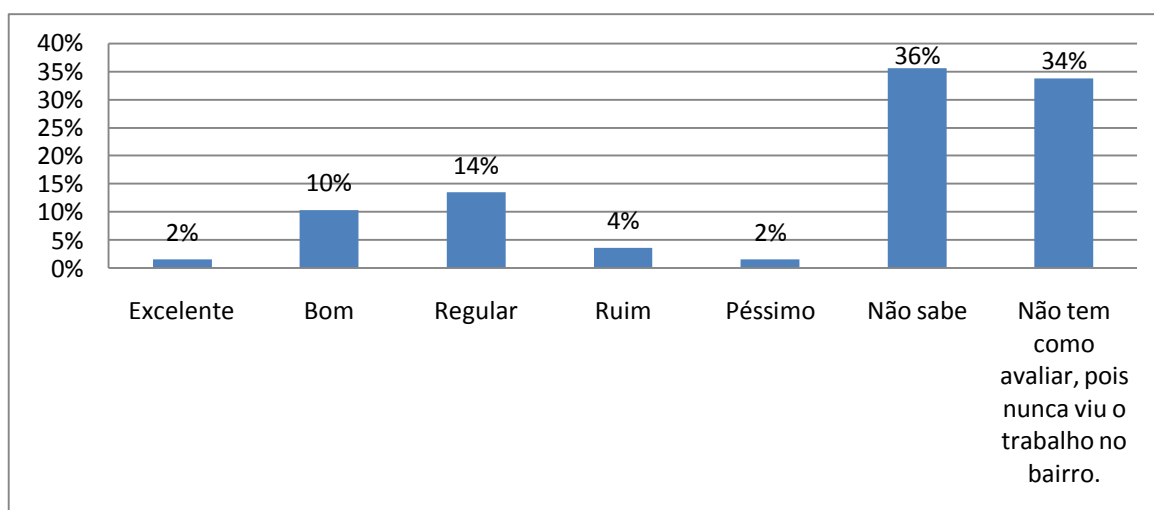
No quesito relacionado à avaliação que a população faz do trabalho desenvolvido pelos profissionais do CCZ, observou-se que 2% avaliaram como excelente; 10%, como bom; 14% como regular; 4% como ruim; 2% como péssimo; 36% responderam não saber avaliar; e, 34% responderam que não tinham como avaliar, pois nunca viram o trabalho no bairro

(Figura 27). O resultado obtido pode está relacionado, mais uma vez, as dificuldades enfrentadas pelos profissionais da instituição quanto à falta de estrutura. Isso porque, quando perguntados quais os pontos negativos do CCZ, quase todas as pessoas que responderam a questão mencionou que era o fato dos profissionais passarem pouco no bairro.

O país possui uma rede de, apenas, 230 CCZs ou estruturas afins (canis municipais e Unidades de Controle Animal), segundo dados de 2007 (FRAGA, 2012). Este número é pequeno quando comparado aos 5.570 municípios existentes no país (IBGE, 2010). Segundo Brasil (2003), a porcentagem de população atendida no Brasil por CCZ é de 45,32%. Porém, analisando os dados deste documento, percebe-se que a distribuição não é igual em todo o território nacional, havendo diferenças intra e inter-regionais.

Contudo, quando se fala em avaliação das atividades desenvolvidas por estes centros Barbosa (2010) afirmou que a sociedade frequentemente desaprova o recolhimento de animais e as instalações públicas para o seu alojamento. Essa desaprovação pode ser explicada pela forma como a atividade de captura de animais era desenvolvida desde os seus primórdios, isto é, de forma cruel, gerando conflitos entre “laçadores” e comunidade.

Figura 27 – Figura demonstrativa acerca da avaliação da população sobre o trabalho desenvolvido pelos profissionais do CCZ de Mossoró/RN.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

No tocante a questão se o pesquisado adotaria um animal procedente do CCZ, tem-se que 71% responderam que não e 29% responderam que sim. É possível perceber, a partir de tal resultado que a população apresenta certo preconceito ou mesmo insegurança quanto ao fato do animal proceder do Centro de Controle de Zoonoses, pois quando perguntado a população se adotaria algum animal proveniente das ruas, 31% responderam que sim e 69%

responderam que não (Tabela 4); portanto, há uma maior aceitabilidade por parte da população ao animal de rua, se comparado à procedência do Centro de Controle de Zoonoses.

Tabela 4 – Tabela demonstrativa sobre a percepção dos moradores dos bairros pesquisados quanto à adoção de animais procedente do CCZ e das ruas.

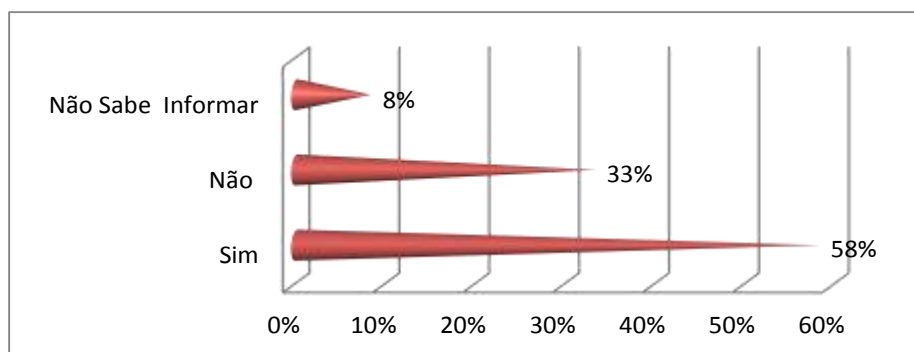
Questões	Sim (%)	Não (%)
Adotaria algum animal procedente do CCZ?	29%	71%
Adotaria algum animal procedente das ruas?	31%	69%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

5.5 PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO CCZ DE MOSSORÓ QUANTO À SUA RELAÇÃO COM A COMUNIDADE

Foi perguntado aos profissionais se havia por parte da comunidade alguma resistência e/ou preconceito às atividades realizadas pelo Centro de Controle de Zoonoses. A maioria dos profissionais (58%) respondeu que sim, sendo que 38% responderam que não e 8% não souberam informar (Figura 28). Todos que responderam “sim” citaram como exemplo de resistência a entrega do animal por parte do dono. Esse resultado quando comparado ao que foi discutido na Tabela 3, do item 5.4, gera certo questionamento, pois dos 13% dos moradores dos bairros pesquisados que tiveram animais sacrificados pelo Centro de Controle de Zoonoses 70% responderam que sentiram segurança quanto a decisão do sacrifício do animal, não ficando evidenciada tal resistência percebida pelos profissionais do CCZ.

Figura 28 – Figura demonstrativa sobre a resistência e/ou preconceito da população às atividades realizadas pelo CCZ de Mossoró/RN, segundo os profissionais da referida instituição.

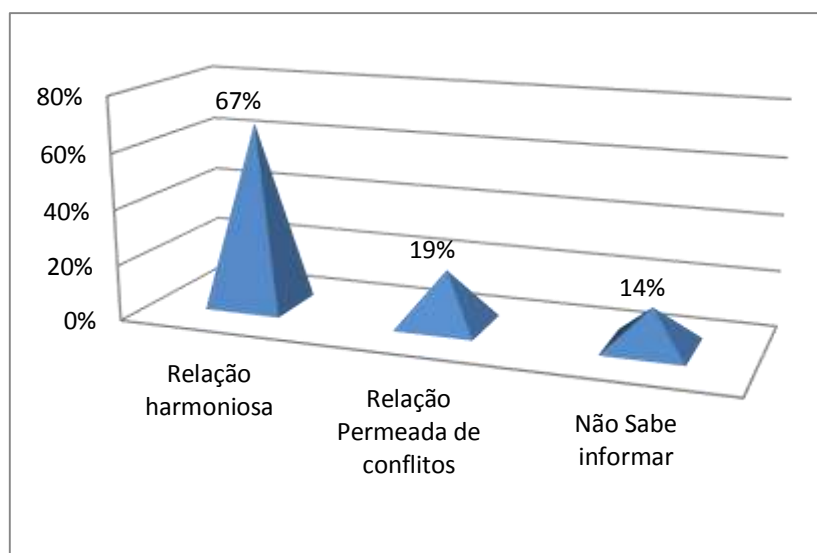


Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

Em geral, a população não aprova as ações de recolhimento de animais e até mesmo demonstra preconceito em relação aos funcionários e instalações destinadas à guarda dos animais recolhidos pelo órgão municipal (SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SÃO PAULO, 2009). Ainda segundo essa Secretaria, deficiências no manejo e no trato dos animais tornam o órgão público e seus funcionários desrespeitados pela comunidade, uma vez que, esta, ao visualizar apenas atividades de captura, muitas vezes feitas de forma inadequada, criam uma imagem negativa dos “laçadores”, impactando de várias maneiras no desenvolvimento das atividades realizadas por estes.

Contrapondo o resultado apresentado anteriormente, o qual mostra a existência de preconceito e/ou resistência por parte da população às atividades realizadas pelos profissionais do Centro de Controle de Zoonoses, quando perguntado a estes acerca de sua percepção no que se refere a sua relação com a comunidade, constatou-se que 67% responderam que percebe uma relação harmoniosa; sendo que apenas 19% consideram uma relação permeada de conflitos e 14% não souberam informar (Figura 29).

Figura 29 – Figura demonstrativa sobre a percepção dos profissionais do CCZ de Mossoró/RN, quanto à sua relação com a comunidade



Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

Nos trabalhos de Souza (2011) e da Secretaria de Estado de São Paulo (2009) é possível identificar questões debatidas acerca dos conflitos que há entre a comunidade e os profissionais responsáveis pelo controle de populações caninas, ficando evidenciada a existência de tais conflitos, de forma constante nos Centros de Controle Zoonoses de diversos municípios brasileiros. Garcia (2012) discorreu sobre a importância em desenvolver

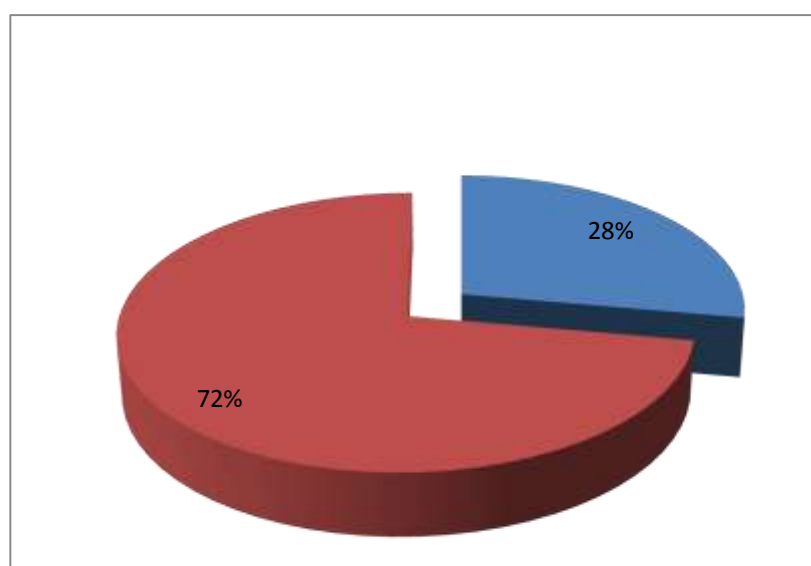
atividades educativas junto à população, a fim de que esta participe do controle populacional de cães e gatos através da guarda responsável. Nesse sentido, o papel do agente frente aos serviços prestados a comunidade teria um foco esclarecedor e educativo, tornando viável a construção de uma relação de confiança e respeito entre profissionais e as pessoas da comunidade, evitando assim, conflitos e problemas.

Além disso, a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (2009) preconizou algumas ações e posturas por parte dos profissionais do Centro de Controle de Zoonoses para uma melhor relação com a comunidade, a exemplo da identificação por meio de crachás e vestimentas adequadas, comunicação/diálogo com as pessoas antes de qualquer procedimento, manejo correto na captura e transporte dos animais, entre outros.

5.6 CONHECIMENTO DOS PROFISSIONAIS DO CCZ DE MOSSORÓ ACERCA DA BIOÉTICA

Foi questionado aos profissionais do CCZ se eles sabiam o que é a bioética, tendo como resultado que 28% responderam que sabiam, e 72% responderam que não sabiam (Figura 30). E, que conhecimento os profissionais tinham sobre bioética, resultando que 3% dos pesquisados têm acompanhado o assunto pela internet; 11% tomaram conhecimento acerca do assunto através dos meios de comunicação ou revistas técnicas; 11% tomaram conhecimento, mas não se aprofundaram; e, 75% desconhecem o assunto (Figura 31).

Figura 30 – Figura demonstrativa acerca do conhecimento dos profissionais do CCZ de Mossoró/RN sobre bioética



Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

As questões bioéticas mais básicas que se referem à responsabilidade no controle populacional de cães e gatos não devem ser negligenciadas, já que dependendo da maneira de como é feito esse controle podem surgir inúmeros questionamentos éticos. Daí a importância em buscar compreender as atividades dos profissionais do Centro de Controle de Zoonoses, considerando uma perspectiva da bioética. Segundo os Conselhos Regionais de Medicina Veterinária dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (2009) é possível obter enfoque ético no manejo das populações animais, por meio da humanização dos serviços de controle de zoonoses, resgate do respeito à vida dos usuários envolvidos (seres humanos e animais) e promoção de comportamentos.

Para isso Souza (2011) descreveu sobre a necessidade de substituição do modelo tradicional de manejo das populações animais errantes por estratégias preventivas, já de conhecimento público, desse modo promovendo o controle canino com maior eficiência, aceitabilidade e ética. Nesse sentido, a Organização Mundial de Saúde preconiza dentre as alterações propostas para o controle desses animais a construção de programas que visem não apenas o controle de zoonoses, mas também o bem estar animal e seu dimensionamento dentro das questões éticas aceitáveis pela sociedade.

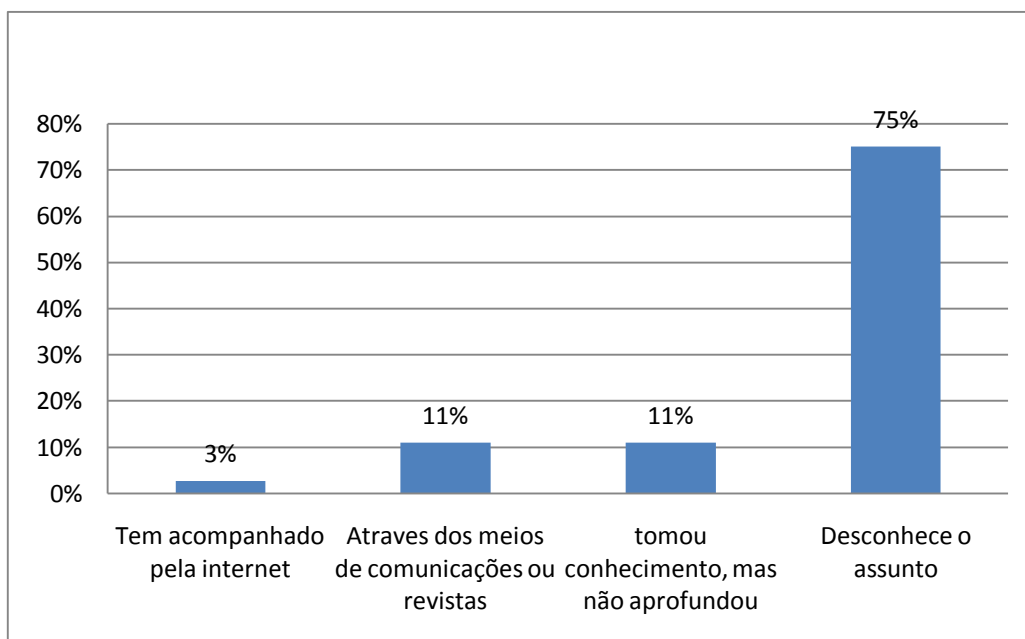
A sensibilização dos profissionais que lidam com o manejo e o controle populacional de animais no tocante a tais questões torna-se assim imprescindível no desenvolvimento de atividades que respeitem os preceitos técnicos e éticos. Conforme os resultados apresentados nas figuras 30, 31 e 32 fica notório o desconhecimento dos profissionais do Centro de Controle de Zoonoses de Mossoró/RN acerca da bioética, sobretudo dos profissionais da área administrativa e dos agentes de endemias, o que implica na necessidade em se ampliar debates e aperfeiçoamentos sobre a temática junto aos mesmos.

Isso também pode acontecer considerando o pouco percentual de curso de capacitação destes profissionais, pois quando perguntado se costumavam fazer cursos de capacitação voltados para o aperfeiçoamento do trabalho, 11% responderam que sempre faziam cursos; 8% responderam que periodicamente faziam cursos; 69% responderam que raramente faziam cursos; e, 11% responderam que nunca fizeram curso de capacitação. Nesse quesito os profissionais que afirmaram participar de cursos correspondem, sobretudo, aos médicos veterinários, o que traz certa preocupação pois todos os envolvidos nesse serviço de saúde devem aprimorar seus conhecimentos para uma mais adequada assistência à população e um correto manejo dos animais, ainda que maneira indireta.

Especialmente no que diz respeito à ética e bioética. Onde se pode observar que quando foram questionados sobre quantos dos cursos que já participaram se referiam à

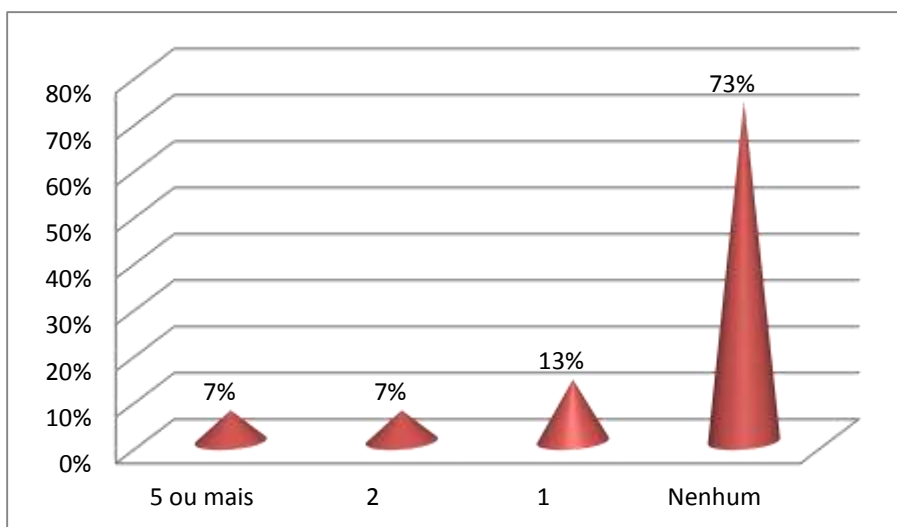
bioética, resultando que 7% responderam que 5 ou mais dos cursos que já participaram se referiam a bioética; 7% responderam que 2 dos cursos que participaram se referiam a bioética; 13% responderam que apenas 1 dos cursos que participou se referia a bioética; e, 73% responderam que nenhum dos cursos que participaram se referia a bioética (Figura 32).

Figura 31 – Figura demonstrativa acerca do conhecimento dos profissionais do CCZ de Mossoró/RN sobre bioética



Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

Figura 32 – Figura demonstrativa da quantidade de cursos sobre bioética que os profissionais do CCZ de Mossoró/RN responderam terem participado



Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

Quando questionados se consideram importante à participação em grupos de discussão acerca de bioética, teve-se que 86% responderam que sim, e 14% não responderam. Entretanto, quando perguntados se participariam de algum desses grupos caso ofertados por instituições educacionais em seu ambiente de trabalho apenas 45% responderam que sim, 33% responderam que não e, 22% não responderam a questão (Tabela 5). O que faz com que possamos refletir que é necessário um trabalho de sensibilização dos profissionais em relação a esse tema, já que não há por parte de muitos deles o interesse em participar desses cursos.

Tabela 5 – Tabela demonstrativa sobre a percepção dos profissionais do CCZ de Mossoró/RN quanto à participação em grupos de discussão acerca de bioética, e quanto ao posicionamento desses profissionais na participação de cursos, caso ofertados por instituições de ensino no ambiente de trabalho deles.

Questões	Sim (%)	Não (%)	Não respondeu (%)
Você considera importante a participação em grupos de discussão acerca de bioética?	86%	0%	14%
Você participaria de algum desses grupos caso ofertados por instituições educacionais em seu ambiente de trabalho?	45%	33%	22%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2014.

CONCLUSÕES

Tendo em vista os resultados obtidos e apresentados é possível expor as seguintes conclusões:

As atividades desenvolvidas pelo Centro de Controle de Zoonoses de Mossoró são bastante restritas. Além disso, das atividades atualmente desenvolvidas pela instituição praticamente todas não abrangem a população inteira de Mossoró/RN;

As condições físicas do Centro de Controle de Zoonoses de Mossoró/RN não atendem as recomendações da Fundação Nacional de Saúde. E sua estrutura física atualmente não favorece o bem estar dos animais alojados;

O bem estar animal se torna comprometido na instituição em virtude das condições atuais de trabalho. Ainda no tocante ao bem estar animal, a maioria dos profissionais do CCZ sabe o que é, porém, apenas uma pequena parcela tem conhecimento sobre a legislação internacional que norteia assuntos relacionados ao bem estar animal;

A maioria da população pesquisada não sabe o que são os centros de controle de zoonoses, sua finalidade e programas desenvolvidos pela instituição. Além disso, possui a ideia de que o CCZ serve apenas para recolher animais de rua;

A percepção dos profissionais do Centro de Controle de Zoonoses quanto a sua relação com a comunidade evidencia que, existem dados conflitantes, uma vez que os mesmos consideram que a sua relação é harmoniosa, porém relatam que existem preconceito e/ou resistência por parte da população para com seu trabalho, verifica-se ainda que a maioria das pessoas não adotariam animal procedente da referida instituição, podendo-se evidenciar certo grau de insegurança para com esta;

A maioria dos profissionais do CCZ não sabe o que é bioética e, embora, considere importante a participação em grupos de discussão sobre o assunto, a maioria não participaria dos referidos cursos, caso ofertado por alguma instituição de ensino.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, W. F. **Implantação do centro de controle de zoonoses**: Um espaço público para o resgate de animais abandonados. Projeto técnico apresentado à Universidade Federal do Paraná para obtenção do título de Especialista em Gestão Pública. Colombo, Universidade Federal do Paraná, 2011, 33p.
- AZEVEDO, M. A. S. Origens da bioética. **Revista do Hospital de Crianças Maria Pia**, v. 19, n. 4, p. 255-259, 2010.
- BARBOSA, L. V. **Conhecimento sobre bem estar animal pela comunidade acadêmica e acompanhantes de cães e gatos no hospital veterinário do departamento de medicina veterinária da Universidade Federal Rural de Pernambuco**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, Pernambuco. 2010. 77p.
- BRANDESPIN, D. F. **Posse responsável e bem-estar animal**. In: Encontro de Bioética e Bem-Estar Animal do Agreste Meridional Pernambucano, 1. Garanhuns: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2006. 1 CD-ROM.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- _____. Decreto nº 24.645, de 10 de julho de 1934. Estabelece medidas de proteção aos animais, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 31 dez. 1934. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24645-10-julho-1934-516837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 15 fev. 2015.
- _____. Fundação Nacional de Saúde. **Diretrizes para projetos físicos de unidades de controle de zoonoses e fatores biológicos de risco**. Brasília, 2003. 46 p.
- _____. Lei nº 569, de 21 de dezembro de 1948. Estabelece medidas de defesa sanitária animal, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1948. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1930-1949/L0569.htm>. Acesso em 21 jan. 2013.
- _____. Lei nº. 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 set. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l8080.htm>. Acesso em 21 jan. 2013.
- _____. Lei nº. 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 31 dez. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/8142.htm>. Acesso em 21 jan. 2013.
- _____. Ministério da Saúde. Portaria MS/GM nº. 1.378 de 09 de julho de 2013. Regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para execução e financiamento das ações

de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 10 jul. 2013. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt1378_09_07_2013.html>. Acesso em 21 jan. 2013. Acesso em 07 dez 2014.

_____. **Portaria nº 52, de 27 de fevereiro de 2002**. Estabelece diretrizes para projetos físicos de Unidades de Zoonoses e Fatores Biológicos de Risco, 2002. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/fatores_bio_risco.pdf. Acesso em 21 jan. 2013. Acesso em 10 dez 2013.

BROOM, D. M. Bienestar animal: conceptos, métodos de estudio e indicadores. **Revista Colomb. Cienc. Pecu.** Medellín, v. 24, n. 3, p. 306-321, 2011.

BROOM, D. M.; FRASER, A. F. **Comportamento e bem-estar de animais domésticos**. 4ª ed. Manole: São Paulo, 2010. 438 p.

BROOM, D. M.; MOLENTO, C. F. M. Bem-estar animal: conceitos e questões relacionadas – revisão. **Archives of Veterinary Science**, v. 9, n. 2, p.1-11, 2004.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA - CFMV. Resolução nº 1.000 de 11 de maio de 2012. Dispõe sobre procedimentos e métodos de eutanásia em animais e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 mai. 2012. Disponível em: < <http://www.cfmv.org.br/consulta/arquivos/1000.pdf>>. Acesso em 28 jan. 2015.

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Bioética e medicina**, 2006. Rio de Janeiro, 2006. 124 p

CONSELHOS REGIONAIS DE MEDICINA VETERINÁRIA DOS ESTADOS DO PARANÁ, DE SANTA CATARINA E DO RIO GRANDE DO SUL. **Manual De Zoonoses**. 2009. Disponível em: [http://www.zoonoses.org.br/absoluto/midia/imagens/zoonoses/arquivos_1258561628/5917_manual_zoonoses_2009_11_04\(baixa\).pdf](http://www.zoonoses.org.br/absoluto/midia/imagens/zoonoses/arquivos_1258561628/5917_manual_zoonoses_2009_11_04(baixa).pdf). Acesso em 02/12/2014.

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. **Manual do Responsável Técnico**. 2009. Natal, 2009. 99 p.

DEVENS, B. A. Capacitação dos agentes de combate às endemias do município de Aracruz-ES sobre a guarda responsável dos animais domésticos – Relato de experiência (2010). **PUBVET**, Londrina, v. 5, n. 11, p. 1-6, 2011.

DRUMMOND, J. Bioética, dor e sofrimento. **Cienc. Cult.**, v. 63, n. 2, p. 32-37, 2011.

FARM ANIMAL WELFARE COUNCIL - FAWC. **Farm animal welfare in Great Britain: past, present and future**. London, 2009, p. 1-59.

FIGUEIREDO, A. C. C.; ARAÚJO, F. A. A. Eutanásia animal em centros de controle de zoonoses. **Rev. CFMV**, n. 23, p. 12-17, 2001.

FIGUEIREDO, A. R. **O papel pedagógico da criança no contexto de guarda responsável de cães e seu impacto na redução do abandono**, 2009. Disponível em: <http://www.trabalhosfeitos.com/ensaios/o-Papel-Pedag%C3%B3gico-Da-Crian%C3%A7a-No/904241.html>. Acesso em 21/10/2013.

FIOCCO, A. **População de gatos crescerá 8% em 2012; a de cães 4%**, 2012. Disponível em: <http://f5.folha.uol.com.br/bichos/1122747-populacao-de-gatos-crescera-8-em-2012-a-de-caes-4.shtml>. Acesso em 10/01/2015.

FITZPATRICK, J.; SCOTT, M.; NOLAN, A. Assessment of pain and welfare in sheep. *Small. Rum. Res.*, v. 62, p.55-61, 2006.

FRAGA, L. S. **Controle de zoonoses: estudo sobre práticas educativas voltadas ao manejo da população canina**. Dissertação de Mestrado, Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica/Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro. 2012, 171p.

GARCIA, R. C. M.; CALDERÓN, N.; FERREIRA, F. Consolidação de diretrizes internacionais de manejo de populações caninas em áreas urbanas e proposta de indicadores para seu gerenciamento. *Revista Panam Salud Publica*. Vol. 32, n. 2, p.140–144, 2012.

GARCIA, R. C. M; MALDONADO, N. A. C.; LOMBARDI, A. **Controle Populacional de Cães e Gatos: Aspectos Éticos**. In: Congresso Brasileiro de Bioética e Bem-Estar Animal e I Seminário Nacional de Biossegurança e Biotecnologia Animal, 1, Recife. Anais... Recife: Sistema CFMV/CRMVs, 2008. p.176.

GARCIA, R. C. M. **Normas e políticas públicas para controle populacional cães e gatos**. In: Congresso Brasileiro de Bioética e Bem-estar Animal, 3, Curitiba. Anais... Curitiba, Sistema CFMV/CRMVs, 2014. p.149-154.

GOLDIM, J. R. BIOÉTICA: Origens e Complexidade. *Revista HCPA*, vol. 26, n. 2, p.86-92, 2006.

GOMES, C. C. M. **Guarda responsável de animais de companhia: Um estudo sobre a responsabilidade civil dos proprietários e a entrega de cães e gatos na Diretoria de Vigilância Ambiental do Distrito Federal**. Monografia, Universidade de Brasília/Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária, Brasília. 2013. 70p.

HAND, M. S.; THATCHER, C. D.; REMILLARD, R. L. **Nutrición Clínica em Pequenos animales**. 4 ed. Bogotá: Panamericana, 2000. 478p.

HOSSNE, W. S. Bioética-sociobiologia: Neologismos oportunos? interface da tecnociência com as ciências humanas e sociais. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 17, n. 45, p.453-462, 2013.

HOSSNE, W. S. HOSSNE, W. S. Bioética: princípios ou referenciais?. *O mundo da saúde*. v. 30, n. 4, p. 673-676, 2006.

HUBRECHT, R. The welfare of dogs in human care. In: SERPELL J. (Ed). **The domestic dog – its evolution, behaviour and interactions with people**. 9ª ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p.179-198.

HURNIK, J. F. Behaviour. In: PHILLIPS,C.; PIGGINGS, D. (Ed.). **Farm animals and the environment**. Wallingford: CAB International, 1992. p. 235-244.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEORAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **População: Contagem da População, 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=240800#>. Acesso em 01/05/2013.

INSTITUTO TÉCNICO DE EDUCAÇÃO E CONTROLE ANIMAL - ITEC. **Oficial de controle animal: um aliado da comunidade** [vídeo]. São Paulo; 2007. ITEC e WSPA. 20 minutos Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=vaqBrxIJ6sw>>. Acesso em: 02 mar. 2013.

KOERICH, M. S.; MACHADO, R. R.; COSTA, E. Ética e bioética: para dar início à reflexão. **Texto contexto - enferm.**, v. 14, n. 1, p. 106-110, 2005.

LEMONS, K. C. **Aspectos Legais na Fiscalização de Maus Tratos. Análise da Legislação Aplicável na Proteção do Bem-Estar Animal**. In: Congresso Brasileiro de Bioética e Bem-estar Animal e I Seminário Nacional de Biossegurança e Biotecnologia Animal, 1, Recife. Anais... Recife: Sistema CFMV/CRMVs, 2008. p. 81-84.

LEONE, S.; PRIVITERA, S.; CUNHA, J. T. (Coords.). **Dicionário de Bioética**. Aparecida: Editorial Perpétuo Socorro/Santuário, 2001.

MOLENTO, C. F. M. Bem-estar animal: qual é a novidade? **Acta Scientiae Veterinariae**, vol. 35, n. 2, p. 224-226, 2007.

MOULTON, C. The role of animals shelters in controlling pet overpopulation. **Journal of the American Veterinary Medical Association**, v. 198, n. 7, p. 1172, 1991.

NATAL/RN. Lei nº 5.601, de 29 de dezembro de 2004. Institui o Código Municipal de Defesa e Bem-Estar Animal, e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado**, Natal, RN, 31 dez. 2004. Disponível em <http://www.meioambiente.ufrn.br/wp-content/themes/pma/leis-procz/Mun_5.601_2004.pdf>. Acesso em 30 jan. 2013.

NATAL/RN. Lei nº 5.832, de 27 de dezembro de 2007. Dispõe sobre a reorganização da Rede Pública Municipal de Atenção à Saúde, e dá outras providências. **Diário Oficial [do] Estado**, Natal, RN, 03 jan. 2008. Disponível em <http://www.natal.rn.gov.br/_anexos/publicacao/legislacao/leiOrdinaria_5832.pdf>. Acesso em 30 jan. 2013.

NATAL/RN. Lei nº. 5.905, de 06 de março de 2009. Modifica a redação do artigo 2º, da Lei nº 5.832, de 27 de dezembro de 2007, que dispõe sobre a reorganização da Rede Pública Municipal de Atenção à Saúde, e dá outras providências. Disponível em <http://www.natal.rn.gov.br/_anexos/publicacao/legislacao/leiOrdinaria_5905.pdf>. Acesso em 30 jan. 2013.

OIE. **Código Zoossanitário de Animais Terrestres**, 2005. Disponível em: www.oie.int. Acesso em 12/06/2013.

OIE. World Organisation For Animal Health. **Terrestrial Animal Health Code**, 2014. Disponível em: <http://www.oie.int/index.php?id=169&L=0&htmfile=preface.htm>. Acesso em 09/12/2014.

OLIVEIRA, B. A. S.; ROCHA, L.; MÓL, B.; VALLE, G. R. Métodos cirúrgicos e não cirúrgicos de contracepção masculina em cães. **Revista Sinapse Múltipla**, Betim, v. 1, n. 1, p. 1-14, 2012.

ORLANDI, V. T. Da eliminação de animais em centros de controle de zoonoses. **Revista Brasileira de Direito Animal**, v. 6, n. 8, p. 135-160, 2011.

PESSINI, L. As origens da bioética: do credo bioético de Potter ao imperativo bioético de Fritz Jahr. **Revista Bioética**, v. 1, n. 21, p. 9-19, 2013.

PFUETZENREITER, M. R. **Posse responsável, bem-estar animal e zoonoses: saúde na escola e na família**. In: Seminário de Extensão Universitária da Região Sul, 28, Florianópolis. Anais... Florianópolis, UDESC, 2010. p.4.

PFUETZENREITER, M. R.; SILVA JUNIOR, D. V.; SAVARIS, T.; BESEN, K. P. Pesquisa-ação: a ampliação do debate envolvendo os direitos sociais da comunidade a partir das reflexões sobre ética e bem-estar animal. **Alexandria Revista de Educação em Ciência e Tecnologia**, v. 5, n. 3, p. 219-241, 2012.

PFUETZENREITER, M. R.; ZYLBERSZTAJN, A.; AVILA-PIRES, F. D. Evolução histórica da medicina veterinária preventiva e saúde pública. **Ciênc. Rural**, vol. 34, n. 5, p. 1661-1668, 2004.

POLETTTO, R. **Bem-estar animal**. 2010. Disponível em: <http://tinyurl.com/4t6z4bk>. Online. Acesso em 07/02/2013.

RAMOS, D.; RECHE JUNIOR, A. **Nutrição, Comportamento e Bem-estar: o manejo alimentar em prol da saúde psico-emocional dos cães e gatos**. 2010. Disponível em: http://www.equilibriototalalimentos.com.br/arquivos_veterinarios/56.pdf. Acesso em 10/02/2015.

REICHMANN, M. L. B.; FIGUEIREDO, A. C. C.; PINTO, H. B. F.; NUNES, V. F. P. **Manual Técnico do Instituto Pasteur: Controle de populações de animais de estimação**. São Paulo: Instituto Pasteur. 2000a. 52p.

REICHMANN, M. L. B.; SANDOVAL, M. R. C.; FORMAGGIA, D. M. E.; PRESOTTO, D.; NUNES, V. F. P.; SANTOS, L. S. GLASSER, C. M.; COSTA, M. A. F. **Manual técnico do Instituto Pasteur: Orientação para projetos de Centros de Controle de Zoonoses (CCZ)**. São Paulo: Instituto Pasteur, 2000b, 50p.

REVISTA CLÍNICA VETERINÁRIA. Bem estar animal. São Paulo: Guará, 2008 Bimensal ISSN 1413-571X.

RIO GRANDE DO NORTE. Lei Complementar nº 31, de 24 de novembro de 1982. Institui o Código Estadual de Saúde e estabelece normas básicas sobre promoção, proteção e recuperação de saúde e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Natal, RN, 25 nov. 1982. Disponível em: <<http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/Suvisa/doc/DOC000000000027087.PDF>>. Acesso em: 25 fev. 2013.

RODRIGUEZ, A. G.; PERACHO, V.; VILLALBÍ, J. R.; BOUIS, S.; DURÀN, J.; GUIX. Avances en la gestión de un centro de acogida de animales de compañía. **Gaceta Sanitaria**, v. 22, n. 1, p. 76-78, 2008.

R Development Core Team. **R version 3.0.2: A language and environment for statistical computing**. Vienna: R Foundation for Statistical Computing, 2013.

SANTANA, L. R.; OLIVEIRA, T. P. Guarda Responsável e Dignidade dos Animais. **Rev Brasileira de Direito Animal**. v. 1, n. 1, 2006.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº. 233, de 2 de março de 1894. Estabelece o Código Sanitário. **Diário Oficial do Estado**, São Paulo, SP, 08 mar. 1894. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1894/decreto%20n.233,%20de%2002.03.1894.htm>>. Acesso em: 25 fev. 2013.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 11.977, de 25 de agosto de 2005. Instituiu o Código e Proteção aos Animais do Estado e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, São Paulo, SP, 26 set. 2005. Disponível em: <http://www2.ib.usp.br/IB/files/Lei_Estadual_11_977.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2015.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Saúde. **Programa de Controle de Populações de Cães e Gatos do Estado de São Paulo**. São Paulo, 2009. 162 p.

SCHRAMM F. R. Bioética da proteção: ferramenta válida para enfrentar problemas morais na era da globalização. **Revista Bioét.**, vol. 16, n. 1, p. 11-23, 2008.

SCHRAMM, F. R. Bioética para quê? **Revista Camiliana da Saúde**, v. 1, n. 2, p. 14 - 21, 2002.

SCHWARTZKOPF-GENSWEIN, K. S.; FAUCITANO, L.; DADGAR, S.; SHAND, P.; GONZÁLEZ, L. A.; CROWE, T. G. Road transport of cattle, swine and poultry in North America and its impact on animal welfare, carcass and meat quality: A review. **Meat science**, n. 92, p. 227-243, 2012.

SILVA, J. V. (Org.) **Bioética: meio ambiente, saúde e pesquisa**. São Paulo: Iátria, 2006. 203p.

SILVANO, D.; BENDAS, A. J. R.; MIRANDA, M. G. N.; PINHÃO, R.; MENDES-DE-ALMEIDA, F.; LABARTHE, N. V.; PAIVA, J. P. Divulgação dos princípios da guarda responsável: uma vertente possível no trabalho de pesquisa a campo. **Revista Eletrônica Novo Enfoque**, v.09, n.09, p. 64-86, 2010.

SOTO, F. R. M. Eutanásia canina nos centros de controle de zoonoses. **Arquivo de Ciências Veterinária e Zoologia da UNIPAR**, Umuarama, v. 13, n. 1, p. 43-46, jan./jun. 2010.

SOTO, F. R. M.; SOUSA, A. J.; PINHEIRO, S. R.; RISSETO, M. R.; BEMARDI F.; SHIMOZAKO, H. J.; CAMARGO, C. C.; AZEVEDO, S. S. Motivos do abandono de cães domiciliados para eutanásia no serviço de controle de zoonoses do município de Ibiúna, São Paulo, Brasil. **Revista Veterinária e Zootecnia**, v. 14, n. 1, p. 100-106, 2007.

SOUZA, J. F. J.; SHIMIZU, H. E. Representação social acerca dos animais e bioética de proteção: subsídios à construção da educação humanitária. **Revista bioét.**, vol. 21, n. 3, p. 546-556, 2013.

SOUZA, M. F. A. Controle de populações caninas: considerações técnicas e éticas. **Revista Brasileira de Direito Animal**, v. 6, n. 8, p. 115-133, 2011.

THEÓPHILO, C. R.; MARTINS, G. A. **Metodologias da Investigação Científica Para Ciências Sociais Aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 264p.

VEISSIER, I.; BEAUMONT, C.; LÉVY, F. Les recherches sur le bien-être animal: buts, méthodologie et finalité. **INRA - Productions Animales**, v. 20, n. 1, p. 3-10, 2007.

VIEIRA, A. M. L.; ALMEIDA, A. B.; MAGNABOSCO, C.; FERREIRA, J. P. C.; LUNA, S. L. P.; CARVALHO, J. L. B.; GOMES, L. H.; PARANHOS, N. T. Programa de controle de populações de cães e gatos do Estado de São Paulo. Boletim Epidemiológico Paulista. São Paulo: BEPA, v. 6, 2009. Suplemento 7.

VIEIRA, A. M. L. **Controle populacional de cães e gatos aspectos técnicos e operacionais animal**. In Congresso Brasileiro de Bioética e Bem-estar Animal e I Seminário Nacional de Biossegurança e Biotecnologia Animal, 1, Recife. Anais... Recife, Sistema CFMV/CRMVs, 2008. p. 101-103.

WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO. **Expert Consultation on Rabies, First Report**. Technical Report Series. Geneva, 2005, 121p.

WORLD SOCIETY FOR THE PROTECTION OF ANIMALS, WSPA. **Guidelines for dog population management**. Geneva, 1990, 128 p.

WORLD VETERINARY ASSOCIATION - WVA. **Policy on animal welfare, wellbeing and ethology**. World Veterinary Association Bulletin, v.10, p.9-10, 1993.

APÊNDICES

APÊNDICE A



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI ÁRIDO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esclarecimentos

Este é um convite para você participar da pesquisa “Análise das atividades dos profissionais do Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) de Mossoró/RN e sua relação com a sociedade e o bem estar animal na perspectiva da bioética”, coordenada pela Prof^a Dr^a Nilza Dutra Alves e que segue as recomendações da resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares.

Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade.

A pesquisa procura analisar as atividades dos profissionais do CCZ de Mossoró e sua relação com a sociedade e o bem estar animal na perspectiva da bioética, contribuindo na construção de uma análise holística, envolvendo a realidade do referido centro e sua interferência na sociedade. Caso decida aceitar o convite, você será submetido (a) a responder um questionário. A submissão a questionários poderá ocasionar riscos de constrangimentos, porém, a participação não é obrigatória.

Todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será divulgado em nenhum momento. Você não terá nenhum tipo de gasto que seja devido à sua participação na pesquisa. Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você poderá procurar obter indenização e ressarcimento por danos eventuais através dos seus direitos legais. Você ficará com uma cópia deste termo e, em caso de dúvida quanto à pesquisa, poderá perguntar a Profa. Dra. Nilza Dutra Alves, no end. Av. Francisco Mota, Costa e Silva, Mossoró/RN CEP: 59.625-900, tel. (84) 3317 8376. Dúvidas a respeito da ética dessa pesquisa poderão ser questionadas ao Comitê de Ética em Pesquisa da UERN no end. Antônio da Silva Neto, s/n, Aeroporto ou pelo telefone: (84) 3318-2596.

Consentimento Livre e Esclarecido

Estou de acordo com a participação no estudo descrito acima. Fui devidamente esclarecido quanto aos objetivos da pesquisa, aos procedimentos aos quais serei submetido e dos possíveis riscos que possam advir de tal participação. Foram-me garantidos esclarecimentos os quais eu venha a solicitar durante o curso da pesquisa e o direito de desistir da participação em qualquer momento, sem que minha desistência implique em qualquer prejuízo a minha pessoa ou de minha família. A minha participação na pesquisa não implicará em custos ou prejuízos adicionais, sejam esses custos ou prejuízos de caráter econômico, social, psicológico ou moral. Autorizo assim a publicação dos dados da pesquisa a qual me garante o anonimato e o sigilo dos dados referentes à minha identificação.

Local: _____

Data de aplicação: ____/____/____

Participante da pesquisa ou responsável legal:

Nome: _____

Assinatura

Pesquisador responsável:

Vilcelânia Alves Costa

Assinatura

Impressão
Datiloscópica

Av. Francisco Mota, Costa e Silva – Mossoró/RN CEP.: 59.625-900, telefone (85) 88169553.

Comitê de Ética para uso de animais. Av. Francisco Mota, 572, Costa e Silva– Mossoró/RN CEP: 59625 900, telefone (84) 3315 1760.

APÊNDICE B



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM AMBIENTE, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA (PROFISSIONAIS DO CCZ)

1- Identificação:

Sigla: _____ Sexo: () F () M

Função: _____

2- Idade

A. () 18 a 30 anos B. () 31 a 49 anos C. () Acima de 49 anos

3- Formação escolar:

A. () Ensino superior completo
B. () Ensino superior incompleto
C. () Ensino médio completo
D. () Ensino médio incompleto
E. () Ensino técnico

F. () Ensino fundamental completo
G. () Ensino fundamental incompleto
Curso: _____

4- Há quanto tempo trabalha no CCZ de Mossoró?

A () Menos de 1 ano C () 6 a 10 anos
B () 1 a 5 anos D () Mais de 10 anos

5- Como você avalia as condições de trabalho do CCZ de Mossoró?

A. () Excelente C. () Regular E. () Péssima
B. () Boa D. () Ruim

6- Há um manual (local) de Normas Operacionais Básicas (NOB) do serviço de controle de zoonoses ou de controle da população de cães e gatos, com a descrição dos Procedimentos Operacionais Padrão (POP)?

A () Sim B () Não C () Não sabe

7- Existe cronograma de visita aos bairros?

A. () Sim B. () Não C. () Não sabe

8- Se a resposta for NÃO, quando são realizadas as visitas?

9- Como você percebe a sua relação profissional com a comunidade?

A. () Há uma relação harmoniosa com a população C. () Indiferente
B. () Há uma relação permeada por conflitos D. () Não sabe informar

10- Há por parte da população alguma resistência e/ou preconceito as atividades realizadas pelo CCZ?

- A. () Sim. Como? _____
- B. () Não
- C. () Não sabe

11- É oferecida a população alguma atividade educativa acerca do trabalho do CCZ?

- A. () Sempre. Quais? _____
- B. () Às vezes. Quais? _____
- C. () Nunca
- D. () Não sabe

12- Você costuma fazer cursos de capacitação voltados para o aperfeiçoamento do seu trabalho?

- A. () Sempre
- B. () Periodicamente
- C. () Raramente
- D. () Nunca

13- Que tipo de treinamento ou curso de capacitação você recebeu por parte da empresa/órgão em que trabalha?

- A. () Cursos ou treinamentos de curta duração (uma semana)
- B. () Cursos ou treinamentos de aperfeiçoamento (-360 h)
- C. () Curso de Especialização (+360h)
- D. () Curso de Mestrado
- E. () Curso de Doutorado
- F. () Não participou de curso

14- Sabe o que é bem estar animal? A. () Sim B. () Não

15- Bem estar animal é:

A () A combinação das condições de vida dos animais, incluindo doença e saúde, manejo e modo de criação.

A. () A combinação das condições de vida dos animais considerando apenas a saúde e a doença.

B. () Relaciona-se com os cuidados que deveremos ter com a saúde dos animais de companhia.

C. () Relaciona-se apenas com as condições ambientais que os animais de companhia e produção estão submetidos.

D. () Não sabe

16- Nos cursos de treinamento que você participou quantos deles se referiam ao bem-estar animal?

- A. () 5 ou mais
- B. () 4
- C. () 3
- D. () 2
- E. () 1
- F. () Nenhum

17- Sabe o que é bioética? A. () Sim B. () Não

18- Bioética é:

A. () uma liga de práticas, métodos e conteúdos relacionados ao impacto da tecnologia na vida, saúde e nas pesquisas, assim como nos acontecimentos ambientais.

B. () Gatos

- C. () Equinos
D. () Não sabe

E. () Outros: _____

24- Existe divisão de bloco no CZZ?

- A. () Sim
B. () Não
C. () Não sabe

25- No bloco técnico administrativo do CCZ, quais dos ambientes abaixo NÃO existem?

- A. () Recepção/hall
B. () Secretaria
C. () Documentação/telefonema
D. () Diretoria
E. () Sala de técnicos
F. () Sala de vacinação
G. () Laboratório de entomologia com insetário
H. () Sala de operadores de campo
I. () Almoxarifado
K. () Sanitário para funcionários
L. () Sanitário para público
M. () Copa
N. () Área de serviço
O. () Refeitório
P. () Depósito de material de limpeza

26- No bloco de operação de campo do CCZ, quais dos ambientes abaixo NÃO existem?

- A. () Depósito de inseticida - larvicida
B. () Depósito de inseticida – adulticida
C. () Depósito de raticidas
D. () Depósito de máquinas e equipamentos
E. () Sala para descarte de material já utilizado
F. () Área de preparo e limpeza de equipamentos.
G. () Depósito de material de limpeza e lavanderia
H. () Sanitários e vestiários

27- No bloco de serviços gerais do CCZ, quais dos ambientes abaixo NÃO existem?

- A. () Garagem aberta – 10 carros
B. () Depósito para manutenção de viaturas
C. () Área e rampa de lavagem

28- No bloco de controle animal do CCZ, quais dos ambientes abaixo NÃO existem?

- A. () Canil coletivo para até 30 animais
B. () Canis individuais para adoção
C. () Canis individuais para observação
D. () Sala de eutanásia
E. () Sala de necropsia com uma mesa
F. () Depósito de ração
G. () Sanitários e vestiários
H. () Depósito de material de limpeza
I. () Depósitos de equipamentos e mater. de campo

- J. () Área de serviço
K. () Gatil para 10 gaiolas

29- Qual a área dos canis coletivos:

- A. () 25m²
B. () 20m²
C. () 15m²
D. () Inferior a 15m². Especificar:_____
E. () Não sabe

30- Caso exista, qual a área dos canis individuais:

- A. () 1,40m²
B. () 1,20m²
C. () 1m²
D. () Inferior a 1m². Especificar:_____
E. () Não sabe

31- Qual a área dos gatis:

- | | |
|-------------------------|--|
| A. () 20m ² | D. () Inferior a 10m ² . Especificar:_____ |
| B. () 15m ² | E. () Não sabe |
| C. () 10m ² | |

32-Quantas vezes são fornecidos alimentos para os cães por dia:

- A. () 01 vez
B. () 02 vezes
C. () 03 vezes
D. () Mais de 03 vezes
E. () Deixa a comida a vontade
F. () Não sabe

33-Como é fornecido os alimentos aos cães:

- A. () Individualmente
B. () Coletivamente, mais de três.
C. () Em grupos de dois
D. () Em grupos de três
E. () Deixa a comida a vontade
F. () Não sabe

34- Quantas vezes é fornecida água para os cães por dia:

- A. () 01 vez
B. () 02 vezes
C. () 03 vezes
D. () Mais de 03 vezes
E. () Deixa a água a vontade
F. () Não sabe

35- Quantas vezes são fornecidos alimentos para os gatos por dia:

- A. () 01 vez
B. () 02 vezes
C. () 03 vezes

- D. () Mais de 03 vezes
- E. () Deixa a comida a vontade
- F. () Não sabe

36- Como são fornecidos os alimentos aos gatos:

- A. () Individualmente
- B. () Coletivamente, mais de três
- C. () Em grupos de dois
- D. () Em grupos de três
- E. () Deixa a comida a vontade
- F. () Não sabe

37- Quantas vezes é fornecida água para os gatos por dia:

- A. () 01 vez
- B. () 02 vezes
- C. () 03 vezes
- D. () Mais de 03 vezes
- E. () Deixa a água a vontade
- F. () Não sabe

38- Quanto à higiene individual dos animais, assinale as alternativas praticadas no CCZ:

- A. () É feita a prática de escovação
- B. () É feito o corte de unhas
- C. () É feita limpeza de orelhas
- D. () São dados banhos periódico
- E. () Não é feita nenhuma higiene
- F. () Não sabe

39- É realizado algum controle de ectoparasitas nos ambientes de controle animal?

- A. () Sim
- B. () Não
- C. () Não sabe

40- Quanto à higiene ambiental, assinale as alternativas praticadas no CCZ:

- A. () É feito descarte diário dos dejetos animais
- B. () São utilizados produtos não cáusticos na limpeza dos ambientes
- C. () O descarte dos dejetos é feito semanalmente.
- D. () A limpeza dos ambientes é feita com qualquer produto.
- E. () Não sabe

41- No CCZ é utilizado algum método de esterilização dos animais:

- A. () Sim
- B. () Não
- C. () Não sabe

42- Se a resposta for sim à questão anterior, qual o método utilizado:

- A. () Cirúrgica
- B. () Farmacológica
- C. () Imunológico
- D. () Não sabe

43- Os animais capturados são vacinados:

A. () Sim

B. () Não

C. () Não sabe

44- Se a resposta ao item anterior for Sim, quais as vacinas administradas:

A. () Raiva

D. () Polivalente

B. () Triplice felina

E. () Não sabe

C. () Octopla

45- Quando os animais são capturados, quantos dias em média ficam alojados:

A. () 05

E. () 25

B. () 10

F. () mais de 25. Especificar: _____

C. () 15

G. () Não sabe

D. () 20

46- Qual o destino que dão aos cães capturados:

A. () Doação

C. () Colocados em abrigos

B. () Eutanásia

D. () Outros

Observações:

47- Qual o destino que dão aos gatos capturados:

A. () Doação

D. () Outros _____

B. () Eutanásia

E. () Não sabe

C. () Colocados em abrigos

Observações:

48- Qual o método de eutanásia mais usado no CCZ?

A. () Barbitúricos

F. () N²

B. () Anestésicos inaláveis

G. () Argônio

C. () CO²

H. () Pistola de ar comprimido

D. () CO

I. () Eletrocussão com sedação prévia

E. () Cloreto de potássio com anestesia prévia

J. () Outros. Citar _____

K. () Não sabe

49- Nos casos em que foram utilizados drogas para eutanásia, cite qual(is) ?

50- Que conhecimento você tem sobre bioética?

A. () Tem acompanhado a discussão através da Internet.

B. () Tomou conhecimento através dos meios de comunicação ou revistas técnicas.

C. () Tomou conhecimento, mas não aprofundou o conhecimento.

D. () Desconhece o assunto.

51- Você considera importante a participação em grupos de discussão acerca de bioética?

A. () Sim B. () Não

52- Você participaria de algum desses grupos caso ofertados por instituições educacionais em seu ambiente de trabalho?

A. () Sim

B. () Não

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

1- Quais as dificuldades existentes atualmente no desempenho de suas atividades?

2- Que medidas seriam necessárias para minimizarem as dificuldades existentes?

3- No seu entendimento, como você definiria bem-estar animal?

4- No seu entendimento, como você definiria bioética?

5- Você considera a questão da bioética importante para o trabalho desenvolvido no CCZ?
Justifique sua resposta

APÊNDICE C



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRO-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM AMBIENTE, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA (POPULAÇÃO)

1- Identificação:

Sigla: _____

Endereço: _____ n _____ Bairro: _____

Tempo de moradia no bairro: () Menos de 1 ano () 1 a 5 anos () 6 a 10 anos ()

Mais de 10 anos

2- Idade

A. () 18 a 30 anos

B. () 31 a 49 anos

C. () Mais de 50 anos

3- Formação escolar:

A. () nunca frequentou a escola

B. () ensino superior completo

C. () ensino superior incompleto

D. () ensino médio completo

E. () ensino médio incompleto

F. () ensino técnico

G. () ensino fundamental completo

H. () ensino fundamental incompleto

Curso: _____

4- Possui animais em casa?

A. () Sim

B. () Não

5- Se a resposta acima for afirmativa, responda:

- Que espécie: Cães () Gatos () Outros () _____

EM RELAÇÃO AOS CÃES:

- Quantos cães? Um () Dois () Mais de dois (). Especificar: _____

- São castrados? Sim () Não () Não sabe (). Observações: _____

- São vacinados? Sim () Não () Não sabe (). Observações: _____

- Se sim, com quais vacinas? Raiva () Da campanha () Octopla () Não sabe ()

- Onde seu cão defeca?

No quintal () Na rua () No banheiro () Em local determinado por você ()

- Onde são descartadas as fezes dos cães ?

Lixo () Vaso sanitário () Rua () Não sabe ().

- Como você deixa seu animal?

Sempre domiciliado () Solto nas ruas () Esporadicamente nas ruas ().

- Você costuma levá-lo(s) para passear? Sim (☐) Não (☐)
- Se sim, como o animal sai para o passeio? Com coleira (☐) Solto (☐) Livremente (☐)
- Você tem coletores de dejetos? Sim (☐) Não (☐)
- Quando o animal defeca durante o passeio o que você faz com os dejetos?
 Coleta e coloca no lixo orgânico (☐) Coleta e coloca no lixo comum (☐)
 Não coleta (☐) Não coloca no lixo, porque não tem lixeiras nas ruas (☐).

EM RELAÇÃO AOS GATOS:

- Quantos gatos? Um (☐) Dois (☐) Mais de dois (☐). Especificar: _____
- São castrados? Sim (☐) Não (☐) Não sabe (☐). Observações: _____
- São vacinados? Sim (☐) Não (☐) Não sabe (☐). Observações: _____
- Se sim, com quais vacinas? Raiva (☐) Da campanha (☐) Triplice felina (☐) Não sabe (☐)
- Onde seu gato defeca?
 No quintal (☐) Na rua (☐) No banheiro (☐) Em caixas de areia (☐)
- Onde são descartadas as fezes dos gatos?
 Lixo (☐) Vaso sanitário (☐) Rua (☐) Não sabe (☐).
- Como você deixa seu animal?
 Sempre domiciliado (☐) Solto nas ruas (☐) Esporadicamente nas ruas (☐).

6- Em sua rua ou proximidades há presença de muitos animais soltos nas ruas?

- A. (☐) Sim
- B. (☐) Não
- C. (☐) Não sabe.

7- Se sim, como você os classificaria?

- A. (☐) Sem dono
- B. (☐) Com dono, mas com acesso à rua
- C. (☐) Da comunidade
- D. (☐) Não sabe

8- Você procura ajuda para remoção dos animais de rua?

- A. (☐) Sim
- B. (☐) Não

9- Se sim, você recorre a qual órgão?

- A. (☐) ONGs
- B. (☐) CCZ
- C. (☐) Outros: _____

10- Em sua opinião quem é o responsável pelos animais de rua?

- A. (☐) Poder público
- B. (☐) Sociedade
- C. (☐) ONGs
- D. (☐) Todos estes
- E. (☐) Outro. Citar: _____
- F. (☐) Não sabe

11- Adotaria um animal proveniente das ruas?

- A. () Sim
- B. () Não

12- Sobre o método para evitar a procriação de cães, qual você mais aprova:

- A. () Deixar o animal preso evitando o contato com outros animais
- B. () Castrar o animal
- C. () Aplicar anticoncepcionais nas fêmeas
- D. () Outro. Citar qual: _____
- E. () Não sabe

13- Você sabe o que são zoonoses?

- A. () Sim
- B. () Não

14- Zoonoses são:

- A. () Doenças transmissíveis entre animais e seres humanos
- B. () Doenças transmitidas de pessoas para pessoas
- C. () Enfermidades que acometem apenas seres humanos
- D. () Enfermidades que acometem apenas animais
- E. () Não sabe

SOBRE O CENTRO DE CONTROLE DE ZOONOSES

15- Você sabe o que são os centros de controle de zoonoses?

- A. () Sim
- B. () Não

16- Você sabe qual é a finalidade dos centros de controle de zoonoses?

- A. () Sim
- B. () Não

17- Marque qual das opções seria finalidade do CCZ:

- A. () Prevenção de doenças
- B. () Recolher animais de rua
- C. () Apenas o controle de animais domésticos
- D. () O controle de animais domésticos e peçonhentos
- E. () Manejo e controle das populações animais, visando à prevenção de doenças transmitidas por vetores
- F. () Não sabe

18- Você sabe quais são os programas desenvolvidos pelo CCZ?

- A. () Sim
- B. () Não

19- Se sim na questão anterior, assinale abaixo os programas que são implantados no CCZ?

- A. () Controle de raiva e leishmaniose
- B. () Controle de populações animais
- C. () Vigilância e educação em saúde

D. () Todas as alternativas estão corretas

20- Você sabe onde fica localizado o CCZ de Mossoró?

A. () Sim

B. () Não

21- Algum profissional do CCZ visita seu bairro:

A. () Sim

B. () Não

C. () Não sabe

22- Qual a frequência que o profissional do CCZ visita seu bairro:

A. () Frequentemente

B. () Raramente

C. () Nunca viu nenhum trabalho desenvolvido pelo CCZ no bairro

D. () Não sabe

23- Como você avalia o trabalho desenvolvido pelos profissionais do CCZ:

A. () Excelente

B. () Bom

C. () Regular

D. () Ruim

E. () Péssimo

F. () Não sabe

G. () Não tem como avaliar, pois nunca viu o trabalho no bairro.

24- O CCZ já realizou alguma atividade educativa em seu bairro?

A. () Sim

B. () Não

C. () Não sabe

25- Se a resposta foi sim na questão anterior, você participou da atividade educativa realizada?

A. () Sim

B. () Não

26- Você acha importante a realização de atividades educativas sobre o trabalho do CCZ?

A. () Sim

B. () Não

27- já teve animal sacrificado pelo CCZ?

A. () Sim. Por quê? _____

B. () Não

28- Se a resposta for afirmativa, você sabe qual foi o método utilizado? _____

29- Você foi esclarecido sobre os motivos do sacrifício?

A. () Sim

B. () Não

30- Se sim, você se sentiu seguro(a) na decisão do sacrifício do animal?

A. () Sim

B. () Não

31- Se você tivesse, hoje, um animal na mesma situação você sacrificaria novamente?

A. () Sim

B. () Não

(NÃO responder as questões 31 à 34 em caso de já ter respondido que teve animal sacrificado pelo CCZ)

32- Você já presenciou a captura de algum animal em seu bairro pelo profissional do CCZ?

A. () Sim

B. () Não

32- Em caso de já ter presenciado, você recebeu alguma informação quanto à ação de captura realizada?

A. () Sim. Quais? _____

B. () Não

33- Como foi feita a captura do animal pelo profissional do CCZ?

A. () Uso de guia/corda

B. () Uso do laço

C. () Uso do cambão

D. () Uso de gaiola ou caixa de transporte

E. () Uso de gaiola de contenção

F. () Uso de rede com aro

G. () Uso de rede sem aro

H. () Uso da mão mecânica

I. () Uso de Zarabatana

J. () Outros. Citar: _____

34- Como você reagiu ao assistir a captura do animal?

A. () Entrevi no trabalho do profissional

B. () Ficou indignado, mas não entrevi na captura

C. () Ficou satisfeito pela ação do profissional

D. () Mostrou-se indiferente, pois para você é algo normal

35- Adotaria um animal proveniente do CCZ?

A () Sim

B () Não

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

1- Quais os pontos positivos e/ou negativos que você considera acerca das atividades desenvolvidas pelos profissionais do CCZ?

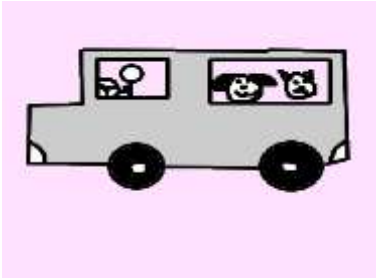
Pontos positivos	Pontos negativos

Não tenho como avaliar, pois desconheço tais atividades ().

Não sabe avaliar ()

2- Qual a sua sugestão para a melhoria das atividades realizadas pelos profissionais do CCZ?

Não sabe ()



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO SEMI-ÁRIDO
PRO - REITORIA DE PESQUISA E
PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM AMBIENTE,
TECNOLOGIA E SOCIEDADE

SAIBA MAIS SOBRE O

CENTRO DE CONTROLE DE ZOOSE (CCZ)

Nilza Dutra Alves (Médica Veterinária)

Vilcelânia Alves Costa (Enfermeira)

O que são Centros de Controle de Zoonoses (CCZs)?



São instituições municipais, que possuem estrutura física específica e personalidade jurídica legalmente constituída. Essas instituições são vinculadas ao órgão de saúde local, voltados para o desenvolvimento de serviços constantes nos programas de controle de zoonoses, de doenças transmitidas por vetores e de agravos por animais peçonhentos.

Qual o objetivo geral dos CCZs?

A Vigilância e o controle ambiental, pelo manejo e controle das populações animais, visando à profilaxia das zoonoses e doenças transmitidas por vetores, como também dos conseqüentes agravos e incômodos.

Quais os objetivos específicos dos CCZs?

- O controle dos animais domésticos, visando à profilaxia das zoonoses onde esses animais possam atuar como reservatórios, hospedeiros e/ou vetores, assim como, quando eles causarem incômodos e agravos à população;
- o controle das espécies animais sinantrópicas para prevenção das zoonoses, incômodos e agravos que causam à população;
- o monitoramento das populações animais enquanto fatores de risco de transmissão de doenças ao homem; a detecção e atuação nos focos de zoonoses visando romper o elo de transmissão de enfermidades do animal ao homem ou vice-versa; a execução das ações de

vigilância epidemiológica das zoonoses e doenças transmitidas por vetores na área;

- o controle dos animais peçonhentos, com exceção dos ofídios, quando estes causarem danos à população;
- a execução das ações de vigilância entomológica e controle dos vetores;
- a atuação na área de educação em saúde e mobilização social para as zoonoses, doenças transmitidas por vetores e acidentes por animais peçonhentos;
- a integração com as diferentes instituições, visando à atuação conjunta no sentido de proceder à identificação dos fatores de risco, o controle de populações animais, sejam vetores ou reservatórios, no intuito de reduzir o risco de transmissão de enfermidades ao homem; e,
- o apoio às universidades em atividades relacionadas à pesquisa e capacitação de recursos humanos

Quais os programas preconizados para os CCZs?



a) **Controle da raiva**, atuando nas áreas de vacinação de animais, no controle de populações (cães, gatos, morcegos, etc), na vigilância epidemiológica e na educação em saúde; e,

b) **Controle de animais daninhos** (vetores, roedores, animais incômodos e animais peçonhentos), atuando nas áreas de investigação epidemiológica, no controle de

focos, e na educação em saúde.

Por que as atividades realizadas pelo CCZ são importantes para a sociedade?

Porque além de ser responsável pelo controle de população animal nos centros urbanos, traz benefícios para a saúde pública, procurando controlar as doenças transmitidas por vetores. Associado a isso, busca dar suporte a animais através de programas de doação de cães e gatos.

Onde fica localizado o CCZ de Mossoró/RN?



À rua Carmelita de Lima de Góis, nº 87, bairro Belo Horizonte (Ao lado do Aspetro e do Cemitério Novo).

Qual o número do telefone do CCZ de Mossoró?

(84) 3315-1628





ANAIS 2014

Análise do conhecimento da população sobre o Centro de Controle de Zoonoses de Mossoró

Autor(es): , Vilcelânia Alves Costa, Débora Nair Jales Rodrigues, Nilza Dutra Alves, Sthenia Santos Albano Amora, Francisco Marlon Carneiro Feijó, Genevile Carife Bergamo

» **Área de pesquisa:** SAÚDE PÚBLICA E ZOONOSES

» **Instituição:** Universidade Federal Rural do Semi-Árido

» **Agência de fomento e patrocinadores:**

ANÁLISE DO CONHECIMENTO DA POPULAÇÃO SOBRE O CENTRO DE CONTROLE DE ZOONOSES DE MOSSORÓ/RN

Os centros de controle de zoonoses são instituições municipais, que possuem estrutura física específica e personalidade jurídica legalmente constituída. Essas instituições são vinculadas ao órgão de saúde local, voltados para o desenvolvimento de serviços constantes nos programas de controle de zoonoses, de doenças transmitidas por vetores e de agravos por animais peçonhentos. No município de Mossoró/RN, o centro de controle de zoonoses foi criado no ano de 1996, com a Lei nº 1.043/96. Por se tratar de um importante instrumento para a saúde pública, haja vista seu papel atuante na prevenção de diversas zoonoses, a análise do conhecimento da população quanto ao desenvolvimento das atividades da referida instituição se faz necessário. Objetivou-se com a realização do trabalho identificar o conhecimento da população sobre a existência do centro de controle de zoonoses e das suas atividades, no município de Mossoró/RN. Para isso, foi realizada pesquisa de campo, com aplicação de questionário a população residente em cinco bairros do município de Mossoró/RN, a saber, Aeroporto, Boa Vista, Lagoa do Mato, Planalto 13 de Maio e Santo Antonio. Os referidos bairros foram selecionados, considerando a maior atuação do centro de controle de zoonoses nos últimos cinco anos. O número de pessoas pesquisadas foi de 75, sendo 15 de cada bairro e, a aplicação do questionário ocorreu mediante a utilização da amostragem por conglomerado. Para tabulação e análise estatística dos dados foi utilizado o programa Software R. Constatou-se, a partir dos resultados obtidos que, 53% dos entrevistados responderam saber o que é o centro de controle de zoonoses e 47% responderam não saber. Quando perguntado se sabiam qual a finalidade do centro de controle de zoonoses, 56% relataram saber e 44% citaram não saber. Foi perguntado ainda se eles conheciam os programas desenvolvidos pelo centro de controle de zoonoses, sendo que apenas 1% respondeu conhecer e 99% respondeu não conhecer tais programas. Conclui-se, a partir de tais constatações que, embora um considerável percentual de pessoas saiba o que são os centros de controle de zoonoses e a sua finalidade, há um desconhecimento quase total quanto ao desenvolvimento dos programas praticados pela instituição. Além disso, é válido ressaltar que a percepção que as pessoas têm acerca da instituição é marcada pela imagem da "carrocinha", pois ao serem perguntadas quanto a finalidade do centro de controle de zoonoses, a maioria respondia "capturar cachorro na carrocinha". Logo, é possível perceber a necessidade que há em esclarecer a população quanto ao real papel do centro de controle de zoonoses, a fim de que esta instituição tenha o apoio das

41ª CONESAVEET - Assis

http://www.conesaveet2014.com.br/assis2014/trabalhos_select.php?id_int...

pessoas e possa desenvolver um trabalho que colabore na promoção da saúde pública.

Assis **Assis**

41º CONBRAVET

Congresso Brasileiro de Medicina Veterinária

14º CONGRESSO DE MEDICINA VETERINÁRIA MILITAR
10º CONGRESSO BRASILEIRO DE AQUICULTURA
2º ENCONTRO DE SAÚDE PÚBLICA VETERINÁRIA DO CONESUL
17º EXPOVET - FEIRA DE PRODUTOS E SERVIÇOS DA MEDICINA VETERINÁRIA
1º SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE PECUÁRIA ORGÂNICA

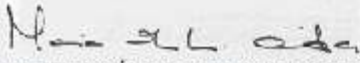
7 a 10
agosto | 2014

Serrano Resort
GRAMADO/RS

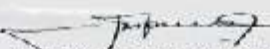
CERTIFICADO

Certificamos que o trabalho **ANÁLISE DO CONHECIMENTO DA POPULAÇÃO SOBRE O CENTRO DE CONTROLE DE ZOONOSES DE MOSSORÓ/RN** de autoria de **RODRIGUES,D.N.J; ALVES,N.D; COSTA,V.A; AMORA,S.S.A; COSTA,V.K.N; CARVALHO,C . B; PINHEIRO,D.G; FEIJÓ,F.M.C; BERGAMO,G.C.**, foi apresentado na forma de Pôster no **41º CONBRAVET**, realizado de 07 a 10 de agosto de 2014, no Hotel Serrano em Gramado/RS - Brasil.

Gramado, 10 de Agosto de 2014.


MARIA ANGÉLICA ZOLLIN DE ALMEIDA
Presidente da COMISSÃO CIENTÍFICA


ROSANE MAIA MACHADO
Presidente da SOVERGS


JOSÉLIO DE ANDRADE MOURA
Presidente da SEMV





» TRABALHOS

ANÁLISE DO BEM-ESTAR ANIMAL NO CENTRO DE CONTROLE DE ZONOSSES DE MOSSORÓ/RN

» **Área de pesquisa:** BEM-ESTAR ANIMAL

» **Autores e Co-autores (Abreviações):** COSTA, V. A.; ALVES, N. D.; RODRIGUES, D. N. J.; FEIJÓ, F. M. C.; AMORA, S. S. A.

» **Instituição:** UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO

» **Agência de fomento e patrocinadores:**

» **RESUMO:**

As questões relacionadas ao bem-estar animal tem sido alvo de grandes discussões, principalmente quando se referem aos Centros de Controle de Zoonoses (CCZ) das cidades. O referido órgão é responsável pelo controle da população canina e, conseqüentemente, de zoonoses vigentes nas cidades. Nesse contexto, é possível observar problemas decorrentes de uma série de fatores que, muitas vezes, afetam não apenas a saúde pública, mas também o bem estar animal. Objetivou-se com a realização do trabalho analisar as atividades dos profissionais do CCZ do município de Mossoró/RN, considerando sua relação com o bem estar animal. Para isso, foi realizada pesquisa de campo, com visitas a instituição, e aplicados questionários com os 37 profissionais vinculados a mesma. Para tabulação e análise estatística dos dados foi utilizado o programa Software R. Constatou-se, a partir dos resultados obtidos que, 78% dos entrevistados responderam saber o que é bem-estar animal; 8% responderam não saber e, 14% não responderam a questão. Quando perguntado sobre que conhecimento o entrevistado tinha sobre a adoção de uma legislação internacional sobre bem-estar animal, 5% responderam que tem acompanhado a discussão através da internet; 14% tomou conhecimento através dos meios de comunicação ou revistas técnicas; 16% tomou conhecimento, mas não o aprofundou; 54% desconhece o assunto e, 16% não responderam. Considerando que o ambiente e as condições de trabalho podem interferir no bem-estar animal foi perguntado sobre como o profissional avalia as condições de trabalho na instituição, sendo que 3% avaliou como excelente; 8% avaliou como boa; 54% avaliou como regular; 27% avaliou como ruim; e, 3% avaliou as condições de trabalho como péssima. É importante ressaltar que o CCZ de Mossoró/RN foi construído antes da publicação do manual técnico do instituto Pauster com as orientações para projetos de centro de controle de zoonoses em 2000 e, por conseguinte, antes da publicação das diretrizes para projetos físicos de unidades de controle de zoonoses e fatores biológicos de risco, da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), em 2003. Logo, não atende as orientações e exigências dos referidos documentos. Possui uma estrutura física bastante restrita para atender todo o município, com instalações que oferecem risco a profissionais e animais, a exemplo de teto desabado há meses. Além disso, conta com um número pouco significativo de recursos humanos, o que resulta em um atendimento que não abrange todos os bairros da cidade anualmente. Conclui-se, a partir de tais constatações que, embora a maior parte dos profissionais do CCZ de Mossoró tenha conhecimento acerca do bem-estar animal, as suas atividades encontram-se bastante susceptíveis ao risco de comprometimento do bem-estar animal, pois as condições do local não favorecem ao desenvolvimento de um trabalho que garanta qualidade e o conforto dos animais que lá se encontram.

41º CONBRAVET

Congresso Brasileiro de Medicina Veterinária

14º CONGRESSO DE MEDICINA VETERINÁRIA MILITAR
10º CONGRESSO BRASILEIRO DE AQUICULTURA
2º ENCONTRO DE SAÚDE PÚBLICA VETERINÁRIA DO CONESUL
17ª EXPOVET - FEIRA DE PRODUTOS E SERVIÇOS DA MEDICINA VETERINÁRIA
1º SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE PECUÁRIA ORGÂNICA

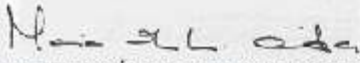
7 a 10
agosto | 2014

Serrano Resort
GRAMADO/RS

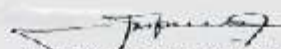
CERTIFICADO

Certificamos que o trabalho **ANÁLISE DO BEM-ESTAR ANIMAL NO CENTRO DE CONTROLE DE ZOOSE DE MOSSORÓ/RN** de autoria de **COSTA, V. A.; ALVES, N. D.; RODRIGUES, D. N. J.; FEIJÓ, F. M. C.; AMORA, S. S. A.**, foi apresentado na forma de Pôster no **41º CONBRAVET**, realizado de 07 a 10 de agosto de 2014, no Hotel Serrano em Gramado/RS - Brasil.

Gramado, 10 de Agosto de 2014.


MARIA ANGÉLICA ZOLLIN DE ALMEIDA
Presidente da COMISSÃO CIENTÍFICA


ROSANE MAIA MACHADO
Presidente da SOVERGS


JOSÉLIO DE ANDRADE MOURA
Presidente da SEMV

